

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

**O *CORREIO BRAZILIENSE* E SEU PROJETO DE
CIVILIZAÇÃO (1808-1822)**

**FRANCA
2006**

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

**O *CORREIO BRAZILIENSE* E SEU PROJETO DE
CIVILIZAÇÃO (1808-1822)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, campus de Franca, Filho como requisito para obtenção do título de mestre. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

Área de concentração: História e Cultura Social.

**FRANCA
2006**

CÉSAR AGENOR FERNANDES DA SILVA

O CORREIO BRAZILIENSE E SEU PROJETO DE
CIVILIZAÇÃO (1808-1822)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisito para obtenção do título de mestre em História. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

Área de Concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Jean Marcel Carvalho França

1º Examinador:

2º Examinador:

Franca, de abril de 2006.

Dedico este trabalho:

Às mulheres de minha vida, Luciana e Alice.

Já não representa para nós uma objeção contra esse juízo a falsidade de um juízo. Talvez seja nisso que resida o caráter mais estranho de nossa nova linguagem. Trata-se de saber em que medida esse juízo favorece e conserva a vida, mantém e desenvolve mesmo a espécie. Por princípio inclinamo-nos a afirmar que os juízos mais falsos – de que fazem parte os juízos sintéticos *a priori* – são para nós os mais indispensáveis, que o homem não poderia existir sem admitir as ficções lógicas, sem medir a realidade pelo mundo puramente fictício do absoluto, do idêntico-a-si-mesmo, sem falsificar constantemente o mundo pelo número, que renunciar aos juízos falsos seria renunciar à vida, negar a vida. No entanto, confessar que a não-verdade é uma condição vital é opor-se e de modo perigoso às noções habituais. É só uma filosofia o ousar, para se colocar de pronto para além do bem e do mal.

Friedrich Nietzsche

Agradecimentos

Em primeiro lugar o agradecimento institucional: à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – pelo apoio e investimento concedido à pesquisa.

Ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França pela orientação e liberdade dadas nas escolhas realizadas ao longo deste trabalho e, também, por sua amizade que muito valorizo.

Agradeço as Profas. Dras. Marisa Saenz Leme e a Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal pelas sugestões e apontamentos feitos no exame geral de qualificação que muito contribuíram para o encaminhamento desta dissertação.

À Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, da qual fui aluno na disciplina “História e Literatura”, que muito contribuiu na minha formação e no esclarecimento de pontos importantes para os avanços da pesquisa, agradeço também por sua delicadeza e educação em muitas oportunidades em que nos reunimos e por ser ótima anfitriã.

Estendo os agradecimentos a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp Franca que contribuíram de maneira ímpar no processo de desenvolvimento intelectual.

A alguns colegas que tive o privilégio de atuar profissionalmente e que podem ser sintetizados na figura de duas pessoas: Regina Maura Rezende e Cleide Biancardi.

Ao Alexandre Budaibes, um colega que se tornou um grande amigo e com quem tive o prazer de dividir o mesmo teto e algumas angústias e, sobretudo, alegrias por quase dois anos.

A todos aqueles que contribuíram no desenvolvimento desta pesquisa mesmo que só se mantendo como amigos e que, se não estiverem citados nominalmente nestas breves linhas, não se sintam esquecidos, mas lembrados em silêncio.

Agradeço a meus familiares, Agenor e Maria Alice, meus pais, a Clarice, minha irmã, e ao Luciano e Célia Parzewski, meus sogros.

Agradeço especialmente à Luciana cuja dedicatória não consegue expressar o quanto grato sou pelo apoio que me deu em todos os momentos e pelo carinho, amizade e, sobretudo, por ser minha companheira e cúmplice.

E, por fim, à Alice, só por existir e me fazer querer ser uma pessoa cada vez melhor para amá-la irrestritamente.

RESUMO

O Brasil conheceu, entre os anos de 1808 e 1822, uma empresa com relevante influência sobre a elite intelectual do período, o jornal mensal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, editado em Londres, fruto dos esforços de Hipólito da Costa (1774-1823), seu criador e único redator. O *Correio Braziliense* foi criado, segundo seu redator, para apresentar aos leitores do que chamou de “Novo Império do Brasil” os fatos e reflexões em torno do estado pelo qual passava o império português e as melhorias das ciências, literatura, comércio e artes e, também, refletir sobre o passado e as conjecturas a respeito do futuro. O principal objetivo do redator era propagar as luzes aos portugueses de todos os cantos, e em especial aos habitantes do Brasil, pois, julgava que o estado das ciências e da literatura, principais meios responsáveis para a ilustração, em Portugal e seus domínios estavam muito atrasados. O *Correio Braziliense* teve uma seção específica para tratar da literatura e das ciências e é sobre este conteúdo que nos debruçamos com o objetivo de entender o papel que ocupavam esses temas, na visão de Hipólito, para o desenvolvimento da *civilização* no Brasil. Para tanto, além da leitura da seção *Litteratura e Sciencias*, lançamos mão de uma consulta da bibliografia especializada no periódico e seu redator e da historiografia produzida sobre o período, além das relações de viagem que desempenharam um papel íntimo no projeto de Hipólito da Costa como também a leitura de outros textos e documentos da época. Ao tratar dos assuntos literários e científicos, Hipólito legou aos seus contemporâneos o que acreditava ser os caminhos que os brasileiros deveriam tomar para desenvolver o país e elevá-lo ao *status* de nação civilizada. Nesse sentido, as discussões acerca das artes e da instrução vinculadas no seu magazine eram primordiais para o seu projeto de civilização, projeto que, por sinal, foi amplamente ancorado no discurso desenvolvido pelos *viajantes narradores* que descreveram o Brasil. Os caminhos tomados na pesquisa apontaram que esse projeto civilizacional de Hipólito não se afastava muito daquele de D. João VI e de seus ministros, empreenderam após a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, sobretudo no que tange aos meios para fomentar a civilização entre nós, meios como, por exemplo, a instrução e a higienização da população ou o incentivo ao desenvolvimento das “artes e da indústria” no país. Para Hipólito, a instrução “derramada sobre todas as classes”, a divulgação da literatura e o progresso das ciências eram os mecanismos essenciais para produzir indivíduos industriais, que poderiam lidar bem com os negócios de Estado e fazer o país progredir, aproveitando as suas enormes potencialidades naturais.

RESUMEN

Brasil conoció, entre los años de 1808 y 1822, una empresa con relevante influencia sobre la elite intelectual del periodo, el periódico mensual *Correio Braziliense* o *Armazém Literário*, editado en Londres, fruto de los esfuerzos de Hipólito da Costa (1774-1823), su criador y único redactor. El *Correio Braziliense* fue criado, según su redactor, para presentar a los lectores lo que llamó de “Nuevo Imperio de Brazil” los hechos y reflexiones en torno del estado por el pasaba el imperio portugués y, las mejorías de las ciencias, literatura, comercio, artes y, también, una reflexión sobre el pasado y las conjeturas al respecto del futuro. El principal objetivo del redactor era propagar las luces a los portugueses en todos los lugares, y en especial a los habitantes de Brasil, pues, creía que el estado de las ciencias y de la literatura, principales medios responsables de la ilustración, en Portugal y sus dominios estaban muy atrasados. El *Correio Braziliense* tuvo una sección específica para tratar de literatura y ciencias y, es sobre este contenido que nos enfocamos con el objetivo de entender el papel que ocupaban estos temas, en la visión de Hipólito, para el desarrollo de la civilización en Brasil. Sin embargo, además de la lectura de la sección “Litteratura y Sciencias”, utilizamos una consulta bibliográfica especializada en el periódico y el redactor y la historiografía producida sobre el periodo, además de las relaciones de viaje que desempeñaron un papel intimo en el proyecto de Hipólito de la Costa, como también la lectura de otros textos y documentos de la época. Al tratar de asuntos literarios y científicos, Hipólito dejó como legado a sus contemporáneos lo que creía ser los caminos que los brasileños deberían seguir para desarrollar el país y elevarlo al estatus de nación civilizada. En ese sentido, las discusiones acerca de las artes y de las instrucciones vinculadas en su gaceta eran primordiales para su proyecto de civilización, proyecto que, por señal, fue ampliamente basado en el discurso criado por los viajeros narradores que describieron Brasil. Los caminos tomados en la investigación apuntaron que ese proyecto de civilización de Hipólito no se aleja mucho de aquel de D. João VI y de sus ministros, emprendieron después de la transferencia de la Corte Portuguesa para Río de Janeiro, sobre todo en lo que refirió a los medios para fomentar la civilización entre nosotros, medios como, por ejemplo, la instrucción y la transformación de los hábitos de la población en lo que se refiere a la higiene y el incentivo al desarrollo de las “artes y de la industria” en el país. Para Hipólito, la instrucción “derramada sobre todas las clases”, la divulgación de la literatura y el progreso de las ciencias eran los mecanismos esenciales para producir individuos “industriosos”, que podrían manejarse bien con los negocios del Estado y hacer el país progresar, aprovechando su enorme potencial natural.

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
Capítulo 1 O Rio de Janeiro: de insalubre à sede da Corte de Portugal.....	18
Capítulo 2 Livros, panfletos, periódicos, censura e o <i>Correio Braziliense</i>	55
Capítulo 3 <i>Sciencias, Litteratura e Civilização</i> nas páginas do <i>Correio Braziliense</i>	85
Considerações Finais.....	124
Documentos e Referências Bibliográficas.....	127

Apresentação

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, proporcionou uma série de transformações culturais no país. A primeira e mais visível foi a transformação gradual do cotidiano da nova sede da Monarquia Portuguesa que, de 1808 a 1821, foi palco de uma série de ações cujo objetivo era melhorar as condições urbanas da cidade e a “qualidade” da sociedade local. D. João VI buscou imprimir, junto com seus ministros, um ar “mais civilizado” à urbe, fundando instituições, inaugurando teatros, promovendo festas, incentivando a visita de estrangeiros e, sobretudo, trazendo da Europa livros e uma tipografia. Além disso, foi dado um incremento considerável à pífia instrução pública existente antes de sua chegada, com a instituição de cursos técnicos e superiores – como a *Real Academia Militar do Rio de Janeiro*, em 1810 – e a considerável expansão das aulas de primeiras letras e de línguas estrangeiras.

Foi nos tempos de Dom João que começou a se gestar os primeiros traços do que viria a ser a cultura escrita no Brasil, em especial, pelo florescimento da imprensa periódica e a publicação e circulação de outros tipos de textos não menos importantes, tais como romances, teses médicas, estudos climatológicos, entre tantos outros. As ações civilizadoras de D. João possibilitaram a criação de um público consumidor e produtor de Cultura (poesia, escultura, arquitetura, romances, etc.). Nesse cenário, o Brasil conheceu uma das empreitadas mais audaciosas e que mais influência teve sobre a elite intelectual do período: a edição do jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário* que veio a público, após cruzar o Atlântico, direto das prensas de Londres para o Rio de Janeiro, em junho de 1808.¹ O *Correio Braziliense* foi editado mensalmente, sem nenhuma interrupção, de 1808

¹ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Ed. Ilustrada. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957, p.18.

a 1822, fruto dos esforços de Hipólito José da Costa Pereira de Furtado e Mendonça, ou apenas Hipólito da Costa, seu criador e único redator.

Hipólito da Costa, nasceu no ano de 1774, na Colônia do Sacramento, e teve seus primeiros contatos com as letras em Porto Alegre, cidade onde o fluminense de Saquarema, Félix da Costa Furtado de Mendonça, pai de Hipólito, servia nas tropas reais. Em 1793, Hipólito matriculou-se na Universidade de Coimbra, formando-se em filosofia e leis no ano de 1798.² Hipólito José da Costa é visto pela historiografia como fundador da do “jornalismo de ensaio” no Brasil. Antônio Cândido aponta em *Formação da literatura brasileira* que Hipólito da Costa foi, sem dúvida, o maior divulgador das luzes, do pensamento ilustrado no Brasil, por meio do seu incansável periódico. Hipólito, segundo Cândido, defendia o “advento de uma sociedade pautada pelos princípios da razão”, em especial no que diz respeito à arte de governar e de lidar com a coisa pública.³ José Honório Rodrigues, parafraseando o Barão Homem de Melo, diz que Hipólito da Costa e seu *Correio* educaram a geração que realizou a Independência.⁴

O *Correio Braziliense* trazia em suas páginas uma gama variada de assuntos, como política, economia, ciências e artes, além de notícias do velho mundo e de outros temas que o seu redator julgava serem importantes para os leitores do “Novo Império do Brasil”.⁵ Desta forma, o *Correio Braziliense* não foi apenas um mensageiro de notícias, ou um simples jornal, mas um difusor das idéias de seu autor, que veiculava nas páginas do periódico suas opiniões sobre a vida política, econômica, científica e intelectual do Brasil e do império português como um todo.

² RIZZINI, Carlos. *op. cit.*, p.3-4. Dados biográficos (resumidos) sobre o autor do *Correio Braziliense* podem ser encontrados em COSTELLA, Antônio F. Cronologia Pessoal. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Correio Braziliense, 2002, p.173-182.

³ CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.248-253. Para Carlos Rizzini, Hipólito da Costa foi também o fundador da imprensa política no Brasil. RIZZINI, Carlos. *op. cit.*, p.18-19.

⁴ RODRIGUES, José Honório. O *Correio Braziliense* e seu índice. In: **Correio Braziliense ou Armazém Literário – Índice**. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, v.XXXI, 2001, p.11.

⁵ No primeiro número uma das seções do *Correio Braziliense* trouxe como subtítulo a seguinte frase: Pensamentos vagos sobre novo Império do Brasil. COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Braziliense, 2001, v.1, 1808. O *Correio Braziliense* era dividido em quatro seções: *Política, Commercio e Artes, Litteratura e Sciencias* e, por fim, *Miscelânea*.

A literatura e a ciência, aos olhos do redator, eram fundamentais para o desenvolvimento da civilização e, com este princípio em mente, Hipólito veiculou na seção *Litteratura e Sciencias* os avanços e novidades nessas áreas, a fim de contribuir para a constituição e consolidação dos benefícios da *civilização* no Brasil. É sobre essa seção do renomado periódico que consistirá este trabalho. Antes, no entanto, de passarmos à abordagem propriamente dita, convém apresentar ao leitor, de maneira sucinta, o que foi dito sobre o *Correio Braziliense* e seu redator pela historiografia.

As obras específicas sobre o *Correio Braziliense* não são muito numerosas. Da década de 50 do novecentos até o presente, há seis livros publicados no Brasil⁶ e uma tese de doutorado defendida em Harvard, em 1954.⁷ Além destes seis livros, temos duas antologias de textos do *Correio*; a primeira, mais clássica e divulgada, é a *Antologia do Correio Braziliense*, de Barbosa Lima Sobrinho, editada em 1977;⁸ e a segunda, mais recente, organizada por Sérgio Góes de Paula e publicada em 2001⁹ com o título *Hipólito da Costa*, faz parte da coleção Formadores do Brasil, que trouxe ensaios e estudos de e sobre Frei Caneca, Visconde de Cairu, Diogo de Antônio Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos, entre outros. A obra de Sérgio Góes traz uma gama maior de textos do *Correio*, contudo, as temáticas dos mesmos nas 2 obras são muito semelhantes. Em geral, os textos trazem as posições políticas e comerciais de Hipólito da Costa.

Além desses estudos mais específicos, podemos citar inúmeros trabalhos que fazem alusão ao *Correio Braziliense*, sobretudo os que lidam com a questão da independência e

⁶ CASTRO, Therezinha. **Hipólito da Costa: idéias e ideais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985; DOURADO, Mecenaz, **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957; **HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense ou Armazém Literário** – Estudos. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v.XXX, 2002; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Hipólito da Costa, Pioneiro da Independência do Brasil**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1996; MONTEIRO, Rolando. **Hipólito da Costa e a Independência**. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília:MEC, 1979; PAULA, Sérgio Góes de (org.). **Hipólito José da Costa**. São Paulo: Ed.34, Coleção Formadores do Brasil, 2001; RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

⁷ HOWER, Alfred. **Hipólito da Costa and Luso-Brazilian Journalism in Exile**: London, 1808-1822. Thesis (Ph. D.)--Harvard University, 1954.

⁸ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: MEC, 1977.

⁹ PAULA, Sérgio Góes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed.34, Coleção Formadores do Brasil.

da formação do Estado nacional.¹⁰ É verdade que os temas políticos tiveram maior destaque nas páginas do *Correio*, contudo, é bom salientar que política, literatura, comércio, ciências e artes tinham a mesma importância no pensamento de Hipólito.

O *Correio Braziliense* foi e é muito citado pela historiografia brasileira e portuguesa,¹¹ porém, como objeto de estudo específico foi ainda pouco explorado. Um dos textos mais completos sobre o periódico é o livro do jornalista e historiador Carlos Rizzini (1.ed. 1956), “*Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*”, obra que se tornou referência obrigatória para os interessados no tema e que traz em suas páginas menos uma simples biografia e mais um estudo sistemático e vasto – que ocupou dez anos da vida do historiador – sobre o redator e o periódico. Também com caráter biográfico, temos o trabalho de Mecnas Dourado (1957)¹² que editou o livro em dois volumes e trouxe questões muito similares às colocadas por Rizzini. As obras, porém, foram escritas simultaneamente, descartando-se, assim, a possibilidade de cópia. O que temos de fato é a coincidência de certas temáticas e abordagens, comuns aos estudos biográficos, que acabaram por tornar semelhantes os trabalhos dos dois jornalistas. Destarte, o livro de Dourado é tão consistente, no que se refere, especificamente, ao *Correio*, quanto o trabalho de Rizzini, pois a pesquisa documental é amplamente perceptível no seu livro.¹³

¹⁰ Para citarmos alguns exemplos de textos que se utilizam do *Correio Braziliense* como fonte/bibliografia ver: JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p.129-175. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Um visitante inglês na Bahia de 1800. *História*, São Paulo, v.22, n.2, p.229-240, 2003, p.231. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, 497p. Um exemplo de texto que inclui o *Correio* como objeto de análise é um dos clássicos de CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836*. 8.ed. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

¹¹ Como exemplo de trabalhos de historiadores portugueses ver: MURALHA, Adelaide Maria; MACHADO, Viera. O investigador português em Inglaterra, *Jornal Literário, Político, & C.*, nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação. *Cultura*, Lisboa, v.10, p.473-490, 1998; TENGARRINHA, José. O jornalismo da primeira emigração em Londres. In: *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense – Estudos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Correio Braziliense, v.XXX, t.1, 2002.

¹² DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2.t., 1957.

¹³ Além das duas biografias/estudos em português sabemos da existência de um outro livro com o mesmo caráter em língua inglesa escrito por Gastão Nothman. Nothman realizou sua pesquisa concomitante e com colaborações mútuas com Carlos Rizzini. RIZZINI, Carlos. Prefácio. In: _____. *Op. cit.* p.XVI. Sobre a colaboração e os procedimentos de pesquisa de Rizzini e Nothman ver COSTELA, Antonio F. Um jogo de espelhos: biógrafos e biografados. In: *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense – Estudos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Correio Braziliense, v.XXX, t.1, 2002, p.61-109. No texto de Costela são apresentadas algumas correspondências trocadas entre Rizzini e Nothman sobre as investigações, como por exemplo, a carta de Nothman a Rizzini sobre a descoberta do túmulo de Hipólito, mistério de 132 anos, segundo Nothman, e do registro de casamento com Mary Ann (p.73-74). Certidão essa que é reproduzida na edição ilustrada de 1957 do livro de Rizzini entre as páginas 84 e 85.

Outro texto sobre Hipólito e o *Correio* é “*Hipólito da Costa: idéias e ideais*” (1.ed.1973), de Terezinha de Castro. Livro de proporções menores que o de Rizzini, na abrangência, não traz – e aqui desculpe-nos a franqueza – grandes inovações em relação ao que foi apresentado por Rizzini, nos anos de 1950. A autora limita-se a simplesmente apresentar as idéias de Hipólito da Costa sobre a união do império, a constituição, os direitos civis e a escravidão, e a vincular uns poucos dados acerca de sua biografia. Porém, cabe aqui uma observação: por veicular uma quantidade menor de informações, em uma linguagem mais simples e bem escrita, o texto de Castro acaba sendo um guia mais fácil para se ter contato com algumas das idéias trazidas pelo *Correio*.

Seguindo a linha de Rizzini e Castro, e de outros estudos consultados que serão devidamente citados em rodapé, podemos fazer uma pequena síntese do que foi apregoado pelo periódico no plano político para o Brasil. O *Correio Braziliense* defendeu, até momentos antes da Independência, a união entre os dois reinos, pois acreditava – assim como José Bonifácio – que a extensão do país e os múltiplos interesses das províncias pudessem reservar ao Brasil independente o mesmo destino das novas nações da América espanhola, pois sua elite, sem experiência nos negócios políticos e constitucionais, poderia levar o futuro país à desagregação. O periódico defendia a continuidade da união, contudo, vale salientar que o Brasil teria o status de Reino Unido, formando com Portugal um império luso-brasileiro.¹⁴ Sobre as questões constitucionais e modelo de governo, Hipólito tinha duas inspirações provenientes da cultura anglo-saxã: a primeira, vinda da Inglaterra, país no qual viveu de 1805 a 1823 – ano de sua morte –, era a monarquia constitucional; e a segunda era a racionalidade administrativa estadunidense, aliada à sua constituição liberal – que deveria sofrer algumas adaptações no modelo monárquico. A consolidação do

¹⁴ Sobre o projeto de um império luso-brasileiro cf. LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso Império**. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1816. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

modelo constitucional nas duas partes do reino, permitiria ao Brasil e a Portugal romper, se assim o desejassem, os laços que os unia.¹⁵

O *Correio Braziliense* ainda apregoava o término gradual da escravidão, pois para Hipólito seria uma contradição um país dotado de uma moderna constituição liberal, com os direitos civis assegurados, manter a instituição da escravatura; o remédio seria gradualmente substituir o trabalho cativo pelo emigrado da Europa e formar colônias no modelo norte americano, modelo esse que Hipólito conhecera bem em sua missão nos Estados Unidos a serviço de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.¹⁶

As questões levantadas pelos autores estudados são notáveis a partir da leitura da antologia de textos do *Correio*, organizada por Barbosa Lima Sobrinho, pois nesse texto as questões apontadas pelos estudos acerca do *Correio* podem ser visualizadas claramente. Outro ponto muito debatido é questão que envolve o liberalismo, pensamento que representou no início do século XIX o que havia de mais avançado em relação ao pensamento político e social, visto que o combate era feito contra o absolutismo, a escravidão e as permanências do Antigo Regime. Hipólito, como categoricamente a historiografia afirma, era um liberal por princípio.

Estudos mais recentes foram congregados no volume XXX da reedição fac-similar do *Correio Braziliense*.¹⁷ Historiadores e outros estudiosos das ciências humanas, além de um coronel-aviador tetraneto de Hipólito, compuseram o livro, que é dividido em cinco

¹⁵ RIZZINI, Carlos. **Op. cit.** ver em especial a última parte com seus dois capítulos, cap. I “Acima da união dos Reinos, a integridade territorial e política do Brasil”, p.256-286, e o cap. II “Constituição simples, reformas lentas, ministros responsáveis, senado, política americana, finanças sanadas, uma poderosa força naval – as últimas advertências do ‘Braziliense’”, p.287-310. No livro de CASTRO, Therezinha. **Op. cit.**, ver “Do Brasil e Portugal... União e Liberdade” e “União e Separação”, p.82-105. Outro bom texto a respeito da união, separação e sujeição é o de SILVA, Maria Beatriz Nizza da. União sem sujeição. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense – Estudos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Correio Braziliense, v.XXX, t.1, 2002, p.515-551. Com relação à concepção de Estado de Hipólito da Costa ver também: LEME, Marisa Sanéz. Relações Estado-sociedade no período da Independência: a visão de Hipólito da Costa. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Sanéz; MANOEL, Ivan Aparecido (org.). **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. São Paulo: Olho d’água, Franca: UNESP, 2004, p.15-29.

¹⁶ CASTRO, Therezinha. **Op. cit.**, p.90-93. A respeito da passagem e os estudos de Hipólito pelos EUA consultar RIZZINI, Carlos. **Op. cit.**, p.3-6; e DOURADO, Mecenaz. **Op. cit.** Em 1883, outro grande intelectual nacional edita em Londres um livro sobre o problema da escravidão, Joaquim Nabuco, autor do primeiro trabalho sociológico do país, fala sobre as mazelas causadas pelo prolongamento e a dependência econômica do trabalho cativo e as consequências maléficas de tal fato. NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

¹⁷ **HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense ou Armazém Literário – Estudos**. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v.XXX, 2002.

partes: I) pessoa; II) Os tempos; III) As idéias; IV) O jornal; e por fim V) Iconografia. Além de novas abordagens, o livro traz uma série de ensaios que iluminam questões diferentes das tratadas pela historiografia anterior, tais como a construção de um público, as instituições de leituras, as condições de circulação e de recepção da cultura no período, a estrutura lingüística e gramatical utilizada por Hipólito.

Entretanto, constatamos que a maior parte dos estudos sobre o *Correio*, em especial os estudos específicos, abordam questões similares, como, por exemplo, a formação do Estado nacional e a ruptura política e econômica com Portugal. A ênfase sobre estes temas é compreensível, na medida em que o Brasil, política e administrativamente, passou a ser Brasil.

Sem ignorar a tradição procuramos construir nosso objeto a partir de uma perspectiva um pouco diferente das citadas. Por isso, a abordagem da seção “Litteratura e Sciencias” do *Correio* é indispensável, na medida em que vai nos ajudar a compreender o papel que as belas letras e a ciência – na acepção do período – desempenharam na concepção de civilização e no próprio *projeto* de civilização propagado pelo *Correio Braziliense*.

A partir dessas considerações, passemos, sem mais delongas, ao que o leitor encontrará nos três capítulos desta dissertação. No primeiro capítulo, buscaremos realizar uma descrição do Rio de Janeiro, no período joanino. Daremos especial atenção às transformações promovidas pelos ministros e por D. João VI no sentido de melhorar a formação intelectual dos habitantes do Rio de Janeiro – com o intuito sobretudo de formar quadros para lidar com os negócios de Estado – e às alterações culturais e urbanas promovidas na cidade. Em outras palavras, ater-nos-emos à descrição da *ação civilizatória* realizada por D. João VI nos trópicos.

No segundo capítulo, descreveremos a criação de um público consumidor e

produtor de cultura no Rio de Janeiro e a proliferação de publicações de várias naturezas, como livros, panfletos, periódicos, com especial destaque para a ascensão da imprensa periódica em língua portuguesa. A proliferação de escritos coexistia com um sistema de censura e, é por esse motivo que descreveremos o funcionamento deste sistema adotado pelo governo português e em quais princípios se baseava para proibir a circulação e o consumo de determinados impressos. Além disso, analisaremos uma das principais bandeiras de luta expostas nas páginas do *Correio Braziliense*, a liberdade de Imprensa e sua importância no que Hipólito acreditava ser um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da civilização.

Por fim, no último capítulo, a análise recairá sobre os artigos que tratam da literatura e da ciência no periódico, buscando descrever o papel que ocupam essas matérias no projeto de civilização de Hipólito. Projeto esse que via nas letras impressas fator preponderante para o desenvolvimento da civilização. Por este motivo, supomos, é que Hipólito dedicou-se a resenhar, para os habitantes de Portugal e do Brasil, uma série de textos publicados em português e a noticiar o lançamento de tantos outros em língua estrangeira – sobretudo os editados na Inglaterra.

Capítulo 1 O Rio de Janeiro: de insalubre à sede da Corte de Portugal

Aos oito dias do mês de março de 1808, após breve passagem pela Bahia, desembarcaram no porto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro membros pertencentes à Corte portuguesa sob a regência do príncipe D. João, filho de D. Maria I. O discurso historiográfico acerca do desembarque da frota portuguesa escoltada pela marinha de guerra britânica afirma que foram quinze mil almas que se estabeleceram na cidade no referido ano. Tal afirmação perdurou durante um longo período em livros acadêmicos e didáticos, porém, estudos recentes mostraram que este número é no mínimo exagerado, pois a quantidade de embarcações para transportar tamanho contingente, como salientou Nireu Cavalcanti, deveria ser de no mínimo 1875 barcos.¹ Os registros, segundo o autor, apontam que menos de 30 navios aportaram na cidade. Outro ponto que salta aos olhos é a questão da moradia e do desalojamento ocorrido quando da chegada da Corte. Os historiadores nos contaram que as melhores casas da cidade do Rio, assim como de Salvador, tiveram as iniciais P.R. (Príncipe Regente) pintadas em suas portas para que seus donos se retirassem e cedessem os prédios para os membros da nobreza. Como compensação pagou-se regularmente aos antigos proprietários uma taxa denominada *aposentadoria*² cuja se deu em 1823, com 129 aposentadorias pagas, dado que indica a quantidade muito menor do que o necessário para tamanha transferência urbana.

Estas constatações, baseadas nas pesquisas de Cavalcanti, apontam que a presença de 15 mil almas no desembarque e entre os anos de 1808 e 1809 representou um exagero

¹ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.95-96.

² Em outubro de 1808, na seção *Miscellanea*, o **Correio Braziliense** noticiou a adoção do sistema das aposentadorias no Brasil. O redator do periódico, Hipólito José da Costa, fez a seguinte consideração: “Pelos ultimos navios chegados daquelle Paiz se recebreraõ vários papeis officiaes, e noticias do Estado daquelle novo Imperio; eu tenho de lamentar, que se adoptasse ali o systema antigo das aposentadorias, um dos mais oppressivos regulamentos do intolerável Governo feudal; e que não pode deixar de fazer o novo Governo do Brazil odioso ao Povo; porque na verdade, apenas se pode soffrer um ataque tão directo aos sagrados direios de propriedade, qual he o de mandar sahir um homem para fora de sua caza, para accomodar outro, que a ella não tem direito.” COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Brasiliense, v.1, n.5, out., 1808, p.420-421. (2001). Doravante nos referiremos ao *Correio Braziliense* em pé de pagina como CB.

que foi amplamente reproduzido e reafirmado pela historiografia brasileira, pois, além da inviabilidade náutica não havia suporte espacial, na cidade do Rio de Janeiro, para acomodar, repentinamente, este número elevado de pessoas e, além do mais, para onde teriam ido os desalojados? O número aproximado de membros da Corte que se estabeleceram na cidade, nos dois primeiros anos da presença da Corte, girou em torno de 450 a 500 pessoas.³ As 15 mil pessoas, que engordaram, consideravelmente, a população do Rio de Janeiro, foram gradualmente se instalando na cidade num período de mais de catorze anos e não apenas em dois. Contudo, esta revisão da historiografia, não ameniza os impactos causados pela transferência da Corte para o Brasil, em especial, na nova capital do império português.

A vinda dessas almas do velho mundo para o trópico acabou por concretizar um antigo projeto de estabelecimento da Corte na América portuguesa.⁴ Todavia, como nos conta a história, a transferência da Corte foi impulsionada pelas convulsões políticas que agitavam o cenário europeu desde fins do século XVIII, ocasionadas, sobretudo, pelos impactos que a Revolução Francesa e seus mais imediatos desdobramentos exerceram sobre o velho continente, em especial o avanço das tropas napoleônicas pela Península Ibérica.⁵

O estabelecimento da Corte do Império português, no Rio de Janeiro, ocasionou uma série de transformações na vida e nos costumes dos habitantes da cidade. D. João VI encontrou uma cidade onde os costumes da população – enraizados de longa data – se distanciavam, consideravelmente, dos da metrópole e de outros centros urbanos da Europa.

³ CAVALCANTI, Nireu. **Op. cit.**, p.97.

⁴ ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Império luso-brasileiro (1750-1822)**. Lisboa: Estampa, 1986. Ver também a dissertação de LOPES, Rodrigo Toso Dias. **Um império para salvar o reino: a idéia do império luso-brasileiro nos discursos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1778-1808)**. Franca, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS, UNESP; do mesmo autor consultar _____. A trajetória de uma idéia: o pensamento da transferência da corte de Bragança para a América portuguesa. **Ensaio de História**, v.7, n.1/2, p.9-21, 2002.

⁵ LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.21-22. Contudo, segundo Rodrigo Lopes, a idéia da transferência “vinha acompanhada de uma justificativa maior que ultrapassava os limites da salvação da monarquia. A idéia era a de criação de um poderoso império, de onde pudessem os portugueses reconquistar o que tinham perdido na Europa e assenhorearem-se dos domínios coloniais espanhóis e franceses na América. Não havia de ser um exílio, mas uma benesse”. LOPES, Rodrigo Toso Dias. **Um império para salvar o reino...** fl.120.

Costumes como o de despejar os tigres e urinóis ao longo das praias e nas ruas; ruas essas que não serviam a um propósito público, como há muito já se prestavam no velho mundo, mas eram vistas como o espaço das coisas sujas, do impróprio.⁶ Entretanto, vale ressaltar que a presença da Corte não representou o início de um pensamento “civilizador”, ou melhor, sanitarista, pois, segundo Cavalcanti, em meados do século XVIII questões que envolviam a higiene e a saúde se colocavam como um problema para os homens públicos. Em 1758, por exemplo, teve origem uma querela que envolveu a Câmara da cidade (poder “público” mais preponderante do período colonial⁷), os moradores e os mercadores de escravo. Tal contenda referia-se a uma preocupação de parcela da população do Rio e de alguns membros da Câmara com doenças que se espalhavam pela cidade. Estas doenças eram atribuíam, por muitos, aos negros recém-chegados da África, negociados nas principais ruas da cidade. A intenção dos homens públicos era criar um espaço exclusivo para a comercialização dos “pretos”. Não é preciso dizer que os mercadores não aceitaram passivamente essa decisão. Nesta batalha, discursos médicos acerca da origem das doenças endêmicas, que poderiam ser trazidas pelos novos escravos, ora confirmavam ora desmentiam tal tese. Essa pendenga se estendeu por alguns anos, quando, finalmente, o governo do Marquês de Lavradio (1769-79) estabeleceu que os escravos seriam comercializados no Valongo.⁸

As questões de salubridade e de saúde parecem ter sido uma constante, no Rio de Janeiro setecentista. Neste sentido, a Câmara da cidade propôs um acordo com os médicos para a elaboração de um programa para resolver esta demanda. A intenção era

⁶ A relação, “a batalha”, entre a casa e a rua foi primeiramente trabalhada por Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Tal tema também pode ser encontrado nos estudos do Antropólogo Roberto DaMatta como, por exemplo, *Carnavais, Malandros e Heróis*, e no texto de divulgação *O que faz o Brasil, Brasil?* Contudo, o que se constata nesse e em outros estudos foi que gradualmente a rua ganhou predominância sobre as casas. Gilberto Freyre definiria essa questão da seguinte maneira: “A partir dos princípios do século XIX, a rua foi deixando de ser o escoadouro das águas servidas dos sobrados, por onde o pé bem calçado do burguês tinha de andar com jeito senão se emporcalhava todo, para ganhar em dignidade e em importância social” apud FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999, p.15.

⁷ A este respeito consultar PRADO JR., Caio. Administração. In: _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000, p.307-352.

⁸ CAVALCANTI, Nireu. *Op. cit.* p.193. Do mesmo autor ver: O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.17-77.

uniformizar o discurso acerca das razões da insalubridade e das moléstias que acometiam a cidade, sobretudo no período das enchentes, pois, além de ocasionarem um contratempo, ainda espalhavam o mau cheiro, já que havia pouca circulação de ar por causa dos morros que circundavam a área urbana do Rio. Este mau cheiro se agravava ainda mais, neste período, quando recebia a contribuição dos odores liberados pelos dejetos humanos, que eram depositados no próprio espaço urbano.

O primeiro periódico cultural editado, no Rio de Janeiro, entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814, *O Patriota: Jornal Literário, Político e Mercantil &c.*, em seu número de estréia, publicou, na seção Medicina, o debate em torno da proposta da Câmara da Cidade, feita em 1798. O programa sugerido pela Câmara consistia na resolução de um indagação: “Quais são as molestias Endemicas da Cidade do Rio de Janeiro, e quaes as Epidêmicas, e meio de remedia-las”.⁹

Para tanto, elaboraram-se perguntas que procuravam obter as causas de tais problemas. As interrogações acerca da insalubridade e das doenças giravam em torno do *clima* (quente e úmido); da *umidade* (em razão da “baixeza do pavimento da cidade” e dos alagamentos); dos *ventos* (em especial pela má circulação atribuída à posição geográfica e ao sentido das ruas que expunham as casas ao sol durante todo o dia); da *imundice* (fruto dos hábitos e das águas empoçadas); além disso, os vereadores queriam saber quanto o pavimento da cidade deveria ser erguido para remediar a umidade e para o escoamento das imundícies, e por fim, “quaes são as outras causas moraes e dieteticas das ditas doenças”.¹⁰

As respostas a tais indagações foram republicadas nos três primeiros números de *O Patriota* e os textos foram assinados em cada um dos números respectivamente pelos doutores Manoel Joaquim Marreiros (1798), Bernardino Antonio Gomes (1799) e Antonio

⁹ *O Patriota*, v.1, n.1, p.58, jan., 1813. Vale mencionar que membros da elite letrada que habitava e atuava no Rio de Janeiro do período, elite essa que contava, a título de exemplo, com nomes como os de Silvestre Pinheiro Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco de Borja Garção Stockler, Antonio Ribeiro dos Santos, entre outros, contribuíram regularmente na publicação deste periódico que tinha como redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.

¹⁰ *Idem*, p.58-59.

Joaquim de Medeiros (1798). Quanto às moléstias endêmicas que acometiam os habitantes do Rio de Janeiro o doutor Marreiros, em 1798, listou as seguintes:

sarnas, endemas chronicos, e da doença vulgarmente chamada Mal de São Lazaro, de febres remittentes ordinariamente nervosas; de innumeraveis indisposições de entranhas, principalmente bofe, e figado; do que provém numerosas tísicas, e os vulgarmente denominados tubérculos, que consistem essencialmente em huma obstrução do figado, interessando por consenso o bofe.¹¹

O doutor Bernardino Gomes, em 1799, após observação de quase dois anos acrescentaria à lista:

Herisipellas,¹² Empigens, Boubas, Morfea, Elephantiasis, Formigueiro, o Bicho dos pés, Edemas de pernas, Hydrocele,¹³ Sarcocoele,¹⁴ Lombrigas, Ernias, Leuchorrea, Dyamstorrea, Hemorroides, Dispepsia, Varios affectos compulsivos, Hepatites, e diffeterntes aortes de febres intermitentes e remittentes.¹⁵

A terceira resposta, dada por Antonio Joaquim de Medeiros, lista as mesmas doenças apontadas pelos médicos anteriores, mas acrescentou os impactos causados por algumas destas doenças à população do Rio de Janeiro, no fim do século XVIII. Os tubérculos, por exemplo, atingiam, segundo Medeiros, uma terça parte da população carioca,¹⁶ a hemorróidas também era uma constante, contudo, a *Erisipela* era a grande moléstia e muito temida, pois “frequentes vezes termina pela gangrena e morte”; além disso, essa doença deixava marcas e deformidades nas partes afetadas e não poupava nem os recém-nascidos. Em relação à frequência dizia o doutor:

¹¹ *Idem*, p.60-61.

¹² Atualmente se compreende por *Erisipela*: “Doença infecciosa contagiosa, estreptocócica, que atinge pele e plano subcutâneo, e se caracteriza, clinicamente, pelo rubor e tumefação das áreas lesadas, além de acarretar sintomas constitucionais – Sinônimo popular: mal-do-monte ou mal-de-monte e (bras.) mal-da-praia, maldita e esipra.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Século XXI**. [CD-ROM] Ed. Nova Estampa, MGB Informática, 1999.

¹³ Doença que atingia as genitais masculinas e femininas. O viajante francês Luois Frecynet descreveria, em 1817, a doença desta maneira “Hydrocèle – Dans l’hydrocèle par épanchemet, on se borne presque toujours à la cure palliative. Si quelquefois on tente la guérison radicale, c’est en incisant la tunique vaginale, et, dans quelques cas très-rare, par le procédé de l’injection. L’hydrocèle par infiltration est on ne peut pas plus fréquente; les formations d’eau-de-vie camphrée sont le remède que les Brésiliens emploient avec le plus succès”. FREYCINET, Louis de. **Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820**. Disponível em: Gallica, bibliothèque numérique de la Bibliothèque nationale de France. <<<http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005, p.172.

¹⁴ Qualquer tumor carnosos testicular.

¹⁵ *O Patriota*, v.1, n.2, p.55-56, fev., 1813.

¹⁶ *Idem*, v.1, n.3, p.5-6, mar., 1813.

as moléstias de pelle hoje são tão vulgares no Paiz, que com razão podemos afirmar, que são endêmicas. As sarnas, as empigens, o escorbuto, e mesmo a elephantiasis, raras vezes se deixão de encontrar nas casas de famílias do Rio de Janeiro; principalmente as mulheres são mais sujeitas a affectar-se de enfermidades cutâneas e do escorbuto¹⁷

Em seu relato Medeiros diz que as infecções cutâneas eram tão comuns que os habitantes do Rio de Janeiro não reputavam a *Erisipela* como uma doença e a tratavam com remédios domésticos sem o auxílio da arte médica. A falta do tratamento correto e de uma dieta adequada, para o médico, causava sérias seqüelas como, por exemplo, a “frouxidão das partes” e o inchaço das pernas, além da deformação das partes afetadas, como já citado.

Os discursos dos três médicos tinham diretrizes comuns quanto às causas das enfermidades. Para eles, essas doenças eram ocasionadas, sobretudo, pela insalubridade e umidade latente da cidade que provinha dos terrenos “pantanosos” com águas paradas, geralmente localizados nos bairros pobres, como, por exemplo, em Mata-porcos, Mata-Cavalos e Catumbi, onde os terrenos exalavam vapores prejudiciais à saúde. Também, os médicos apontaram o grande nivelamento de muitos terrenos, propícios a alagamentos, com o mar, o qual somado ao fator climático, agravava a situação, pois, como disse o doutor Bernardino Gomes, a cidade estava quase abaixo do Trópico de Capricórnio, e, conseqüentemente, apresentava altas temperaturas durante praticamente o ano inteiro, além das oscilações de até dez graus registrada pelos termômetros no mesmo dia. Somava-se a isso, a estrutura urbana e geográfica que impedia a livre circulação dos ventos para dissipação dos vapores e amenização do calor.

Antonio Medeiros chegou a comparar o Rio de Janeiro com outras cidades do “interior do Paiz” como São Paulo, Mariana e Vila Rica dizendo que os nacionais destas

¹⁷ *Idem*, p.5.

terras eram mais robustos e saudáveis, pois havia maior abundância de ventos e menos “immundicia” nos seus interiores. A dieta da população também foi apontada como uma das causas da agravamento das endemias. Manoel Merreiros diz que o consumo de peixe (que apodrecia muito rapidamente) pelos enfermos agravava a situação, já Antonio Medeiros citou a péssima qualidade da carne bovina, pois o gado era confinado em pequenos currais e ficava até sete dias sem ser alimentado, causando doenças no animal que, posteriormente, seria consumido sem nenhuma restrição. Bernardino Gomes, ainda sobre os hábitos alimentares dos cariocas, acusa que muitos dos alimentos típicos consumidos ajudavam no adensamento das doenças, tais como “a banana, o aipim, os carás, as diferentes espécies de batata, as diferentes farinhas de mandioca, o arroz, as diferentes sorres de feijão &cc”. Além destes, acrescia a carne e o peixe secos, muito popular entre os escravos; o Matte e o Chá que “hoje tão familiares aos do Rio de Janeiro, he tão danoso, como o deveria ser em hum Paiz quente e humido huma bebida aquosa, e tepida”.¹⁸ Para os problemas relacionados à dieta os três doutores receitaram o exercício físico, pois eles constataram que as pessoas que realizavam alguma atividade física após a ingestão desses alimentos nativos gozavam de melhor saúde do que as sedentárias.

Outra receita para acabar com as doenças, em especial as “doenças da bexiga” que tanto acometiam os escravos, era instalar no Rio um Hospital de inoculação aos moldes do de Lisboa e tornar este procedimento obrigatório para os escravos, sendo que o não cumprimento deste acarretaria no confisco do escravo para a Fazenda Real.¹⁹ Porém, para acabar com as moléstias endêmicas, julgavam os médicos, que “somente a Mão Poderosa da Nossa Augusta Soberana poderia de huma vez arrancar as principais causas das enfermidades endemicas do Rio de Janeiro.”²⁰ Esse vaticínio, não imaginava o doutor, dez

¹⁸ *Idem*, v.1, n.2, fev., p.60-61, 1813.

¹⁹ *Idem*, v.1, n.3, mar., p.12, 1813.

²⁰ *Idem*, p.13.

anos depois seria posto em prática, pessoalmente, pelo príncipe regente de Portugal.

Quanto aos problemas morais que agravavam o quadro da saúde da população, o discurso médico produzido, no Rio de Janeiro, no final do século XVIII chegava a outro consenso sobre a situação endêmica na cidade. Diziam os médicos que a falta de trabalho e o ócio, sobretudo entre as mulheres, era um amplificador do quadro. Manoel Merreiros expressou que “a falta de emprego para numerosos indivíduos de ambos os sexos, mais principalmente feminino, também agrava todas as causas, estragando a constituição phisica, e moral”.²¹ Sobre o ócio Bernardino Gomes somou um outro problema muito sério e corriqueiro no Rio de Janeiro e que também contribuía para a questão da insalubridade e da saúde:

a prostituição, consequencia indefectivel do ocio e da riqueza adquirida sem trabalho, e fomentada pelo exemplo familiar dos escravos, que quasi não conhecem outra lei, que os estímulos da Natureza [...], se a isto acrescentar, que o mal venereo he trivialmente o fructo do commercio amoroso, e que no Rio adquire freqüentemente hum caracter escrofuloso ou escorbutoico.²²

As soluções apontadas para as questões urbanas como os alagamentos e as águas empoçadas nos terrenos pantanosos giraram em torno de duas resoluções: aumentar o nível dos terrenos na região central da cidade e rebaixar outros para que as águas pudessem escorrer mais livremente e, além disso, as regiões propensas ao acúmulo de água e dejetos de vários tipos, trazidos com as chuvas, deveriam ser aterradas. Para resolver a questão da circulação dos ventos foi levantada a possibilidade de modificar alguns morros da cidade rebaixando-os ou demolindo algumas partes.²³ Os doutores também se preocupavam com os despejos públicos, pois era prática comum na cidade os escravos caminharem com tigres e urinóis sobre as cabeças e despejarem os excrementos nas ruas, terrenos ou nas praias. A

²¹ *Idem*, v.1, n.1, p.65, 1813.

²² *Idem*, v.1, n.2, fev. p.62-63, 1813.

²³ “Do que acabo de ponderar emana por consequencia, que quanto mais elevado fosse, ou se tornasse o pavimento da Cidade e dos edificios, sendo o mais o mesmo, tanto mais seco e mais saudavel seria o ar. Não seria bem fácil este melhoramento ordenado a Camara que todos os edificios, que se reedificassem, ou construissem de novo, tivessem o pavimento doas ou tres palmos superior ao da Cidade, e que se demolisse parte de um de outro morro?” *Idem*, p.61.

proposta dos doutores era evitar a grande propagação dos “vapores venéficos” provenientes de tal prática, criando locais específicos para o depósito dos dejetos.

As casas da região urbana do Rio de Janeiro foram alvos das principais críticas dos médicos que deram os seus pareceres à Câmara da cidade, em especial pelos hábitos das famílias (livres e escravas) que as ocupavam, além da arquitetura. As fachadas estreitas com fundos largos e grandes, dificultavam a passagem do ar e sua conseqüente renovação, e elas eram construídas sobre terrenos úmidos e também tinham seu primeiro pavimento muito baixo, ficando assim muito vulnerável à infiltrações. Fora isso, não se tinha o habito de abrir as janelas para a circulação do ar. Para eliminar os odores queimava-se algumas ervas.

Dez anos depois destas observações a situação das casas parece não ter se modificado. O comerciante inglês John Luccock em passagem pela cidade deixou o seguinte registro acerca da ventilação interna das casas:

Os cubículos em que se acham os leitos raramente são abertos à influência purificadora do ar livre, nem tão pouco expostas ao sol as camas, embora úmidas de suor. A fim de tornar os quartos toleráveis e deles expulsar os miasmas²⁴ de que se acham penetrados, costumam-se queimar substâncias odoríferas, logo antes da hora de recolher; logrado pelo seu perfume agradável, o ocupante fica, por algum tempo, insensível a dor, acordando, porém, freqüentemente desfigurado, por ter sido agredido em seu curto repouso por milhares de atacantes invisíveis.²⁵

A imundície nos interiores, segundo os dizeres dos doutores e dos autores de narrativas de viagem, ocasionada pela presença das famílias escravas, também foi apontada como um foco das moléstias constantes. O doutor Bernardino Gomes disse o seguinte sobre a forma como eram ocupadas as casas:

Não se deve aqui postergar a immundice domestica originada da

²⁴ “1. Hig. Obsol. Emissão mefítica do solo, supostamente nociva, tida como causa de várias doenças endêmicas, como, p. ex., em certos locais, a malária, até que se viesse a conhecer a verdadeira etiologia destas. 2. Fig. Influência deletéria; corrupção; podridão.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Op. cit.**

²⁵ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

escravatura: todos querem ter muitos escravos, e às vezes em huma bem pequena casa, onde mal cabe a família do Senhor; há famílias de escravos, que portanto vivem amontoadas n'hum pequeno quarto ou loja: qual será o ar destes pequenos aposentos respirado por muitas pessoas por natureza, e condições imundas?²⁶

A imundice derivava, sobretudo, da falta de asseio nas casas, e o mau cheiro, presente tanto no interior quanto nas redondezas, atraía animais peçonhentos como baratas e ratos, além de moscas e mosquitos. Essa convivência com insetos era comum e constante, não só no final do século XVIII, mas nas primeiras décadas do século XIX. Muitos estrangeiros que passaram pelo Rio de Janeiro, no início do oitocentos, notaram a falta de asseio nos interiores das casas e a presença dos insetos e de animais.²⁷ Os prussianos Theodor Von Leithold e Ludwig Von Rango espantaram-se com a presença de ratos e baratas. Disseram eles, em 1820:

Ratos e camundongos em nenhuma parte vi tão numerosos. Os primeiros têm tamanho de pequenos cães e metem medo aos próprios gatos. De noite fazem uma barulheira infernal, sobretudo nos quartos ao rés-do-chão, mordendo-se e saltando de um lado para o outro sob o vazio do soalho. [sobre as baratas...] perturbam o sono [...] esvoaçam em grande número, fazendo barulho com as asas semelhante ao dos morcegos. Encontram-se em maior número nas casas cujos telhados são descuidados e nos quartos que, em vez de forro de madeiras [...] tem apenas uma estopa pintada, que em pouco tempo se estraga.²⁸

Anos antes, em 1808, Luccock compusera o seguinte texto sobre o asseio e a falta dele nas casas de famílias de donas de loja e de mercadores:

Raramente se atira água ao soalho, nas casas de mercadores e donas de loja, a fim que essa não vare para baixo e estrague as mercadorias ali guardadas. Na intenção de obviar a esse

²⁶ **O Patriota**. v.1, n.2, p.60, 1813.

²⁷ A título de exemplo citamos Jean Batiste Debret, John Luccock, Theodor Von Leithold. Entretanto, a registros positivos acerca do asseio também foram registrados, Luccock, por exemplo, em 1808, disse o seguinte acerca dos hábitos do carioca na limpeza pessoal: “terminado o jantar, traz-se o café, de cada qual toma uma só xícara, como sedativo. Surge então um escravo, de bacia de jarro, ambos em geral, de metal maciço, e com uma grande toalha atirada ao ombro; vai de convidado em convidado despejando água do jarro sobre as mãos que eles sustentam sobre a bacia. Por essa forma ele lava tudo o que quer e não somente as mãos, como também sua boca e talvez mesmo seu rosto e braço. Embora essas abluções não sejam executadas com muito decoro, elas constituem um dos hábitos mais aseados e de melhores maneiras, da terra.” LUCCOCK, **Op. cit.**

²⁸ LEITHOLD, Theodor Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.

inconveniente, e simultaneamente, assegurar-se o conforto de um apartamento bem lavado, alguns dos nossos patrícios fizeram calafetar o assoalho, tal como se usa no convés dos navios. Por essa forma conseguiram remediar até certo ponto um dos males que aqui resultam do desleixo habitual com a limpeza, pois que a poeira acumulada favorece a multiplicação das moscas e das chigas, das quais, as primeiras são muito grandes e ativas, e as últimas metem-se por baixo da pele e ocasionam chagas e até perigosas quando descuidadas.²⁹

As casas, no entanto, eram o lugar central da vida social de então, representavam um espaço privilegiado não só para a habitação, mas para sociabilidade, além de resguardar os seus moradores da contemplação indesejada, pois elas se fechavam em si mesmas, com grossas e quase impenetráveis janelas, ou gelosias, que escondiam o seu interior dos olhares de fora. Na parte interna havia varandas que normalmente davam para um pátio central, local muito freqüentado pelas mulheres. Aos visitantes, quando recebidos, reservava-se um cômodo que não fazia parte do corpo central da casa, esses “quartos de hospedes” eram adendos das casas e não tinham comunicação direta com o interior das residências.³⁰

Os únicos que tinham nas ruas o lugar principal de suas atividades cotidianas eram os escravos. Eles trafegavam pelos passeios cheios de lama carregando produtos comprados para o abastecimento das residências ou descarregando os dejetos delas, outrora ganhavam algum trocado levando os pertences de recém-chegados na cidade, ou mesmo dos habitantes locais que não tinham o costume de carregar seus próprios pertences, pois este ato era visto como função de escravo.

A vida, no Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o XIX, não era das mais fáceis no que toca as suas condições básicas, de higiene e a infra-estrutura urbana, embora esse ainda seja um problema de muitas cidades brasileiras. Ao lermos algumas narrativas

²⁹ LUCOCK, *Op. cit.*

³⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando Antonio (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 1997 (História da vida privada no Brasil, v.1). p.83-154; ver também a descrição de FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

de viagem sobre o Rio de Janeiro, nos anos próximos à chegada e durante a permanência da Corte portuguesa, notamos que esses textos ressaltam a estranheza e os contornos *não civilizados* da sociedade tropical, porém, mesmo com o discurso higienista e “os modos civilizados” da Europa é difícil imaginarmos que o cenário urbano europeu fosse eminentemente superior ao carioca, pois mesmo que as ruas já fossem predominantemente vistas como “públicas”, ou próximas a isso, o europeu comum – o não viajante narrador (geralmente alfabetizado, oficial militar, comerciante, etc.) – em seus hábitos, não devia se afastar colossalmente do habitante médio do Rio.

Gilberto Freyre, em 1922, no seu primeiro texto acadêmico “*Social life in Brazil in the middle of the 19th century*”,³¹ compara as condições de vida e trabalho dos escravos com a dos trabalhadores da indústria, sobretudo inglesa e chega à conclusão de que os negros no Brasil viviam em melhores condições, pois o local de labor dos operários era mais insalubre que as senzalas e as atividades urbanas que assumiam os “pretos”. Nas casas dos trabalhadores franceses, por exemplo, todos os habitantes tomavam banho na mesma tina de água, quando o tomavam. Porém, nas grandes cidades européias os canos das residências não desaguavam direto nas ruas e as medidas sanitaristas tinham um grande peso.

Contudo, essa breve consideração não ameniza a condição insalubre do Rio de Janeiro no início do oitocentos, e muito menos reduz a distância entre os hábitos dos locais para com os do europeu *civilizado*, caso dos viajantes narradores. As ações promovidas por D. João VI e seus ministros tiveram um amplo sentido civilizatório, pois a nova morada da monarquia portuguesa deveria ser um espelho que refletisse a grandeza do império luso.

As imundícies presentes no Rio de Janeiro, citadas anteriormente, também eram vistas como um problema moral e de costumes, em 1798 o doutor Manoel Marreiros, em

³¹ New York: Ed. Autor, 1922. Disponível em: <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>>. Acessado em: 10/08/02.

seu parecer, deu o remédio para solucionar a questão moral das doenças endêmicas e para melhorar as condições de vida da cidade. Para ele, um aparelho Policial poderia ajudar a manter as pessoas fora do ócio, e no caso de não haver ocupação na cidade, reservava-lhes o campo. Nas palavras do médico:

Pelo que pertence ao Moral, ganhar-se-hia muito em huma Policia exacta em conservar occupados, os indivíduos de ambos os sexos, acautelando que se não demorem dentro da Cidade numerosas famílias, que gemem debaixo da maior indignidade, apinhoadas em pequenas casas, onde comem mal, dormem peor, e respirão pessimamente em huma atmosphera pouco menos que sepulchral, dando-se-lhes destino, que os obrigasse ao trabalho campestre; até as mesmas mulheres ficarão de melhor fortuna, e a Cidade mais descarregada.³²

Vale realçarmos que a reedição das teses destes médicos acerca dos males e dos seus remédios em 1813 é muito significativa, pois, as ações modernizadoras e sanitárias promovidas por D. João VI e seus ministros na cidade do Rio de Janeiro já se faziam presentes e se ampliariam nos anos subseqüentes (ações essas que nos referiremos em breve). Em nota, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, principal redator de *O Patriota*, aponta que os pareceres dos médicos, em 1798, estavam sendo colocados em prática pelas ações do Príncipe Regente. Nas palavras do redator:

Devemos dizer em agora da verdade, que grande parte das causas, tanto phisicas, como moraes, que este [Antonio Joaquim de Medeiros] e os outros Médicos tem apontado, como origem das doenças do Rio de Janeiro, se tem desvanecido depois que esta Cidade tem a honra de ser a Corte de Nosso Augusto Soberano, e com muita especialidade as causas Moraes; e se temos inserido neste Periodico estes tres pareceres, tem sido para mostrar o acerto das providencias, que se tem dado, e fomentar a esperança de que ellas consigão emendar os erros de huma situação morbifica. *Redactor*.³³

O choque de mundos foi grande quando da chegada da Corte à América, pois acostumados a Lisboa, reconstruída pelo Marques de Pombal após o grande abalo sísmico

³² *O Patriota*, v.1, n.2, p.67.

³³ *O Patriota*, v.1, n.2, fev., p.71, 1813.

de 1755,³⁴ a realeza lusitana e seus adendos depararam-se com as condições insalubres da praça de São Sebastião do Rio de Janeiro e os “maus” hábitos de suas gentes que, mesmo assim, ao longo do século XVIII, ganhou gradativamente notória influência sobre o restante da Colônia. Todavia, essa influência não se reverteu em melhorias significativas da condição de vida dos cidadãos. Sua elite mercantil ao longo do setecentos, sobretudo com a prosperidade da região das “Minas”, ganhou contornos maiores e ampliou sua área de atuação, vindo a se tornar uma das mais importantes e influentes da Colônia, ao lado da elite mercantil de Salvador.³⁵ Os homens de negócio do Rio de Janeiro dominavam o *dízimo*³⁶ nas províncias do centro-sul do vice-reino e faziam negócios com outras regiões do império ultramarino português como, por exemplo, Macau (China) e Goa (Índia), sem o intermédio direto de Portugal.³⁷

Esse sucesso mercantil não gerou necessariamente melhorias urbanas e ampliação do comércio na cidade, comércio esse que era quase irrisório como já descrevemos. Os produtos trazidos do além-mar se faziam notar no uso cotidiano, tal como os sapatos de seda vindos da China que calçavam os pés das mulheres no Rio de Janeiro, fora os tecidos multicoloridos vindos do oriente, que tanto enfeitavam as sinhás como as mucamas, costume esse que pode ser observado nos registros iconográficos produzidos pelos pintores franceses, em especial Debret e que, no convívio com os portugueses europeus e outros estrangeiros, foram gradualmente se alterando.

³⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

³⁵ Sobre a o desenvolvimento da elite mercantil do Rio de Janeiro ver FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e leite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁶ *Os contratos de Dízimos*, como denominou Helen Osório, eram “prática vigente nas monarquias do Antigo Regime europeu”, e consistiam em “ceder a particulares, por meio de contratos que eram arrematados, a prerrogativa de cobrar direitos, negociar com exclusividade algum produto ou abastecer alguma região ou instituição, foi trasladada às colônias. [...] Em Portugal, os contratos que cedia a exploração do monopólio de produtos coloniais – como o pau-brasil, tabaco e diamantes – estiveram entre os mais importantes” e a partir de 1780, os homens de negócio da praça do Rio de Janeiro, de acordo com a autora, já dominavam esses contratos no Rio Grande do Sul e tinham uma destacada participação em negócios em outras regiões do império português como Angola e Goa. OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: **Idem**, p.109-110, 117-121. Ainda sobre essa questão ver SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: **Idem**.

³⁷ **Idem**, *passim*.

Quando D. João VI chegou no Brasil muitos dos problemas que afligiam o Rio de Janeiro já estavam diagnosticados pelos cariocas, tanto no discurso médico de fins do século XVIII – reeditado em *O Patriota*, em 1813 – quanto nas descrições dos viajantes que passaram pela cidade. Essas narrativas estavam em sintonia, quando apontavam os lados negativos das condições de vida da cidade. As narrativas de viagem, gênero muito difundido e consolidado no Velho Mundo, tiveram um papel importante na constituição de todo o imaginário europeu sobre o diferente e sobre a própria Europa. Essas narrativas trouxeram ao homem europeu, em um período cronologicamente longo, a perspectiva do diferente, do novo, em um primeiro momento, e, num segundo momento, serviram para balizar o exótico, o inferior, os povos fora da civilização. Porém, estes textos tiveram uma contribuição deveras importante para a percepção do europeu em relação a ele mesmo, em outras palavras, foi como se ao descrever o diferente, o Outro, esses homens passassem a se ver em um espelho, a se definir pela diferenciação colocando-se como ponto de referência e, conseqüentemente, encontrando, ou melhor, criando sua identidade.³⁸ Ao mesmo tempo em que esse processo acontecia, a imagem e a idéia de Brasil apregoadas neste gênero da cultura escrita européia, fixava-se também no país, sobretudo entre a elite culta.

Com o mesmo parecer sobre a incivilidade da cidade e dos cidadãos, enquanto permaneceu nos trópicos (1808 a 1821), D. João VI voltou suas ações na direção da construção, com voluptuosa velocidade, de prédios e espaços públicos como o Jardim Botânico, a Real Biblioteca, a Real Academia Militar, o Real Teatro de São João e a Imprensa Régia.³⁹ Cuidou também de alargar as estreitas ruas para dinamizar a circulação

³⁸ Esta perspectiva foi dada por PEYREFITTE, Alain. *O império imóvel, ou o choque dos mundos*. Niterói: Casa Jorge, 1997. Contudo essa idéia é recorrente em outros trabalhos que abordam as narrativas de viagem e o contato com o outro.

³⁹ A Imprensa Régia foi instituída por decreto do príncipe regente, no dia 13 de maio de 1808, com o intuito inicial de imprimir documentos oficiais, contudo, essa tipografia serviu também como o principal veículo de publicação nos anos joaninos de obras da nascente inteligência brasileira, totalizando, de sua instituição até 1822, 1154 obras publicadas. A relação de obras publicadas pela Imprensa Régia pode ser encontrada no catálogo organizado por CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba.

de ar e das pessoas. O objetivo do monarca português era civilizar – e em larga medida “europeizar” – os habitantes do Rio de Janeiro e de aperfeiçoar a formação intelectual e moral dos homens livres, para que estes pudessem lidar melhor com os negócios do Estado. Nesse sentido, as ações do monarca se configuraram em uma espécie de “*cruzada*” com objetivos “*civilizatórios*”.

Além dos prédios e da mudança do espaço urbano no Rio de Janeiro, D. João VI promoveu a visita e a circulação de visitantes estrangeiros – de nacionalidade, em sua maioria, francesa e inglesa. O incentivo dado pela Coroa para que homens esclarecidos, cientistas (naturalistas), viessem conhecer e estudar as terras da América foi notório, visto a quantidade de relatos produzidos e publicados sobre o Brasil nesse período.⁴⁰ A presença desses viajantes trouxe um pedaço da Europa para essas terras, sobretudo as idéias que por lá circulavam, além de dar uma amostra dos *modos civilizados* do homem europeu. Parafraseando Lilia Moritz Schwarcz, os habitantes do Rio de Janeiro tomaram “um bom banho de civilização”.⁴¹ Entre os viajantes mais ilustres, podemos citar um dos componentes da chamada “missão francesa”,⁴² encomendada por D. João VI em 1816 – outra mostra do plano civilizatório da Corte para o Trópico –, Jean Baptiste Debret,⁴³ cujas gravuras e relatos recheiam livros de história acadêmicos e didáticos.

O príncipe regente se preocupava também com o desenvolvimento da indústria e do

Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 2.v., 1993. Sobre tentativas anteriores de se estabelecer uma imprensa tipográfica no Brasil ver MARTINS, Wilson. **A palavra escrita.** São Paulo: Anhambi, 1957, p.334-363.

⁴⁰ Um levantamento destes relatos podem ser encontrados na bibliografia organizada por BERGER, Paulo. **Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros (1531-1900).** Rio de Janeiro, 1964. Citamos alguns exemplos ELLIS, Henry Sir Journal of the proceedings of the late embassy to china; comprising a correct narrative of the public transactions... Sir Henry Ellis. Londres, 1818; PRIOR, Sir James. Voyage along the eastern coast of africa, to mosambique, johanna, and quiloa; to st helena; to rio de janeiro, bahia. Londres, 1819. Mac Leod, John Narrative of a Voyage, in his majesty's late ship alceste, to the yellow sea (...); ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Journal von Brasilien, oder Vermischte nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen reisen gesammelt von W.C. [i.e. L.] von Eschweg, 1818.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Op. cit.**

⁴² Segundo Lilia Schwarcz, a “missão tinha objetivos mais amplos do que a ‘educação artística’, (...). Afinal, faltava de tudo, e profissionais especializados em diferentes áreas vieram no mesmo navio: técnicos em construção naval, em construção de veículos, em curture... atendendo a outros interesses do Estado e formando homens destinados aos empregos públicos, mas também à agricultura, mineralogia, indústria, e comércio (...), o fim último era [como disse o decreto que instituiu a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios] a ‘civilização dos povos mormente neste continente’”. **Idem**, p.311. A escola de “belas artes” planejada desde 1813, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, não saiu do papel, porém, a historiadora disse que só a existência do edital serve ao historiador da cultura para observar o panorama e as intenções do Governo de D. João VI para o Brasil. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, Cultura e Sociedade: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821.** São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP.

⁴³ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Faculdade de São Paulo, 1978 (2.v).

comércio. Quatro anos antes da encomenda da “missão francesa” foi emitido, em Lisboa, um edital “*Pelo qual se convidam artistas de Portugal a emigrar para o Brasil*”. Dizia o edital assinado por Manoel Joaquim d’Oliveira Lage:

A Real Juncta da Fazenda da Marinha, em cumprimento da Immediata, e Real resolução de 4 do corrente mez, faz público a todos os operarios, e artistas das differentes officinas de Carpinteiro de machado; de Ferreiro de forja, e lima; de Latoeiro, e fundição; de Caldeiro; e de Cordoeiro que conheçaõ a Calda, e Estufa; que voluntariamente quizerem passar para o Rio de Janeiro, dirigindo os seus Requerimentos ao mesmo Tribunal, para a sua qualificação, se lhes fara effectivo pagamento de tudo o que tiverem vencido, e de quatro mezes de avanço de seus jornaes, pagando-se um logo aqui, e os tres ás suas respectivas familias, e ração diaria de Puraõ para cada um: Outro sim se declara, que esta deliberação se estende igualmente aos artistas, operarios, que se occupaõ nas officinas, e destinos do serviço publico, e dos particulares. Lisboa, 11 de Janeiro de 1812.⁴⁴

Essas modificações foram apenas o início de um processo que se estenderia pelo século XIX. A *ação civilizatória* do monarca nos trópicos teve um duplo desdobramento: o primeiro foi o coroamento, em certa medida, dos seus esforços no sentido de “europeizar” os costumes e melhorar a formação intelectual e moral – usando uma expressão da época – dos homens livres da praça do Rio de Janeiro; o segundo, não planejado, deu bases para a formação de uma elite local emergente e embrionária que acabou por conduzir e ampliar esse esforço “europeizante”, ou seja, a *cruzada civilizatória* teve reflexos não planejados na sua gênese, culminando na apropriação do projeto de civilização, iniciado nos anos joaninos, pela elite local.⁴⁵

Não podemos esquecer que a população do Rio de Janeiro não era feita apenas de homens letrados, mas era composta por escravos, livres pobres, comerciantes, mercadores e traficantes de escravos, além do mais, a chegada e a permanência da “comitiva” portuguesa da Corte, “engordou” consideravelmente a população da cidade do Rio de

⁴⁴ Edital reproduzido na seção Política do CB, v.8, n.45, jan., p.113-114, 1812.

⁴⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999. p.53-98.

Janeiro no período em questão. O conselho do doutor Manoel Marreiros, dado em 1798, para resolver os problemas morais, no qual “ganhar-se-hia muito em huma Policia exacta em conservar occupados, os indivíduos de ambos os sexos”, parece ter sido “seguido” pelo monarca português, ou representava em muito uma idéia de ação a ser tomada, medida essa que muitos países europeus adotaram para “vigiar e punir” as populações nacionais, desde meados do século XVIII. Nesse sentido, a Intendência Geral de Polícia foi instaurada no Rio de Janeiro, em 1808, sob os auspícios de Paulo Fernandes Vianna.⁴⁶ A Polícia não ficou apenas por conta de vigiar as transgressões legais, mas encarregou-se também de combater os desvios morais e de costume, atuando assim como uma espécie de *policia de costumes*.

Nos primeiros anos de atuação da Polícia, um cuidado muito especial foi tomado para acabar com os maus hábitos em relação à higiene, sobretudo, nos espaços públicos, contudo, os escravos e os pobres livres foram alvo das atenções especiais da Intendência. Segundo Thomas Holloway, o crime que fazia com que muitos fossem presos, sobretudo os negros, era genericamente denominado de Capoeira. Essa atividade poderia ser um simples aglomerado de negros escravos, rodas de dança, bebedeiras, ou simplesmente as pessoas eram presas sob a acusação de realizar tal prática.⁴⁷

Não fazer nada, ou melhor, vadiar também era motivo de repreensão. A vadiagem era conceituada por lei – Decreto de 4 de Novembro de 1755, Aviso de 27 de Janeiro de 1757 e Carta Régia de 25 de Fevereiro de 1789. No edital régio fixado em Lisboa por ordem do Intendente interino Geral de Policia, João de Mattos Vasconcelos Barbosa Magalhães, em março de 1812, o vadio era definido da seguinte maneira: “se considerem vadios todos aquelles homens, ou rapazes, em estado de se occuparem, que se acharem

⁴⁶ HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.19-71.

⁴⁷ **Idem.** ver também CHVAICER, Maya Talmon. The criminalization of *Capoeira* in Nineteenth-Century Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v.82, n.3, p.525-547, aug., 2002.

sem domicilio certo, sem abrigo, ou destino, dormindo debaixo de alpendres, tilheiros, cáes, estaleiros.”⁴⁸

A austeridade da ação policial não era proporcional à aplicação da justiça. O viajante inglês John Shillibeer, em 1817, fez a seguinte observação sobre as leis e a justiça:

The laws of this place seem to be very deficient; without money it is impossible obtain justice, and with it you can prevent its being administered. The murder of a lay-subject is scareely ever punished; the least insult to the church, most rigorously.⁴⁹

Ainda no mesmo ano, outro inglês, assim como Shilibeer, em missão de embaixada à China registrou o seguinte contraste social e visual:

It is almost impossible for a person possessing the least reflection, to pass this spot without being struck by contrast, which must necessarily present itself to him. — On the one and, he may contemplate the palace of a voluptuous prince, surrounded by courtiers and wallowing in luxury, on the other, slavery in its refined and horrible state

Além dos insultos contra a igreja, eram exemplarmente punidos os que atentassem contra tesouros como, por exemplo, os diamantes. Vassili Mihailovitch Golovnin, oficial de marinha russo em sua passagem pelo Rio de Janeiro para reabastecimento, em 1817, ao se lembrar da narrativa de um inglês que contrabandeou pedras preciosas do Brasil, com ajuda de funcionários portugueses, e “abriu um comércio de pedras preciosas”, deixou o seguinte registro:

Mal pagou, porém, os fiscais portugueses pela sua complacência: publicou um livro no qual descreveu todos os abusos e astúcias, usados no Brasil na exportação clandestina dos diamantes. Citou também o nome dos funcionários que participavam dessas fraudes. Quando o governo soube desse livro, fez julgar todos os que foram nomeados nele e ordenou seu enforcamento.⁵⁰

⁴⁸ Edital reproduzido no CB, v.8, n.47, abr., p.409-411.

⁴⁹ SHILLIBEER, John. *A narrative of the Briton's voyage, to Pitcairn's Island by J. Shillibeer...*; illustrated with eighteen etchings by the author from drawings on the spot. Londres, 1817.

⁵⁰ BENNINGSEN, Emanuel de (Conde). O Brasil meridional visto por um oficial de marinha russo no início do século XIX. *Revista de História*, ano II, n.6, abr-jun, p.391-410, 1951, p.409 (reimpresso em 1974). [tradução da narrativa de viagem do almirante Golovnin].

A ação da Polícia, no entanto, somada ao aparelho burocrático organizado no Brasil passou não só a verificar os excessos contra a ordem e os bons costumes, mas também auxiliou na organização da “*iluminação*” da cidade. As leis, decretos, portarias e editais publicados tinham por objetivo regular e erradicar a insalubridade e civilizar a população e a cidade. Ana Maria de Almeida Camargo, diz que essa legislação “se tratava, com efeito, da manifestação rotineira da vontade do soberano na gestão dos negócios públicos, cujo conteúdo [era] tão variável quanto o permitia a área de jurisdição do poder real naquele tempo.”⁵¹

Com este propósito muitas medidas foram tomadas, tais como, o Edital de 11 de junho de 1809, de autoria do Intendente Geral de Polícia onde se proibia aos moradores da cidade de “terem rotulas ou gelosias de madeira nas janellas das suas casas, &c.”⁵² Essa medida visava acabar com o aspecto sombrio que essas peças de decoração davam as ruas, além disso, as gelosias e as grades eram consideradas como objetos que impediam a renovação dos ventos.⁵³ Em 1810, novo edital, agora determinando posturas para a posse e o uso de animais de carga e carroça, no espaço urbano, foi fixado por Paulo Fernandes Vianna.

Medidas legislativas em relação à Saúde Pública também foram tomadas, como, por exemplo, os dois alvarás referendados pelo Conde de Aguiar, em 22 janeiro de 1812. O primeiro estabelecia “um juízo de provedoria mor de saúde, para regular as quarentenas, que devem fazer os navios dos diversos portos, e os que trazem carregação de Negros”; já o segundo estabelecia o regulamento para a atuação dos delegados do Físico-mor “para

⁵¹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 1993, v.2, p.IX.

⁵² **Idem**, p.27

⁵³ O cônego Luís Gonçalves dos Santos, em 1811, ao concordar com as medidas régias disse que “nunca o Rio de Janeiro executou ordem supeior com tanto gosto e geral satisfação. Era certamente espectáculo agradável ver todas as ruas ao mesmo tempo caírem por terra as disformes e fúnebres gelosias à voz da autoridade pública, que aconselhava e mandava o desassombramento de uma cidade que, sendo já famosa pela sua situação plana, ruas pela maior parte rectas e regulares, limpas e bem calçadas (...), ostentava ainda a aparência de moradia de encarcerados (...)” apud FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p.18-19.

evitar os danos, que podem resultar a saúde publica da imperícia dos curadores, e fraudes dos medicamentos, e drogas, de que se compoem”.⁵⁴

A Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro que acima de tudo foi uma “polícia de costumes”, ao assumir também um papel legislativo tentava, a partir de sua autoridade e de sua função punitiva, corrigir drasticamente os maus hábitos e impulsionar a “civilização”.

A ação do monarca para melhorar as condições de vida do Rio de Janeiro não ficou restrita apenas às modificações urbanas e aos “hábitos higiênicos” da população, pelo contrário, para melhorar a formação moral e intelectual dos quadros da cidade o príncipe regente tomou uma série de medidas no intuito de ilustrar os *homens bons* do reino do Brasil. A transferência da Corte inaugurou a época das luzes no Brasil.⁵⁵ Uma das primeiras medidas tomadas, neste sentido, foi a permissão para que se instalasse no Rio de Janeiro a primeira tipografia régia.

A tipografia completa instalada no Rio de Janeiro, segundo Borba Moraes, veio a bordo da nau *Meduza*, encomendada da Inglaterra por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para ser utilizada em sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, porém nunca foi usada.⁵⁶ Interessante mencionar que um detalhe, ou melhor uma hipótese nos saltou aos olhos: Hipólito da Costa teve uma participação direta na aquisição desta tipografia, apesar de Borba Moraes não mencionar.

No ano de 1802, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, segundo Carlos Rizzini, incumbiu Hipólito da Costa, recém-chegado dos Estados Unidos da América, de comprar os materiais necessários, na Inglaterra, para a composição de uma tipografia. Contudo, após comprar os materiais e retornar a Portugal, Hipólito foi preso pelo Santo Ofício sob a falsa

⁵⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, v.2, p.34-35.

⁵⁵ CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836**. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981

⁵⁶ MORAES, Rubens de Borba. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, p.XVII

acusação de ter viajado ao exterior sem passaporte.⁵⁷ A literatura especializada em Hipólito da Costa, após mencionar este episódio, não menciona qual fim tomou a tipografia comprada. Contudo, quando Borba Moraes descreve que essa tipografia esteve encaixotada desde sua compra nos leva a acreditar que essa pequena hipótese seja verossímil. Além do mais, as tipografias régias que funcionavam em Portugal não foram desativadas após a mudança da Corte para o Brasil. As tipografias régias de Lisboa serviram as autoridades para a publicação de material oficial (editais, panfletos, jornais, etc.). Borba Moraes ainda acrescenta que “o fato de não terem sido esquecidos os caixões contendo a tipografia parece-nos uma prova adicional do planejamento da mudança da Corte para o Brasil, e não uma fuga desordenada.”⁵⁸

Contudo, esse é apenas um detalhe se comparado à importância que a instalação da Imprensa teve no Brasil no período. No dia 13 de maio de 1808 publicava-se o seguinte edital:

Tendo-me constado, que os Prelos, que se achão nesta Capital, eraõ os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que há da officina de impressão nestes meus estados: Sou servido, que a caza, onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimaõ exclusivamente toda a Legislação, e papeis diplomaticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço; e se possaõ imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da guerra o tenha assim entendido; e procurará dar ao emprego da officina a maior extensão, e lhe dará todas as Intrucçoens, e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estaçoens o que mais convier ao meu Real serviço. Palacio do Rio de Janeiro,

⁵⁷ Em 1802 foi preso em Lisboa sob a acusação de ter viajado ilegalmente para o exterior sem passaporte. Hipólito acabou sendo confinado na prisão do Santo Ofício. O motivo da prisão como atesta seu biógrafo e analista Carlos Rizzini não teve muito a ver com uma questão legal, pois sua viagem à Inglaterra foi encomendada por D. Rodrigo de S. Coutinho para que ele adquirisse material para a instalação da Imprensa Régia. A razão do confinamento, segundo Rizzini, foi por Hipólito ser um hábil articulador entre as lojas maçônicas portuguesas e inglesas, e por tentar abrir lojas maçônicas em Portugal com ajuda dos “irmãos” ingleses. Em 1805, ao escapar “cinematograficamente” – após quase três anos – da prisão fingindo uma dor de barriga e surrupiando as chaves de sua cela ganhou as ruas e seguiu de imediato para Gibraltar e de lá para a Inglaterra onde foi acolhido pelos maçons ingleses. Hipólito viveu em Londres até 1823, ano de sua morte. RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Ed. Ilustrada. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957, p.13-15.

⁵⁸ MORAES, Rubens de Borba. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, v.1, p.XVII.

em treze de maio de mil oito centos, e oito – *com a Rubrica* Do Príncipe Regente, N.S.⁵⁹

A instalação da Imprensa Régia foi recebida com entusiasmo pelo redator do Correio Braziliense que não poupou elogios ao monarca e a seu ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Segundo Hipólito da Costa, “o decreto que fica assim assim transcripto, não pode deixar de infundir um grande prazer, em todos homens bem intencionados, e amigos da humanidade”⁶⁰. Entretanto, não foi só o redator do *Correio Braziliense* que recebeu com grande ânimo a notícia da instalação da Imprensa no Brasil, o padre Pereca também o recebeu e registrou o seguinte comentário:

O Brazil até ao feliz dia 13 de maio do anno de 1808 não conhecia o que era Typographia; foi necessario que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este paiz, não só quanto á sua agricultura, commercio, e industria, mas também quanto ás artes e sciencias, dissipando as trevas da ignorancia, cujas negras, e medonhas nuvens cobrirão todo o Brazil, e interceptarão as luzes da sabedoria.⁶¹

O papel das letras era compreendido como fundamental para o desenvolvimento da civilização. Na introdução do número de estréia de *O Patriota* as letras foram colocadas no seguinte patamar:

He huma verdade, conhecida ainda pelos menos instruidos, que sem a prodigiosa invenção das letras, haverião sido muito lentos os progressos nas Sciencias, e nas Artes. Por elas o Europeu transmite ao seu antípoda as suas descobertas, e as mais doces sensações da nossa alma, os nossos mesmos suspiros (para falar com Pope) voão do pólo á India [...]. vôa a despeito das injurias do tempo, e prende remotíssimos anneis da cadêa não interrompida dos erros do entendimento, e dos crimes do coração humano.⁶²

A partir deste momento da instalação desta Tipografia, o que antes era proibido passou a ser incentivado no Brasil: a produção de textos impressos. A principal função da

⁵⁹ CB, v.1, n.6, nov., 1808, p.517-518.

⁶⁰ Idem, p.518

⁶¹ SANTOS, Luiz Gonçalves dos. Memórias para servir a história do Reino Unido do Brazil. Apud MORAES, Rubens de Borba. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. *Op. cit.*, p.XVII.

⁶² *O Patriota*, v.1, n.1, jan., 1813.

impressão régia era viabilizar a publicação de material oficial, entretanto, no período que se estendeu de 1808 a 1822, a Imprensa Régia levou a público cerca de 1428 obras (livros, periódicos, folhetos, etc.) e um grande número de decretos, editais, avisos e outros documentos oficiais, que nestes quatorze anos contabilizaram 1427 publicações.⁶³ Os livros editados, nessa tipografia trataram dos temas mais variados. Rubens Borba de Moraes observou que o material, o acabamento, os tipos, tinham uma qualidade admirável e em nada deviam às peças publicadas no Velho Mundo como, os livros de matemática que, além de apresentarem um conteúdo atualizado em relação à produção européia, graficamente atingiram um resultado muito belo.⁶⁴

Após o decreto que criava a Imprensa Régia, ela foi estruturada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho que nomeou, em 26 de junho de 1808, uma Junta Administrativa composta por José Bernardo de Castro, José da Silva Lisboa e Mariano José Pereira da Fonseca (futuro marques de Maricá).⁶⁵ A 27 de setembro do mesmo ano os censores Frei Antônio de Arrábida, Padre José de Carvalho e Melo e José da Silva Lisboa foram nomeados. Um mês depois foi o “pessoal burocrático” (“um escriturário, um servente-apontador e um porteiro”).⁶⁶

O primeiro texto tipografado na Imprensa Régia foi *Observações sobre o Commercio Franco do Brazil pelo autor dos principios do direito mercantil*, de autoria de José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu (título concedido em 1826). Esta brochura inaugurou a impressão de material não legislativo e burocrático, e veio a público em duas partes (a primeira em 1808 e a segunda em 1809). O ensaio do velho sábio, como se autointitulava Silva Lisboa, fez uma reflexão sobre as vantagens que a abertura dos Portos e a revogação da lei que proibia a instalação da indústria trariam para o Brasil, ou melhor, fez

⁶³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**,

⁶⁴ MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, p.XXIV.

⁶⁵ **Idem**, p.XIX.

⁶⁶ **Idem**.

uma calorosa defesa de tal ato real. Além disso, expôs as benesses que o comércio franco trazia ao desenvolvimento da riqueza das nações, para ele a liberdade econômica era um princípio fundamental. José Mauricio de Carvalho, estudioso dos textos de Cairu, apontou que esta foi uma recorrência no pensamento do futuro visconde. Conforme Carvalho, “o visconde de Cairu insistiu que a adoção das práticas liberais propiciaria o aperfeiçoamento moral proporcionando o progresso e a felicidade”.⁶⁷

Silva Lisboa debruçava-se com especial dedicação nos escritos de Adam Smith e Edmund Burke, de cujo interesse resultou a sua vasta produção na área da Economia Política. O futuro visconde não poupou argumentos para rechaçar alguns princípios desenvolvidos pelo pensamento político francês, na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, em especial quando a argumentação punha em questão a Monarquia.⁶⁸ As duas citações da epígrafe do *Observações...* deixam claras as inclinações e preferências que foram expostas no decorrer do texto. A primeira foi um discurso pronunciado na Câmara dos Lordes, em 20 de janeiro de 1808, e dizia:

His Majesty implores the protection of Divine Providence upon that enterprise, reijocing in the preservation of a Power so long the Friend and Ally of Great Britain, and in prospect of its establishment in the New World with augmented Strength and Splendour.⁶⁹

A segunda citação foi retirada de *Os Lusíadas* de Camões e tinha o seguinte conteúdo:

Se queres com pactos e alianças
De paz e de amizade, sacra, e nua,
Comércio consentir das abundâncias
Das fazendas das terras, suas e tuas;
Porque crescem as rendas e abastanças,

⁶⁷ CARVALHO, José Mauricio de. A filosofia moral de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. **Cultura**: revista de história e teoria das idéias, Lisboa, v.9, 1997, p.438.

⁶⁸ Curiosidade à parte, Wilson Martins ao dissertar sobre outro texto do futuro Cairu, *Os princípios de Direito Mercantil*, apontou que o primeiro contato do baiano com as doutrinas de Smith se deu em 1788, quando alguns textos do economista inglês foram traduzidos para o francês. MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78, p.16-17. Silva Lisboa criticou os pensadores franceses com profundo conhecimento de causa.

⁶⁹ ROCHA, Antonio Penalves (org. e introd.) **José da Silva Lisboa**, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001, p.62.

Por quem a gente mais trabalha e sua
De vossos Reinos; será certamente
De ti proveitoso, e dele glória ingente.⁷⁰

Na segunda parte do texto, editada em 1809, o autor fez uma crítica à política externa francesa, em especial aos atos belicosos de Napoleão Bonaparte. Em toda sua argumentação, o parâmetro de comparação, ou melhor, o contraponto à França, foi a Inglaterra, e mais do que isso, os ingleses representavam para José da Silva Lisboa um modelo a copiar, em outras palavras, eram eles um dos principais parâmetros de civilização. Em 1809, Silva Lisboa escreveu o seguinte sobre a terra dos bretões:

Os ingleses não me são conhecidos por injúria, ou benefício. Sendo o seu governo o sempre fiel amigo e aliado da Coroa portuguesa, é natural que todo o patriota sinta predileção pela Grã-Bretanha. Os que amam a literatura, e fazem votos para o progresso da civilização, talvez não possam deixar de ter alguma parcialidade por este país, como pátria dos sábios, artistas, e argonautas, mais úteis ao gênero humano.⁷¹

Lisboa justifica essa apologia da seguinte maneira:

Faço esta apologia antes de entrar na discussão seguinte; porque receio que a proposição, que vou demonstrar, pareça não só paradoxal, mas também, extravagante, aos preocupados com sinistras impressões dos escritos cavilosos, e incendiários destes miseráveis tempos, em que até é moda taxar de Alglomania aos que detestam a idolatria galicista, com todas as suas artes, e fascinações.⁷²

Destacamos este primeiro ensaio por causa de seu autor, pois foi ele quem mais textos publicou na Imprensa Régia, entre os quais se destacam as publicações periódicas e panfletos políticos, que somaram sete entre 1821 e 1823.⁷³ Além do número de publicações e da relativa importância que tiveram estes textos, José da Silva Lisboa, desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, esteve muito próximo ao governo, tanto no

⁷⁰ **Idem.**

⁷¹ **Idem**, p.75

⁷² **Idem.**

⁷³ **Idem**, p.53. Além dos periódicos o autor também publicou, entre 1808 e 1822, 16 livros fora as traduções. Sobre a atuação de Silva Lisboa enquanto periodista ver LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.483-485.

trabalho cotidiano que envolvia atividades burocrático-administrativas (censor, membro diretor da junta administrativa da impressão régia, etc.), quanto na qualidade de um pensador a todo momento pronto para emitir sua opinião erudita em prol do poder régio estabelecido no Rio de Janeiro.

Antônio Candido, em *Formação da Literatura Brasileira*, apontou que boa parte do material escrito produzido no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821, caracterizou-se por ser textos de “preito ao rei”. Nesse sentido, Candido usou como um dos principais exemplos os impressos de Cairu, autor que, sempre próximo do poder, teve, segundo o crítico, uma das penas mais cordiais e sujeitas ao augusto da casa de Bragança. Ainda no mesmo texto, Candido contrapõe Hipólito da Costa a Cairu, distinguindo a atuação do redator do *Correio Braziliense* como mais independente e coerente, visto que Hipólito representou de certa forma uma oposição aos atos de todas as espécies dos administradores de Lisboa e dos ministros de D. João VI.

Voltando à *Imprensa Régia*, podemos dizer que sua instalação veio suprir uma demanda que esteve reprimida por muitos anos, pois, aproximadamente doze meses após sua instalação medidas foram tomadas para ampliar os prelos, visto que a procura para a produção de novas peças escritas era maior do que a capacidade instalada. Segundo Lilia Schwarcz, a “Imprensa Régia já nasceu com o trabalho atrasado”.⁷⁴ A procura, vale salientar, era muito diversificada,⁷⁵ saíram das prensas, por exemplo, em junho de 1808, o primeiro periódico escrito e impreso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822).

⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p.251.

⁷⁵ José Mindlin na apresentação da *Bibliografia da Imprensa Régia* fez a seguinte observação sobre a diversidade da produção e os impactos do estabelecimento desta tipografia no Brasil: “a falta de uma imprensa própria forçosamente limitava o desenvolvimento político e cultural, pois os livros e periódicos importados atingiam apenas uma parcela do Rio de Janeiro daquela época. É espantoso que, nos poucos anos que medearam entre o início e o fim da ‘Impressão Régia’, tanta coisa tenha sido publicada. A própria heterogeneidade dos títulos revela uma grande curiosidade intelectual, e o fervilhamento de interesses os mais diversos: romances, estudos históricos, poesia, teatro, crítica literária, trigonometria, astronomia, medicina, religião, saúde pública, e outras coisas mais, tudo isso formou um emaranhado de assuntos, cujo critério de seleção é extremamente difícil de discernir. O que é certo é que a ‘Impressão Régia’ não se limitou à divulgação dos atos oficiais, e sua existência abriu caminho para numerosas edições, para o surgimento de outras editoras e tipografias [...]”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borja. *Op. cit.*, p.IX.

Para além dessa publicação, de caráter oficial, vieram a público, por exemplo, textos como *Memoria Historica da Invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807*, impressa sem autoria, atribuída, contemporaneamente, ao bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho; a *Corografia Brazilica*, de Manuel Aires do Casal, que chegou ao público, em 1816; *Methodo novo de curar segura e promptamente o antraz ou carabunculo, e a pustula maligna... por Luiz de S. Anna* (1811), e as *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro* de autoria do físico-mor e médico da Real Câmara, Manoel Vieira da Silva, publicada em 1808. Este último texto, segundo Borba Moraes, foi o primeiro a versar sobre a higiene pública e teve suas proposições acerca da melhora do clima e da higiene postos em prática cem anos depois pelo prefeito Pereira Bastos.⁷⁶

A qualidade das publicações e dos letrados que habitavam o Rio de Janeiro de D. João VI chamaram a atenção do naturalista francês Louis de Freycinet, que passou pelo Rio de Janeiro em duas oportunidades, a primeira em fins da década de 10 e a segunda no início da década de 20 do século XIX. Freycinet produziu um extenso relato sobre o Rio de Janeiro, com mais de quatrocentas páginas, no qual não somente narrou sua passagem pela cidade, como também escreveu uma história da capital do Brasil desde sua colonização até os dias de D. João VI. No texto abordou diversos aspectos das atividades humanas realizadas naquela urbe, como as danças, as doenças, a habitação, o clima, a ocupação, etc. Para tanto, o naturalista lançou mão de outras narrativas de viagem e de algumas publicações que circulavam na cidade desde a transferência da Corte, dentre as quais o periódico de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, *O Patriota*,⁷⁷ constantemente

⁷⁶ MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, p.XXIII.

⁷⁷ Mesmo quando não o cita diretamente em rodapé é perceptível que muitos elementos que compuseram a narrativa do viajante francês foram apresentadas anteriormente no periódico.

mentionado por Freycinet. O registro que deixou acerca dos letrados e de sua produção escrita foi o seguinte:

Nous avons déjà cité la capacité et les talents de l'évêque D. José Caetana Coutinho, du père San-Payo, prédicateur du roi, de D. Leandro Sacramento, professeur de botanique et d'agriculture. A cette liste peu courte on doit néanmoins ajouter les noms du père Manoel Ayres de Casal, auteur de la *Corografia brasileira*; de Silvestre Pinheiro Ferreira, métaphysicien distingué; du major João Gomes, directeur du jardin botanique, &c, enfin, s'il faut en croice la renommée, la plupart des professeurs de l'école miitaire et de celle de la marine.⁷⁸

Contudo, Freycinet, ao descrever a importância e o desenvolvimento da literatura, ciência e das Belas Artes na nova sede da monarquia lusitana, ponderou:

Dans um pays où le climat autant que les habitudes portent à la nonchalance et à la mollesse, où tant d'institutions utiles, nécessaires même, restent encore à créer, on ne doit pas s'attendre à ce que l'étude des lettres, des arts et des sciences soit portée à un très-haut degré de developpment. Cependant quelques Portugais distingués par leur mérite dans plus d'un genre, sont venus s'établir au Brésil; sans doute animés par leurs exemple, les colons chercheront bientôt à marcher sur des traces aussi honorables; et par-là se trouveront démenties ces assertions sévères qui m'ont été répétées bien souvent, «que les Brésiliens, pour la plupart, ne sentent ni l'importance de l'instruction, ni l'avantage d'avoir de bons livres.»

Provavelmente Freycinet, quando fez essas considerações, não conhecia o comércio de livros e as restrições feitas pelo governo português à leitura e à aquisição de certas obras nos territórios de domínio português.⁷⁹ Contudo, esse aparente desinteresse, referente à ausência entre os brasileiros da importância da instrução e do reconhecimento das vantagens trazidas pelos bons livros, não pode ser explicado pela falta de empenho dos colonos, mas sim pela falta de uma política que privilegiasse e incentivasse a produção de conhecimento fora do reino – como fez a Espanha em suas possessões na América.⁸⁰

⁷⁸ FREYCINET, Louis. **Op. cit.**, p.213-214.

⁷⁹ Falaremos sobre essas proibições e o comércio de livros no próximo Capítulo.

⁸⁰ A comparação das políticas diante do conhecimento adotadas por Portugal e Espanha em suas colônias pode ser encontrada no estudo de CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: _____. **A construção da ordem/O teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Entretanto, como também notou Freycinet,⁸¹ houve uma melhora na educação dos brasileiros, pois, ao transferir a Corte para o Brasil, D. João VI, por meio da ação de seus ministros, empreendeu, como sumariamente nos referimos, uma série de transformações na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de melhorar a formação dos seus súditos do Brasil, civilizando-os; além disso, havia o interesse em formar bons quadros para lidar com os negócios do Estado, dentre os quais os negócios relacionados à navegação, à defesa e à guerra, em outras palavras, às atividades militares. Nesse sentido, criou-se a *Academia Real de Guarda Marinhas* (1808), a *Real Academia Militar* (1810) e, para atender a uma outra demanda, foram instalados os estudos de *Cirurgia no Hospital da Misericórdia* (1813).

Concomitantemente à criação desses cursos, houve a proliferação das aulas de primeiras letras e de línguas vivas – sobretudo, o Inglês e o Francês – para meninos e meninas. Havia também disciplinas que eram ensinadas exclusivamente para um gênero ou outro, como, por exemplo, o ensino de matemática, que era voltado para os meninos; as meninas recebiam aulas que tinham como base curricular o aprendizado de tarefas domésticas – que durante muitos decênios foram vistas como atividades típicas do exemplar feminino da espécie –, tais como cozer, bordar, lavar, etc.⁸² Entretanto, de acordo com a historiadora portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva, na questão da educação, “o papel do Estado (...) concentrou-se na preparação de oficiais e de cirurgiões”, que atendiam às necessidades mais latentes da nova capital e da colônia como um todo.⁸³

⁸¹“Em general, les études se sont beaucoup améliorées depuis l’arrivée du roi. On enseigne maintenant, dans quelques écoles publiques⁽³⁾[Et même *gratuites*, selon que me l’a assuré M. D’Almeida], le latin, le grec, le français, l’anglais, la rhétorique, la philosophie, les mathématiques, le dessin et le commerce. Il y a, en outre, trois académies ou écoles spéciales, savoir, une pour la marine, une autre destinée à former des officiers du génie et de l’artillerie, une troisième médico-chirurgicale”. FREYCINET, Louis. **Op. cit.**, p.201. Freycinet ao escrever a história do Rio de Janeiro dedicou um dos capítulos para descrever as melhoras promovidas por d. João VI.

⁸² Descrição mais detalhada desta distinção na educação entre os gêneros pode ser encontrada em SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, Cultura e Sociedade: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821**. São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP, v..I, fl.158-160.

⁸³ Idem, fl.142.

A educação básica avançou em especial pela constante emigração e imigração de professores e professoras (francesas em sua maioria) que ministravam aulas particulares. No jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, durante toda a década de 10 do oitocentos, eram comuns anúncios de Lentes que ofereciam essas aulas para meninos e meninas. Entretanto, o ensino técnico foi o que melhor floresceu no período em questão. As aulas particulares proferidas por estrangeiras cresceram substancialmente a partir de 1820 e eram muito concorridas. No mesmo período houve um pequeno avanço na educação feminina, pois “as moças locais já podiam freqüentar dois colégios, onde lhes era oferecida uma educação básica pouco mais sistemática que as concorridas aulas particulares.”⁸⁴

No que tange aos cursos “técnico-superiores”, o plano inicial do curso de *Cirurgia do Hospital da Misericórdia*, de 1812, tinha por objetivo, além da formação de Cirurgiões, a constituição de um corpo de Médicos – que na hierarquia dos conhecimentos e no exercício da arte médica estavam acima dos Cirurgiões. Esse plano de 1812, todavia, foi reformulado em 1813, e posto em prática apenas como um curso de Cirurgia, sobretudo porque a necessidade exigia uma formação mais rápida (2 anos, ao invés de 5), e assim, no Brasil, o Cirurgião acabou por se igualar e ocupar o lugar dos médicos.⁸⁵

Dois anos antes, em 1810, o conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da guerra e dos negócios estrangeiros, criou a *Real Academia Militar*, que formaria os oficiais militares do Brasil. Este curso era também um curso de Ciências Exatas. O edital de 4 de dezembro, além de comunicar a instalação do curso na cidade, trouxe o regulamento e o estatuto de funcionamento do curso, distribuídos em doze títulos de autoria do Conde de Linhares. O edital trazia em sua introdução o seguinte conteúdo:

[...] Faço a saber a todos os que esta Carta virem, que Tendo consideração ao muito que interessa ao Meu Real Serviço, ao

⁸⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção de um público In: **HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense ou Armazém Literário** – Estudos. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v.XXX, p.553-604, 2002, p.574.

⁸⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Op. cit.**

bem publico dos Meus Vassallos, e á defesa e segurança dos meus vastos Domínios, que se estabeleça no Brazil, e na Minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, um Curso regular das Sciencias exactas, e de Observação, assim como de todas aquellas, que são applicações das mesmas aos Estudos Militares e Practicos, que formão a Sciencia Militar em todos os seus difficeis e interessantes ramos, de maneira, que dos mesmos Cursos de estudos se formem habeis Officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da Classe de Engenheiros Geographos e Topographos, que possaõ também ter o util emprego de dirigir objectos administrativos de Minas; de Caminhos, Portos, Canaes, Pontes, Fontes, e Calçadas: Hei por bem, que na minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, se estabeleça uma Academia Real Militar para um Curso completo de Sciencias de Observação, quaes, a Phisicas, Chimica, Mineralogia, Metallurgia, e Historia Natural, que comprehenderá o Reino Vegetal e Animal, e das Sciencias Militares em toda a sua extensão, tanto de Tática como de Fortificação, e Artilharia [...]. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Dezembro de mil oitocentos e dez. PRINCIPE Com Guarda. Conde de Linhares.⁸⁶

Para ingressar na carreira militar, o candidato deveria ter no mínimo 15 anos e ter, obrigatoriamente, um certo conhecimento em inglês e em francês.⁸⁷ A formação na *Academia Real de Guarda Marinhas*, transferida de Portugal para o Brasil em 1808, levava três anos. O curso completo era dividido em duas áreas: Teoria e Prática. Na parte teórica os alunos aprendiam Matemática Pura (aritmética e álgebra, geometria, calculo diferencial e integral) e Aplicada (aplicação de álgebra e geometria, mecânica, astronomia, ótica, navegação e construção de embarcações). Já na parte prática aprendiam o uso dos instrumentos de astronomia e de navegação, manutenção das embarcações. canoagem e o manuseamento de fuzil. Além da teoria e da prática havia uma área dedicada às “belas artes”, que compreendiam o aprendizado do desenho e da esgrima.⁸⁸

O curso completo durava sete anos e constituía o caminho mais comum e garantido para se alcançar postos de alta patente, porém, demonstrações de bravura e coragem acima da média poderiam levar o individuo a ascender na hierarquia militar, no período. De

⁸⁶ Edital reproduzido na seção “Litteratura e Sciencias” do CB, v.8, n.47, abr., p.470-471, 1812

⁸⁷ **Idem.**

⁸⁸ FREYCINET, Louis. **Op. cit.**, p.202.

acordo com "tableau synoptique de l'enseignement", da *Real Academia Militar*, elaborada por Louis de Freycinet,⁸⁹ o curso foi dividido em seis áreas distribuídas ao longo dos sete anos: matemática, arte militar, ciências naturais, arte do desenho, línguas francesa e inglesa e, por fim, esgrima. Duas dessas áreas, por sua vez, eram repartidas em subáreas. A matemática era dividida em pura (aritmética e álgebra, geometria, cálculo diferencial e integral) e aplicada (aplicação de álgebra e geometria, geometria descritiva, mecânica, astronomia, ótica e geodesia); a arte do desenho era dividida em geometria descritiva (de fortificações e máquinas) e paisagem. No campo militar, os alunos tinham lições de técnica, fortificação, ataque e defesa de territórios e artilharia. Nos conhecimentos referentes às ciências naturais, tidas como imprescindível na carreira das armas, os jovens estudavam física, química, zoologia, botânica e mineralogia. O militar, segundo Nizza da Silva, no "panorama científico da época", tinha o mesmo status do Bacharel. Os professores da *Real Academia* em conformidade com o Título X (Dos privilégios e prerrogativa da Academia Real Militar) gozavam do mesmo status e das regalias dos lentes da Universidade de Coimbra.

A propósito de militares, bacharéis e professores podemos traçar, em linhas gerais, o perfil do "intelectual". Neste período, a formação e a atuação dos pensadores era muito ampla, no Brasil. Os letrados que habitavam o Rio de Janeiro, no início do século XIX, em suas performances, com intuito de melhorar a qualidade e a moral na nova Capital, lançaram mão de vários meios para alcançar este fim, como sermões nos púlpitos, publicação de livros diversos que tratavam de ciências, mineralogia, climatologia, botânica, literatura e política, além da publicação de periódicos. Um caso bem ilustrativo é o de José Bonifácio de Andrada cuja produção tratou dos temas mais diversificados, escritos esses que eram muito respeitados não só no Brasil e em Portugal, mas em outras

⁸⁹ *Idem*, p.203.

localidades da Europa.⁹⁰

Nome de grande prestígio, no período, foi o de Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro de D. João VI – que assumiu o lugar do conde de Linhares, após sua morte, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra –, além de ter oferecido um curso de Filosofia, publicou, na Imprensa Régia, suas *Prelações Filosóficas* que, segundo António Pain, representaram o começo de um pensamento filosófico no país.⁹¹ Na abertura de seu curso, ministrado no Rio de Janeiro, no início dos anos 10 do século XIX, asseverou Ferreira:

Todo homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer com acerto e falar com correção*. Todos precisam de conhecer o *Mundo*, tanto o *físico* como o *moral*, de que fazem parte, isto é, as Leis gerais dos corpos compõem o *Sistema do Mundo*; e os *Deveres* que cada um de nós, considerado como homem e cidadão, tem para consigo mesmo, para com a sociedade, e para com o Ente Supremo, de quem havemos recebido a existência⁹²

Ao lançar mão de meios variados, que iam da oratória ao jornalismo, esses homens acreditavam que exerciam uma ação pedagógica vital, pois compreendiam que davam um passo importante para a instrução e ilustração dos homens livres. Maria Lúcia Pallares-Burke, ao chamar a atenção dos historiadores da educação para as fontes de aprendizado, observa que:

não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração à outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc. tem tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas.⁹³

Essa concepção mais ampla do processo educacional, exposto pela historiadora, foi inspirada nos estudos de Philippe Áries – como Pallares-Burke deixa muito claro – e aponta

⁹⁰ CAVALCANTE, Berenice. Itinerários de leitura: a formação de um ilustrado luso-brasileiro. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.579-600, 1999.

⁹¹ CADERNO DE CULTURA, Lisboa, n.1, 1999 (especial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira).

⁹² FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Prelações Filosóficas*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1970, p.32 (grifos do autor)

⁹³ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.145.

na direção de que havia um pensamento mais amplo sobre o sentido de educar nos homens do período.

A expressão por meio da imprensa periódica foi uma das empresas mais usadas nesse sentido, pois a difusão das luzes, isto é, a instrução pública e a difusão das artes e das ciências foram colocadas como condição indelével pelos periodistas para se alcançar o estado da civilização. Isabel Lustosa diz que os periódicos editados, no início dos anos 20 do século XIX, traziam em seu número de estréia, quase sempre, esse princípio, pois “os homens que os faziam acreditavam nas virtudes mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal de transformação da sociedade”.⁹⁴

Os estudos de Pallares-Burke sobre o papel da imprensa como uma empresa educativa, vêm ao encontro desta perspectiva exposta por Lustosa. Para Pallares-Burke o jornalismo, na Europa, sobretudo em sua vertente cultural, nas últimas décadas do século XVIII e no decorrer do século XIX, assumiu o papel de propagador das luzes e passou a “constituir-se num poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as idéias e maneiras das pessoas comuns”; a imprensa periódica, segundo a autora, “no seu veio mais cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de idéias.”⁹⁵

No início do século XIX, no Brasil, houve uma proliferação de publicações periódicas com esta concepção, embora a historiadora Pallares-Burke tenha dito que essa idéia de imprensa, enquanto agente educativo, vai ocorrer de maneira mais intensa após a partida da Corte para Portugal.⁹⁶ Publicações como *O Patriota*, *Correio Braziliense* e, a

⁹⁴ LUSTOSA, Isabel. *Op. cit.*

⁹⁵ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.145. Sobre a imprensa periódica Pallares-Burke tem outros textos publicados como, por exemplo, *The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

⁹⁶ “Com a volta da Corte para a metrópole e com a independência do Brasil de Portugal, é que a imprensa adquirirá as características que assemelham à imprensa iluminista européia do mesmo modo que na América espanhola, uma vertente do periodismo brasileiro tornará mais e mais explícito seu propósito educacional e sua fé no poder reformador da educação”. *Idem*, p.149.

baiana, *As Variedades*,⁹⁷ entre tantos outros que circulavam pelo país no período joanino, claramente anunciavam, desde seus números de estréia, que eram editadas para melhorar a sociedade e promover os avanços da civilização, como observou Isabel Lustosa em *Insultos Impressos*.

Nos anos próximos à independência, houve uma centralização dos debates públicos na imprensa periódica. Tais debates giraram em torno das questões políticas e atraíram a maior parte das penas dos letrados que se dedicavam a escrever periodicamente.⁹⁸ Contudo, isso não quer dizer que as publicações não colocaram em pauta questões relativas à filosofia, ao direito, ao comércio, às artes, etc., mas a problemática da definição política se colocou como uma questão chave para estes letrados e, conseqüentemente, ocupou maior espaço.⁹⁹ A título de exemplo destacamos que no ano de 1822 foram impressos no Brasil cerca de 29 periódicos, sendo que mais da metade deste número teve origem no Rio de Janeiro e na Bahia e traziam em seus subtítulos o termo “jornal político &...”.¹⁰⁰ Porém, foi no Rio de Janeiro que se concentrou o maior número de publicações periódicas que abordavam esse tema.¹⁰¹

Após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foram promovidos muitos avanços na cultura escrita da cidade, anteriormente muito modesta, além, das transformações urbanas e dos hábitos que levariam a praça de São Sebastião a ser considerada, em meados do oitocentos, como a *Paris dos trópicos*. O mais importante a ser

⁹⁷ *As Variedades* revista que veio a público em 1812, foi a primeira revista cultural editada no Brasil. a respeito do surgimento deste periódico ver VIANNA, Hélio. **Contribuição a história da imprensa brasileira – 1812-1869**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

⁹⁸ Sobre as principais questões políticas debatidas entre 1821 e 1823 ver LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.**

⁹⁹ Um bom exemplo sobre o que se debatia na imprensa periódica pode ser encontrado na antologia organizada por SILVA, Maria beatriz Nizza da. *Formas de representação na época da Independência (1820-1823)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987. Para Isabel Lustosa, o período que vai da ascensão do Brasil a Reino Unido para um país independente representou na imprensa periódica política um momento de fervilhamento de opiniões, concepções e emoções, nas palavras da autora: “[...] a imprensa foi, na transição de Reio Unido para país independente, o laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política. Foi um momento extremamente vibrante, onde se assitiu a um processo de liberalização política sem precedentes na nossa história. Cada um assinava e escrevia o que bem entendia. *Os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos*.” LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.**, p.16.

¹⁰⁰ IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. **Imprensa Fluminense: ensaios e trajetos**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984, p.7. Uma lista detalhada destes periódicos pode ser encontrada em LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.** p.483-485.

¹⁰¹ Afirmação essa que fazemos com base nos catálogos impressos e virtuais da Biblioteca Nacional. **CATALOGO de periódicos brasileiros microfilmados**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Eletronicamente acessamos o catalogo no seguinte endereço << <http://catalogos.bn.br/>>>.

destacado é que, no período joanino, se fomentou as bases para a emergência de um público consumidor e produtor de cultura (escrita, teatral, musical, etc.) no país. A criação deste público representou um das maiores contribuições das ações do Monarca português para a antiga Colônia, pois, a partir deste impulso inicial o amor pelas letras e a defesa do uso livre e irrestrito das obras para promover as luzes, propagar-se-iam pelo século XIX. Os limites e a consolidação deste público produtor e consumidor de cultura serão tema do próximo capítulo.

Capítulo 2 Livros, panfletos, periódicos, censura e o *Correio Braziliense*

A chegada da família real no Brasil em 1808 inaugurou, como pormenorizou Antônio Candido,¹ a “Época da Luzes” no Brasil. Alguns anos antes, sem precisarmos recuar a períodos longínquos, os impressos e a tipografia no Brasil eram excomungados,² e as Sociedades Literárias tinham vida curta, como, por exemplo, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786 pelo poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que sobreviveu até 1790.³

Em discurso, na comemoração do primeiro ano de existência da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o seu presidente, Joaquim Jozé de Atahide, dizia o seguinte sobre a função destas sociedades:

A sorte, que bem apesar da minha indignidade, me conferio o emprego de prezidente d'esta sociedade, me constitue ainda agora na obrigação de vos fazer ver o fim de um tão louvavel estabelecimento; a constante experiencia de muitos seculos tem mostrado, que é do seio das academias e sociedades literarias, que têm sahido os maiores progressos e rezultado o maior adiantamento das sciencias; sendo estas uns dos mais inestimaveis tezueros dos reinos e dos imperios, e compondo os vassalos sabios a principal porção da gloria das monarchias, quem duvida serem ellas tambem os mais dignos objetos da atenção dos grandes principes?

[...]

O homem nasce com paixões, que o alucinão, e necessita de luzes, que o possão conduzir; nasce ignorante e necessita instruir-se. Não é preciso lançar os olhos para as nações cultas, basta ver a diferença entre os particulares, e notar ainda por outro lado as grandes vantagens, que se tem seguido da cultura das artes, e da aplicação ás sciencias; fazei d'isto uma comparação a nosso respeito, e claramente vereis, que o fim a que esta sabia corporação se propôz, não foi nem podia ser outro senão a instrução em suas obrigações, de que rezulta a publica utilidade; estes fôrão os justos motivos do seu estabelecimento, e estes serão sempre o movel de suas fadigas literarias⁴

¹ CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1969, p.227-267.

² Sobre tentativas de estabelecimento de tipografias no Brasil e as proibições dos governos portugueses ver o trabalho de WILSON, Martins. **A palavra escrita**. São Paulo: Anhembi, 1957, p.334-363.

³ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção de um público In: **HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense ou Armazém Literário** – Estudos. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v.XXX, p.553-604, 2002, p.554-556.

⁴ In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t.XLV, 1ª parte, 1882. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Acervo/index.htm>>>. Acesso em: junho de 2005.

Em 1794, esta sociedade foi reaberta oficialmente, em vão, pois, acusados de jacobinismo pelo vice-conde de Rezende, foi encerrada em agosto do mesmo ano. Em dezembro, contudo, os seus membros foram presos, pois a sociedade, depois da denúncia, havia mantido secretamente suas atividades.⁵

Oficialmente, a postura dos governantes portugueses sempre foi a de controle e restrição à veiculação de idéias contidas nos impressos tidos como “perigosos” para a Coroa, a Moral e, sobretudo, para a Religião, o que nem sempre se efetivou na prática.⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva destaca que, em fins do séc. XVIII e início do séc. XIX, muitas destas idéias eram, no Rio de Janeiro, reverberadas por via oral entre pessoas das mais diferentes colocações sociais. A historiadora também ressalta que a cultura letrada no Brasil “foi de menos peso do que na metrópole”,⁷ e desde o séc. XVI, a cultura da oralidade predominou no Brasil – cultura essa, diga-se de passagem, difícil de ser mensurada.⁸ Mesmo antes da chegada da Corte de D. João VI ao Rio de Janeiro, discutiam-se assuntos que iam da política à religião, pondo, por vezes, em dúvida, certos dogmas da religião católica.⁹ Ainda que não houvesse um grande número de leitores e a circulação de livros em terras coloniais fosse restrita, alguns elementos apregoados por autores tidos como malditos, sobretudo franceses, como Voltaire, Rousseau, etc., encontraria, ainda que de maneira diluída, certa ressonância nas discussões dos homens da virada do setecentos para o oitocentos. Para a historiadora, a impossibilidade do controle do que se falava levou

⁵ FRANÇA, Jean Marcel. **Op. cit.**, p.555-556.

⁶ Sobre estas formas de controle nos referiremos mais a diante.

⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil do século XVIII e início do século XIX. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.561-577, 1999, p.561.

⁸ A historiadora, no texto já citado, utilizou uma fonte “clássica” para captar vestígios desta cultura, as visitas do Santo Ofício e as devassas ordenadas pelas autoridades coloniais, pois segundo Nizza da Silva, sem essas fontes “o historiador não teria acesso à reprodução de tais debates e conversas.” Idem, p.563.

⁹ Para Maria Beatriz nos fins do século XVIII houve dois tipos de libertinagem ou de irreligiosidade, “um mais erudito, mais dependente de leituras que punham em dúvida os dogmas da religião; outro mais popular, mais visível nos comportamentos e nas palavras que questionavam certas práticas mais comuns na sociedade da época”. Idem, p.566-568. Esta libertinagem religiosa chegava a casos mais extremos, segundo a historiadora, pois houve um caso no qual era posto em dúvida alguns milagres de Jesus Cristo como, por exemplo, o episódio da ressurreição de Lazaro.

o governo português a tentar dominar a fonte mais provável para a “aquisição” das idéias ímpias, qual seja, o livro e outros impressos de maneira geral.

A respeito dos livros (circulação, consumo e produção) que indicam diretamente a cultura letrada de uma sociedade, não podemos dizer que no Brasil colonial eram inexistentes. Apesar de as bibliotecas serem diminutas e particulares, geralmente pertencentes a clérigos, havia uma certa circulação e consumo de textos impressos, que em sua maioria tratavam de assuntos religiosos (livros de santos, horas marianas, folhinhas de reza, manuais de missa, etc.).¹⁰ Quanto à produção de impressos variados, poucos são os exemplos até a chegada da Corte joanina no Rio de Janeiro, sobretudo pela inexistência de tipografias locais, que, como já dito, eram proibidas.

Em 1747, um renomado impressor lisboeta, Antônio Izidoro da Fonseca tentou instalar um serviço tipográfico no Rio de Janeiro. A resposta do governo português foi rápida, em 10 de maio de 1747, expediu-se uma ordem régia que seqüestrava as “letras de imprensa” e proibia a impressão de “livros ou papeis avulsos” no Brasil.¹¹ Antes do encerramento das atividades da primeira gráfica carioca, imprimiram-se três obras, duas que versavam sobre o Bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro, e uma terceira cujo título era *Conclusiones Metaphysicas*, de autoria do frei Francisco de Faria.¹² Data de meados do século XVIII, a emergência do livro, no Rio de Janeiro, como uma mercadoria vendida como qualquer outra.¹³ O livro era comercializado por

¹⁰ São muitos os exemplos de textos que fizeram esta constatação, ficamos com alguns, ABREU, Márcia. Belas letras no Novo Mundo. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.9-34, 2002; ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999; CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; BOSCHI, Caio C. A comercialização de livros da diretoria geral de Estudos para o Brasil (apontamentos para uma investigação histórica). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.601-629, 1999; entre outros.

¹¹ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.145. Segundo o autor os tipógrafos das cidades de Lisboa e do Porto exerceram uma forte pressão sobre o governo português para que o mesmo impedisse tal iniciativa. Tal pressão aliada a vontade de controle do próprio governo resultou na total proibição das letras de imprensa no Brasil. p.145-146.

¹² Idem, p.240, segundo Cavalcanti, “essas obras foram fac-similadas e publicadas como anexo às *Dois charadas bibliográficas*, de Félix Pacheco. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1931.”

¹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.* p.563.

negociantes que tratavam com diversos gêneros e também por livreiros, com especial destaque para os franceses.¹⁴

A comercialização e consumo de livros, quando da chegada da corte, não representavam uma grande novidade entre os habitantes do Rio de Janeiro. Na segunda metade do setecentos e no início do oitocentos (entre os anos de 1754 e 1805), a cidade contou com 24 negociantes que vendiam e importavam livros de Portugal e os distribuíam para o Rio de Janeiro e para outras capitanias, entre os negociantes havia 15 livreiros.¹⁵ O importante papel de entreposto comercial assumido pelo Rio de Janeiro, desde o início do setecentos, justifica o fato de que a cidade se tornou um dos principais pólos de recebimento de material impresso da colônia Portuguesa.¹⁶

Até 1807, a importação de Portugal era a única forma de adquirir livros no Brasil de forma legal, mediante a pedido prévio junto à Real Mesa de Lisboa.¹⁷ No Rio de Janeiro havia também um controle alfandegário que gerou listas para aprovação do desembarque de obras vindas do estrangeiro.¹⁸ Segundo Márcia Abreu, no período de 1768 a 1808, “foram remetidos de Portugal 1328 volumes de Belas Letras, equivalentes a 519 títulos”.¹⁹

¹⁴ FERREIRA, Maria Bessone da Cruz; NEVES, Maria Lucia Bastos P. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. In: **História Hoje: balanço e perspectivas**. IV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH, 1990, p.190-202. Devemos destacar que este texto representou um dos pontos de partida para a história produzida, sobretudo por historiadores do Rio de Janeiro (das instituições fluminenses e dos que tomam a cidade como objeto), a respeito do livro, dos livreiros, dos títulos e das práticas de leitura dos homens do oitocentos em especial no período joanino, período no qual abundaram documentos produzidos pelos órgãos de censura e controle de circulação e consumo de livros existentes no império luso, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro.

¹⁵ CAVALCANTI, Nireu. **Op. cit.** p.146-148. Informações mais detalhadas sobre estes negociantes de livros são apresentadas no “Quadro 5 – Relações dos livreiros do Rio de Janeiro (1754-1805)”, p.147. No período de 1808 a 1826, segundo Márcia Abreu, vinte e três mercadores de livros e comerciantes (mas não necessariamente os mesmos do período anterior) se envolveram com pedidos, vendas de livros de Portugal para o Rio de Janeiro. ABREU, Márcia. **Op. cit.** p.25.

José Mauricio de Carvalho apresentou na Revista lisboeta *Cultura* um panorama, em forma de extensos quadros, dos títulos que eram lidos no Brasil Colonial, do século XVI até o início do XIX, onde atualmente se localizam os Estados da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, e do Mato Grosso. Cf. CARVALHO, José Mauricio de. O que se lia no Brasil colonial. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.35-55, 2002.

¹⁶ Sobre o desempenho da elite econômica do Rio de Janeiro setecentista consultar os trabalhos reunidos em FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Com especial atenção aos capítulos 2 e 3, assinados respectivamente por Antonio Carlos Jucá de Sampaio e Helen Osório que versam sobre a participação da elite mercantil fluminense nos negócios coloniais do império português.

¹⁷ ABREU, Márcia. **Op. cit.** p.10.

¹⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. **Op. cit.**, p.632. Essas listas estão sendo amplamente utilizadas pelos historiadores brasileiros para tentar descrever as práticas de censura e de leitura no Rio de Janeiro colonial e joanino, em especial este último.

¹⁹ ABREU, Márcia. **Op. cit.** p.10. A autora em sua pesquisa na documentação referente ao controle de circulação e consumo de livros nos domínios portugueses excluiu os textos religiosos concentrando-se apenas nos pedidos de envio para a cidade do Rio de Janeiro de textos de Belas Letras.

Com a abertura dos portos,²⁰ promovida pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a proveniência dos livros deixou de ser exclusivamente portuguesa e os textos, assim como diversos outros gêneros, poderiam ser encomendados de outras localidades (desde que o interessado se submetesse à regra estabelecida para aquisição legal de impressos), apesar de Portugal ter se mantido como o principal local de importação.²¹

Após o estabelecimento da Corte joanina no Rio de Janeiro, aumentaram o número de pedidos e de envio de títulos – em especial os de Belas Letras. No período de 1808 a 1826, segundo Márcia Abreu, foram remetidos 800 títulos de Belas Letras, que correspondiam a um número aproximado de 3003 volumes.²² Além destes exemplares trazidos da Europa, segundo Rubens de Borba Moraes, foram editados entre 1808 e 1818 cerca de vinte romances e um variado número de literatura de cordel.²³ Esse aumento pode ser atribuído a um acréscimo no número de leitores na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, após a comitiva de D. João e da princesa Carlota Joaquina terem aportado e se estabelecido na nova capital administrativa do Império Português. No entanto, como também salientou Márcia Abreu, muitas das obras requisitadas pareciam ser mais voltadas para “os estrangeiros [de origem não portuguesa] presentes no Rio de Janeiro do que para os cariocas e ou para a corte e seus acompanhantes”.²⁴ É preciso registrar que a partir da chegada da família real, como salientou Antônio Candido, um público consumidor e produtor de arte (teatro, livros, pinturas, etc.) começou a emergir no Rio de Janeiro.²⁵

²⁰ Em fevereiro de 1817, na seção Commercio e Artes, *O Correio Braziliense* fez uma crítica a fragilidade na qual os negociantes brasileiros se encontravam devido ao atraso “em conhecimentos mercantis, como estavam os de Portugal ha oitenta anos; e portanto julgamos, que os estrangeiros, não terão grande difficuldade em apanhar aos do Brazil o ouro em pó e em barra, os brilhantes, &c., &c.; e dar-lhes em troco as suas missangas, e outros gêneros, que de nada valem, senão para fomentar a industria e fabricas dos outros paizes” e também se referiu a degradação na qual se encontrava a marinha mercante portuguesa questionando-se sobre o preço da abertura dos portos. Hipólito não condenava a abertura, mas julgava que o comércio entre Brasil e Portugal deveria ser tratado como Comércio Interno e não da forma que passou a se comportar após 1808. **CB**, v.18, n.105, fev., 1817, p.155-168.

²¹ ABREU, Márcia. **Op. cit.** p.23.

²² ABREU, Márcia. **Op. cit.** p.10 e 16.

²³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 2.v., 1993, p.XXVII.

²⁴ ABREU, Márcia. **Op. cit.**, p.26.

²⁵ CÂNDIDO, Antonio. **Op. Cit.** Ver também os estudos dos historiadores Maria Beatriz Nizza da Silva, Marisa Lajolo, Jean Marcel Carvalho França, entre outros.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, os livros ocupavam a função de ferramentas de trabalho, pois muitos médicos, cirurgiões, juizes de fora, ouvidores, padres, funcionários, que trafegavam entre diversos pontos do império marítimo português para assumir funções, carregavam pequenas bibliotecas, com no máximo 8 volumes, cujos livros abordavam questões técnico-profissionais. Os livros portados por qualquer viajante desde o período pombalino passavam pela fiscalização da Real Mesa Censória, e foi a partir da documentação produzidas por este tipo de controle que a historiadora verificou uma predominância de livros ligados à profissão quando transportados por particulares.²⁶

Não foram só as importações que movimentaram o mercado de impressos no Brasil, a Imprensa Régia também editou uma série de textos – originais, traduções e edições brasileiras de textos impressos em Portugal – que tratavam dos mais variados assuntos. Para atender à demanda técnico-profissional, sobretudo após o início das atividades da *Real Academia Militar do Rio de Janeiro*, em 1813, e da criação de outros cursos instituídos como o *Curso de Cirurgia*, foram impressos livros para atender a esta nova demanda, suprida conforme os alunos iam avançando em sua graduação.²⁷

Os textos impressos com este fim eram em sua maioria de autoria não portuguesa. O naturalista francês Louis Freycinet notou que a maior parte dos livros utilizados na formação dos alunos da *Real Academia* eram de autores franceses, entretanto, os textos eram traduzidos para a língua portuguesa. De acordo com o francês:

As lições tomam por base os trabalhos de Bezout, d'Eulet, Lacroix, Legembre, Monge, Bossut, Francoeur, La Caille, Lalande, Biot, Puissant, Haüy, Fourcroy, Chaptal, Gay de Vernon, Cuvier, Linée, Werner, &c., [...] traduzidos em linha portuguesa. A Academia de Marinha toma elementos dos trabalhos de Bezout, de Lacroix e de La Caille.²⁸

²⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Op. cit.**, p.563-565. Vale mencionar que no Brasil os historiadores se utilizam como documento as listas produzidas pelos órgãos que exerceram censura, durante a permanência da Corte portuguesa no país, para escrever a história do livro e da leitura.

²⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. **Op. cit.**, p.XXIII-XXIV.

²⁸ FREYCINET, Louis de. **Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820.** Disponível em: Gallica, bibliothèque numérique de la Bibliothèque nationale de France. <<<http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005, p.203.

O sucesso dos livreiros franceses, no Rio de Janeiro e a abundância de publicações da “arte militar” disponíveis, não se aplicavam a Portugal, no mesmo período. O capitão inglês do regimento de artilharia Guilherme Granville Elliot, que servia em Portugal no ano de 1810, deixou o seguinte registro acerca de livros e da condição dos livreiros franceses no Reino:

Os proprietários da maior parte das lojas de livreiros, em Lisboa, eram Francezes. Pouco tempo depois da entrada do exercito de Soult, no Porto, mandáram fechar éstas lojas, e prendêram-se os donos, mandando-se com suas famílias para a fortaleza do Cães, juncto á foz do Tejo, como lugar de segurança. Antes deste acontecimento se podia achar, em casa destes livreiros, a maior parte das publicaçãoens militares Francezas modernas. Nas povoaçãoens pequenas, e ainda em muitas das cidades, raras vez se encontra uma loja de livreiro.

As mais extensas livrarias do reyno, são, a da Universidade de Coimbra, que antes do grande terremoto em 1755, éram muito considerável: a da praça do Commercio em Lisboa; e as dos Conventos de Mafra, Alcobaça, e S. Vicente de Fora; mas éstas assim como as lojas dos livreiros, estão sobrecarregadas de authores theologicos.²⁹

Apesar da maior parte da literatura consumida pelos portugueses, de todos os cantos, ser eminentemente religiosa não implica em dizermos que a produção e o consumo de escritos se centrasse neste tema, como bem mostra os catálogos de dois livreiros do Rio de Janeiro, da década de 10 do oitocentos.³⁰ Estavam a venda títulos das mais variadas temáticas, na casa destes livreiros, como direito, matemática, filosofia, medicina, poesia, romances e publicações periódicas. As letras e os livros eram tidos como um importante instrumento para a civilização dos povos. Na virada do setecentos para o oitocentos, preocupados com o desenvolvimento econômico do Brasil, os governantes portugueses, destacadamente o conde de Linhares, D. Rodrigo de S. Coutinho, criou em 1799, enquanto Ministro da Marinha e Ultramar, a “Casa Literária do Arco do Cego, depois chamada

²⁹ A narrativa de Elliot, “*Tratado sobre a defesa de Portugal, com um mapa militar do Paiz...*”, foi traduzida por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. CB, v.6, n.33, fev, 1811, p.143.

³⁰ *Catálogo dos Livros existentes em poder de Manoel Joaquim da Sª Porto, Mercador de Livros, da compra que fes à Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido Dª. Manoel Ignacio da Sª Alvarenga, rellativo ao que na data de hoje entrega ao Sª. Juiz de Fora desta Cidade; e Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva em 1811.* Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Acervo/index.htm>>>. Acesso em: junho de 2005.

Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, e finalmente Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego.”³¹

A Tipografia do Arco do Cego representou uma das primeiras ações do Governo do Príncipe Regente, D. João, sobretudo pela atuação do ministro Coutinho, de tomar as letras impressas, as Belas Letras, como referência para o desenvolvimento do império. O presidente desta tipografia foi o botânico Frei Mariano Veloso, que tratou de montar sua equipe para dar conta dos objetivos propostos. Esta equipe, segundo Aníbal Bragança, era composta “por jovens brasileiros que se encontravam na metrópole”. Fizeram parte da junta diretora do arco do cego ou participaram com traduções e textos originais Hipólito da Costa, Vicente Seabra da Silva, os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco de Andrade e Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Manuel Jacintho Nogueira da Gama.³²

Nos dois anos em que existiu os tipos foram utilizados na impressão de “83 títulos, 36 de autores portugueses, 41 traduções e 6 em latim”.³³ Esses títulos tratavam em muitas oportunidades das ciências naturais e de estudos para o melhoramento da agricultura.³⁴ A vida curta do Arco do Cego não simbolizou o fim das intenções civilizatórias, pelo contrário, quando se transferiu para o Brasil muitos textos produzidos nessa casa e outros volumes foram trazidos para o país e acabaram sendo disponibilizados ao público, na *Real Biblioteca*, criada por D. João, no Rio de Janeiro. Além disso, como já descrevemos, a Imprensa Régia ocupou de maneira ainda mais ampla o papel deixado vago pelo término do Arco do Cego.

³¹ REIS, Fernando. A Casa Literária do Arco Cego – “Sem livros não há instrução”. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e24.html>>>. Acesso em Dezembro de 2005.

³² BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.57-83, 2002, p.65.

³³ REIS, Fernando. *Op. cit.*

³⁴ De acordo com Reis, “Importava difundir as luzes da ciência, sobretudo na agricultura, e as obras impressas no Arco do Cego revelam bem esse propósito de divulgação, concretizando um modelo de cultura característico do Iluminismo. A história natural era considerada numa perspectiva utilitarista, tendo como fim a sua contribuição para o desenvolvimento da economia do país. Através dos livros e das gravuras seria possível difundir conhecimentos que, ao serem aplicados, contribuiriam para o aumento e diversificação da produção agrícola. O conhecimento científico permitia ao mesmo tempo concretizar os anseios de uma elite desejosa de acompanhar os modelos franceses e ingleses de gosto pelo colecionismo, pela criação de jardins botânicos e pela constituição de gabinetes ou museus.” *Idem*.

As ações de D. João e seus ministros para a expansão da instrução pública, para melhorar a formação moral dos súditos brasileiros para que esses pudessem lidar melhor com os negócios do Estado, não foram feitas sem receio de que ao ampliar a circulação de idéias e de impressos, na antiga colônia, os portugueses do Brasil tomassem liberdades contra a Coroa, a moral e a religião.

Nesse sentido, em 1808, órgãos de controle e censura de impressos também ganharam sede no Rio de Janeiro. D. João, por meio de decreto, tornou o Desembargo do Paço um dos primeiros aparelhos de censura; o segundo foi a *Imprensa Régia*, que ao mesmo tempo em que foi a primeira tipografia autorizada pelo poder régio, também exercia o controle sobre o que era publicado e circulava por meio dos seus censores;³⁵ a terceira ação de censura contra os “impressos livres” foi exercida pela Intendência Geral de Polícia que, em 1808, proibiu a fixação em locais públicos de anúncios de livreiros sem o devido exame e censura da própria Intendência.³⁶

O livro em si não representava uma ameaça aos olhos do governo, mas sim o seu conteúdo, principalmente se fossem idéias anti-religiosas, imorais e que pregavam governos constitucionais e representativos; idéias essas que, aos olhos dos censores, provinham em quase sua totalidade da França. José da Silva Lisboa, ao vetar “*De la liberté de mers*”, de Bertrand Barère, deu o seguinte parecer:

o autor desta obra foi um dos sanguinários sócios do monstro Robespierre. Que se pode esperar desse arqui-revolucionário? Ainda que o escrito parece ter por objeto mera questão de direito das gentes, sobre a liberdade de navegação, ele [...] [é], sobretudo, um pregão

³⁵ José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, foi um dos censores da Imprensa Régia, além dele também o foram “Mariano José Pereira da Fonseca, Frei Inocêncio Antônio Neves Portugal, Frei Antônio de Arriba, Francisco de Borja Stockler.” ALGRANTI, *Op. cit.*, nota 28, p.644.

³⁶ CB, v.3, n.16, set., 1809, p.340.-341. A ação restritiva, a partir de 1808, funcionava da seguinte maneira: cabia a *Mesa do Desembargo do Paço* o controle alfandegário. Para importar livros os livreiros, ou interessados, deveriam submeter a autoridade competente, no Rio de Janeiro ou em Lisboa, listas com os títulos das obras e com os nomes dos autores. Para as peças adentrarem a cidade deveriam passar pelo exame e aprovação da Mesa por meio dos censores régios. Mesmo a impressão de novos textos passava pelo exame da Mesa além da Junta Diretora da Imprensa Régia. A divulgação de livros deveria passar pela averiguação da Polícia afim de que nenhum crime contra os bons costumes, a religião e o rei fossem cometidos por meio de leituras ímpias e sediciosas. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas” censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História, História da leitura*. Campinas: Mercado das Letras; ALB/FÉ/UNICAMP, São Paulo: FAPESP, p.377-394, 2000 e ALGRANTI, *Op. cit.*

continuado de princípios revolucionários da soberania do povo, igualdade e liberdade, ódio aos monarcas, até com calúnia à religião.³⁷

Como salientou José Murilo de Carvalho, as idéias do Iluminismo Francês, sobretudo no campo político, não foram as que mais agradavam as autoridades portuguesas, e a palavra autoridades, nesse caso, corresponde aos poderes régio, sacro e as instituições de ensino superior.³⁸ Kenneth Maxwell, em texto do livro coordenado por Maria Beatriz Nizza da Silva, sustenta a tese de que as idéias de liberdade, propugnadas pelos revolucionários franceses, não conseguiram penetrar com força entre a elite político-econômica brasileira por causa do forte peso da escravidão na vida social do Brasil, pois, após o episódio do Haiti, em 1798, alastrou-se o receio de que se os negros tomassem contato com essas idéias poderiam fazer o “Haiti aqui”.³⁹ As idéias liberais (em amplo sentido) sofreram, é verdade, uma adaptação ou uma leitura muito particular no Brasil, na qual a questão da liberdade só se colocava em relação aos *homens bons*. O iluminismo francês, sobretudo o pensamento político daí derivado, ia contra todo um conjunto de princípios que regiam o universo intelectual lusitano.

O fato de o livro ser de autoria francesa, no entanto, não configurava motivo para proibir a sua circulação. A preocupação estava voltada para o conteúdo e o mal que poderia trazer aos súditos da coroa portuguesa. A censura, em muitos casos, era imposta a fragmentos de textos e, por vezes, a livros inteiros. Os autores que tinham um dos seus textos censurados não, necessariamente, recebiam a recriminação para outros livros de sua autoria. Muitas vezes, textos que eram recriminados acabavam passando pelos mecanismos de controle, pois como salientaram Leila Algranti e Márcia Abreu, era muito comum textos de um mesmo autor serem compilados em um livro, porém, os títulos destas compilações

³⁷ José da Silva Lisboa apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas” censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História, História da leitura**. Campinas: Mercado das Letras; ALB/FÉ/UNICAMP, São Paulo: FAPESP, p.377-394, 2000, p.382-383.

³⁸ CARVALHO, José Murilo. CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: _____. **A construção da ordem/O teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.60.

³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Império luso-brasileiro (1750-1822)**. Lisboa: Estampa, 1986.

não demonstravam que se tratava de uma coletânea ou algo similar, simplesmente incorporavam um título de outro livro sem que houvesse aviso.⁴⁰ Tal artimanha possibilitou que textos proibidos circulassem entre os habitantes do Brasil. Outro ponto interessante a ser notado é que, após a ampliação do mercado de livros no Rio de Janeiro, segundo Abreu, foi verificado que a maior parte dos autores lidos eram franceses, em torno de 75% do total.⁴¹ Observa-se que os exemplares estavam em língua francesa, pois desde meados do século XVIII, em Portugal, muitas obras foram traduzidas para o Português.⁴²

Outra brecha no sistema, reconhecida na época, eram as listas que continham o nome de obras já censuradas que serviam de guia para os censores, que, a propósito, eram minutadas pelo escrivão da Real Câmara, Bernardo José de Sousa Lobatto. Havia também um *index* de obras proibidas. Porém, essas listas não eram organizadas de forma homogênea e, por vezes, dois censores não censurariam a mesma obra, autor, ou fragmento, pois dependendo do arrolamento, não havia como saber se a obra “A” constava da lista “X” e da “Y” ao mesmo tempo. Além disso, muitas vezes a obra estava em francês e o título aparecia em português e vice-versa. Não é preciso dizer que essa forma de organização gerou uma série de problemas, pois o censor acabava por não saber se a obra já havia sido proibida por despacho real ou por outro censor, além disso, havia a pressão dos comerciantes, que reclamavam dos prejuízos que tinham por suas mercadorias ficarem muito tempo paradas na alfândega esperando por liberação.

O censor Francisco de Borja Garção Stockler, em 1819, de acordo com Algranti, exprimiu a seguinte queixa depois de uma série de problemas encontrados com as listas e com os livreiros:

⁴⁰ ALGRANTI, *Op. cit.*, p.642; ABREU, *Op. cit.* p.12, 16 e 19.

⁴¹ ABREU, *Op. cit.*, p.26

⁴² Idem, p.12. O mercado editorial português, segundo Abreu, foi bem atuante no que diz respeito às traduções, pois muitas das obras que eram lidas em Portugal e no Brasil de origem estrangeira eram traduzidas. Traduções de livros estrangeiros para o português já eram encontrados em maior volume desde o século XVIII.

Por meio de relações em que essas circunstâncias se não especifiquem, não pode o juízo dos censores deixar de ficar incerto e de retardar-se em consequência a expedição deste gênero.⁴³

E prossegue o censor:

Se este fosse o único defeito da relação de livros que acompanha a petição dos suplicantes (o fato da lista ser mal feita) eu a desembaraçaria em grande parte e me limitaria a pedir ilustração sobre o resto. Mas são muitas as causas da perplexidade a que elas me conduzem.⁴⁴

Os censores além de ficarem perplexos com a organização das listas, nem sempre chegavam a um acordo entre si. Um exemplo ilustrativo, citado por Lucia Maria Bastos Neves,⁴⁵ foi a discordância entre os censores José da Silva Lisboa e Francisco de Borja Garção Stockler, em que o primeiro vetou a importação e a venda ao público de “*História da decadência do Império Romano*, de Gibbon, e as *Cartas Persas*, de Montesquieu” enquanto Stockler deu parecer favorável e acrescentou que a obra “era um dos produtos mais admiráveis do espírito humano, que nos transmitiu o século passado”.⁴⁶ O mesmo Stockler, em 1819, reclamaria da falta de informação e de acesso ao *Index expurgatório*, o que permitia que obras proibidas circulassem:

[...] se me é permitido acrescentar algum pensamento sobre o modo de prevenir para o futuro discussões inúteis sobre artigos já decididos em semelhante matéria, digo que me parece muito mais regular que V. Majestade antes de ouvir os censores régios ordene o escrivão da Sua Real Camara que à margem das relações dos livros que se pretendem despachar (na alfândega), aponte aqueles que na Secretaria constam acharem já por sua Majestade proibidos.⁴⁷

Mesmo tomando todos os cuidados para impedir que leituras impuras fossem feitas pelos súditos da coroa portuguesa, muitas vezes, no Rio de Janeiro, o método empregado pelos homens responsáveis por este controle falhava por que, como mencionado, havia muitos problemas. Para além destas falhas, havia impressos que não constavam em

⁴³ Francisco de Borja Garção Stockler apud ALGRANTI, *Op. cit.*, p.642.

⁴⁴ Idem, p.643.

⁴⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. cit.*, p.382-383.

⁴⁶ Idem, p.383. “As Cartas Persas” era uma obra que já havia sido proibida de circular, mas como o sistema não era sistemático acabou sendo ignorada por Stockler. ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p.642.

⁴⁷ Francisco de Borja Garção Stockler apud ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p.642.

nenhuma dessas listas alfandegárias, pois oficialmente nunca entraram no país. Estamos falando aqui dos livros contrabandeados, dos marinheiros que aumentavam suas rendas desembarcando livros como se fossem outras mercadorias ou mesmo escondendo-os dos olhos da fiscalização portuária.

Logo após a aprovação da liberdade de imprensa, em agosto de 1821, apareceram no Brasil, segundo Bastos Neves, notícias de que nas boticas da cidade do Rio de Janeiro estavam a venda livros como, por exemplo, *O contrato social*, de Rousseau, que há menos de dois meses (tempo que levava para se chegar à Europa) eram proibidos de entrar no território do Reino Unido.⁴⁸ Indício de que obras não autorizadas eram comercializadas e lidas “às escuras”.

A propósito dos impressos encarados de maneira tão paradoxal entre os luso-brasileiros, vale salientar que não existiam diferenças significativas na perspectiva sobre livros e jornais: ambos eram vistos como peças muito semelhantes. O *Correio*, por exemplo, geralmente seguia o formato de 1/8 – tradicional formato dos livros – e se assemelhava mais a uma espécie de coleção do que a um jornal, tal qual concebemos em nossos dias. O número 2 do *Braziliense*, inicia-se na página 81, pois a edição anterior acabara na página 80, mantendo uma seqüência da numeração até o fim do volume, que, em geral, corresponde a um semestre. Tal característica era, segundo Isabel Lustosa, comum às publicações periódicas do período.⁴⁹

No Rio de Janeiro, de 1808 a 1822, os homens de letras ocuparam-se, em levar ao público “as luzes” por meio de seus magazines, opúsculos, livros, etc.⁵⁰ Uma característica muito marcante destas publicações, no Brasil, foi a forte presença da oralidade nos textos

⁴⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas” censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org.). *Op. cit.*, p.380-381.

⁴⁹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.27.

⁵⁰ O processo de propagação de folhetos, opúsculos, livros, jornais, horas marianas, devoções, etc., vale dizer, proporcionou um aumento gradativo no número de tipografias no Brasil, que, a partir de 1808, foram ampliadas consideravelmente.

escritos.⁵¹ Isabel Lustosa,⁵² diz que na prática jornalística dos primeiros anos da década de 20 do século XIX, a oralidade na escrita foi uma constante, chegando a alguns casos como o do periódico *O Macaco Brasileiro* (1822),⁵³ que foi composto exclusivamente em “linguagem falada”.⁵⁴ Segundo a historiadora, no calor do debate, as marcas dessa oralidade se faziam mais presentes, mas, houve entre os periodistas uma constante vigilância com a exatidão das palavras escritas, sendo os erros, quando cometidos, apontados em outras publicações com muitas ressalvas e críticas, pois esses homens, de maneira geral, preconizavam que a boa escrita era fundamental para afirmação de uma boa imagem do Brasil.⁵⁵

Nessa linha de raciocínio, ou concepção, Silvestre Pinheiro Ferreira publicou uma série de textos sobre gramática nas páginas de *O Patriota*. O objetivo de Pinheiro era formar um corpo doutrinal acerca da questão. Com este intuito, além do propósito educativo para os brasilienses, o ministro escreveu dois textos em 1813: “*Questão Grammatical sobre as syllabas*” e “*Gramática Filosófica*”.⁵⁶

Em agosto de 1821, às vésperas da independência do Brasil, quando a lei de liberdade de imprensa foi promulgada, uma turba de publicações periódicas e folhetos foram impressos no país, porém, a medida em que o debate foi aumentando de temperatura e as posições sobre os rumos que o país deveria tomar, foram se estremando, a preocupação estética com o uso das palavras foi posta de lado, dando lugar a uma série de

⁵¹ Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, já havia apontado essa característica como uma das principais maneiras de transmissão de conhecimento, sobretudo, quando certos saberes eram transmitidos pelas bocas das amas-de-leite e mucamas aos sinhozinhos e sinhas, transmutando, nesse mini-universo das casas-grandes, a maneira como os homens destas terras passavam a descrever o mundo e a dar nome as coisas, seja na utilização dos pronomes possessivos que transformava ordens diretas em pedidos doces, como, por exemplo, a suavização da dureza do *dai me* para a doçura do *me dê*, ou na constituição de um imaginário próprio destas terras, quando o senhor dos sonhos sofre uma metamorfose passando a ser um negrinho sobre o telhado que atormentaria a criança que não se comportasse direito. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 43.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

⁵² LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, 497p.

⁵³ ZUARTE, Manuel; PORTO, Pedro da Silva. *O Macaco Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ : Na Officina de Silva Porto, 1822

⁵⁴ LUSTOSA, Isabel. *Op. Cit.*, p.36-41 . Além da menção feita por lustosa ao macaco neste livro, ela participou com texto no livro organizado por ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005, 518p.

⁵⁵ LUSTOSA, Isabel. *Op. cit.* p.33-40.

⁵⁶ *O Patriota*, v.1, n.1 e 3, jan. e mar., 1813.

ataques pessoais que, por vezes, saíam do âmbito das letras e chegavam às vias de fato.⁵⁷ Esta característica assumida, na primeira grande onda de publicações brasileiras, tem pouca importância se comparada ao fato de que elas simbolizavam uma ação intelectual que tinha por fim, independente da configuração político-administrativa do país, construir uma civilização à altura das potências européias.

Wilson Martins, ao tratar dos intelectuais luso-brasileiros que atuaram nos “tempos de João”, utilizou um termo da língua inglesa para melhor conceituar o interesse, quase prioritário, destes homens de letras pelas questões Políticas, ou melhor de Economia Política. Segundo o autor, os anos joaninos foram “os tempos fecundos em que passam a fermentar cada vez com maior intensidade os sinais de tempos novos. Literariamente, é uma época de poetas menores (...); intelectualmente, é a idade da política (no sentido de *policy*, não no sentido de *politics*, para usar uma distinção que falta às línguas neolatinas) e, por isso mesmo, a idade da Economia Política.⁵⁸ A sutileza da distinção entre os termos *Policy* e *Politics* permite uma interpretação mais apurada e, conseqüentemente, a composição de uma narrativa mais convincente acerca dos debates apresentados por Hipólito da Costa em seu *Correio*. “Orientação política, programa de ação, diretriz” é o significado da palavra *Policy*, que também quer dizer “diplomacia”. Partindo dessa noção, podemos melhor compreender o porquê das questões “políticas” ocuparem um posto central nas discussões da nascente intelectualidade brasileira e, em especial, nas páginas da imprensa. Esses homens tinham por problema a questão da organização do país, não só politicamente e legalmente, mas também socialmente, em Hipólito da Costa, quanto mais

⁵⁷ LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.** Segundo a historiadora, “a imprensa foi, na transição de Reino para país independente, o laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política. Foi um momento extremamente vibrante, onde se assistiu a um porcesso de liberalização política sem precedentes na nossa história. Cada um assinava e escrevia o que bem entendia. *Os jornais não noticiavam; produziam acontecimentos*. Da partida o rei (abril de 1821) até o fechamento da Assembléia (novembro de 1823), a imprensa abrigou um debate de características democráticas, porém sem regras definidas.” p.16

⁵⁸ MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix, EdUSP, 1977-78. p.14-55, p.14.

instruída e preservada pela garantia dos direitos individuais melhor se poderia desenvolver a civilização.

O barão Homem de Mello, na década de 70 do século XIX, afirmou que Hipólito da Costa foi fundamental na educação política da “geração” que realizou a independência. Essa afirmação foi parafraseada em duas oportunidades, no século XX: a primeira por Barbosa Lima Sobrinho, jornalista que organizou uma Antologia do *Correio*, e a segunda pelo historiador José Honório Rodrigues, em texto de 1974, no qual introduzia o recém organizado índice do magazine de Hipólito. Exemplo desta “educação política dos contemporâneos” promovida pelo *Correio Braziliense*, foi a publicação, entre 1809 e 1810, de uma série de sete artigos sobre a Constituição portuguesa, comparando-a com a Constituição inglesa. Hipólito se esforçou para mostrar que em Portugal num período onde o despotismo não imperava, a constituição feita com o povo era tão boa quanto a constituição que os ingleses elaboraram em seus dias.

Além disso, no calor dos debates, foi apresentado, no *Correio Braziliense*, um projeto constitucional do próprio Hipólito da Costa para o Brasil. Este projeto, em conformidade com Lustosa, foi alvo de polêmica entre os seus contemporâneos, nomeadamente entre o frei Francisco de Sampaio e frei Caneca. No auge dessa contenda, Caneca colocava a autoria do projeto sob suspeita, dizendo que o texto foi enviado do Brasil para que pudesse ser veiculado nas páginas do periódico londrino.⁵⁹ Este questionamento foi realizado quando Sampaio, atacado sempre de forma hostil por Caneca, tentou dar maior peso ao projeto constitucional por este ter sido apresentado por Hipólito⁶⁰ – prova de que o redator era muito respeitado entre seus contemporâneos. Vale mencionar, a título de ilustração, que este projeto, que defendia um poder de veto da legislação pelo

⁵⁹ as palavras do clérigo, impressas no *Correio do Rio de Janeiro*, foram as seguintes: “Impostor! Pensa V.M. que ignoramos a história do tal projeto? Pensa que não sabemos, que le foi remetido dessa mesma Corte para a Inglaterra a fim de que, vindo de lá, parecesse merecer atenção a ser como a bússola” apud LUSTOSA, **Op. Cit.**, p.408.

⁶⁰ LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.**,p.408-409. Ver principalmente: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 1998.

monarca e a existência de duas câmaras (Conselho de Estado e Casa dos Representantes⁶¹) era muito similar ao projeto dos Andradas.⁶²

Com maior destaque em relação aos projetos constitucionais veiculados pelo *Correio* foi a publicação na seção de *Litteratura e Sciencias*, entre os anos de 1816 e 1820, das doutrinas do economista suíço Jean-Charles Simonde (1773-1842), autor colocado pelos manuais de teoria econômica como um dos pensadores que desenvolveu embrionariamente o pensamento socialista, sendo o responsável, em 1819, pela introdução do termo proletário enquanto categoria de análise.⁶³

Entretanto, a leitura dos textos de Simonde por Hipólito e a publicação da tradução de um dos seus livros, no *Correio*, de maneira fragmentada,⁶⁴ pertenciam a um momento anterior do pensamento do economista e a tradução tinha declaradamente a intenção de divulgar e ensinar aos leitores brasileiros os desdobramentos e aperfeiçoamentos da economia política desenvolvida pelo escocês Adam Smith.

O redator do *Correio* julgou que, dentro de sua área específica de conhecimento, a Economia Política, ou a “ciência dos Governos”⁶⁵ como denominou o jornalista, a grande contribuição que poderia dar aos seus compatriotas, em tempos de paz, apresentando, em língua portuguesa, os estudos e reflexões do economista. Os ensaios de Simonde, editados com o título “*Princípios de Economia Política applicados á Legislação do Comérico*”,

⁶¹ CB, v.29, n.172, set. 1822, p.375-383.

⁶² LUSTOSA, Op. cit., p.407-408.

⁶³ A título de ilustração, fazemos uma referência ao filósofo Karl Marx que cita um dos estudos do suíço em nota do 18 Brumário de Luis Bonaparte.

⁶⁴ Hipólito traduziu “os princípios de aplicação universal” das teorias do economista suíço deixando de lado as partes específicas sobre a França estudadas pelo suíço.

⁶⁵ Ao fazer suas considerações sobre a ciência dos governos Hipólito dá uma prévia do conteúdo da obra de Simonde, nas palavras do redator: “Espero que já hoje ninguém duvide de que os Governos se devem considerar estabelecidos para procurarem o bem dos povos que lhes estão sujeitos. He, portanto, a sciencia do Governo, a sciencia de fazer os homens felizes: e como felecidade se compoem de elementos diversos, ainda se pode definir, o conhecimento dos meios de procurar aos Povos a maior massa de liberdade, de segurança, de tranquilidade, e de virtude; de riquezas, de saúde, e de forças, que for possivel que elles gozém simultaneamente. Vejo na sciencia do Governo dous ramos importantes, cada um dos quaes se subdivide em uma quantidade de ramos menores; um tem por objecto os principios da sua constituição, e o outro as regras de seu comportamento. O primeiro estabelecimento da verdadeira liberdade eleva o caracter do cidadão á grandeza, á nobreza, e á virtude, ao mesmo tempo que pelo firme estabelecimento da ordem, provée á sua segurança e ao seo repouso: o segundo, pela adopção de uma sabia legislação economica e financeira, faz florescer as artes, o commercio, e a agricultura, elevando assim uma nação, por meio da riqueza e do poder, ao mais alto grao de prosperidade. CB, v.16, n.95, 1816, p.339-340.

foram publicados no número noventa e cinco e se estenderam ininterruptamente até o número cento e cinqüenta e um, compreendendo os volumes de dezesseis ao vinte e cinco.

Os *Princípios de Economia Política*, de Simonde, em sua parte “universal”, era um “manual” sobre o tema, pois tratou de descrever e analisar a origem da riqueza das nações, (revisando questões colocadas por Smith como a do trabalho produtivo e improdutivo), as leis que regiam o comércio, passando pela problemática dos preços, monopólios e a aplicação das Colônias produtivas.

Na conclusão da tradução comentada do livro, o ponto principal das lições dos *Princípios* é exposta:

Os homens não tem querido reconhecer, que as regras da moral eram também as da política: tem suffocado a vóz de suas consciências, que lhes gritava, que não fundassem o seu poder sobre o mal de seus semelhantes; e regeitando ésta advertencia saudável, desconhecêram a voz da razão, que também o repetia; porque ésta lhes gritava com não menos força, que nunca arruinariam a tranquillidade, não destruiriam a liberdade de seus irmãos, sem experimentar, no mesmo instante, que numa justa reacção vinha atacar sua propria riqueza, sua industria, seu descanço, e sua liberdade; sem se convencer que o peor político éra o que fazia aos outros mais mal.

[...].

Eu me julgaria feliz, se pudesse contribuir attrahir a attenção do Governo França, para o exame de uma teoria cuja applicação póde ser tam importante á sua prosperidade. Sem duvida não tardará muito tempo a razer para ésta parte, como tem feito para todas as outras, suas vistas reparadoras; e podemo-nos lisongear de receber receber bem depressa delle uma legislação commercial, conforme aos progressos das luzes aos principios de uma saõ economia política, aos sentimentos de beneficencia, que os diversos pobos se devem unas aos outros [...].⁶⁶

Hipólito, com seu *Correio Braziliense*, tinha o mesmo objetivo do suíço ao expor tudo o que acreditava estar errado com o comércio, indústria, instrução, liberdade, etc., no seio do império português, sobretudo no que tange à atuação dos homens públicos e a algumas restrições ao comércio que ainda persistiam. No centro da argumentação acerca

⁶⁶ CB, v.25, n.151, dez., 1820, p.688-690

destes pontos, Hipólito, questionou desde o número de estréia, questões que diziam respeito aos abusos de poder cometidos pelo Governo português como um todo. No campo econômico, as críticas se dirigiam à política monopolista e mercantilista apregoada pelo conde de Linhares, apesar da abertura dos portos. No campo social, Hipólito da Costa defendia o fim gradual do regime de escravidão no país. A linguagem crítica do *Correio* não era muito polida, era, sim, irônica e direta. Segundo Mecenas Dourado, muitos contemporâneos diziam que o jornal de Hipólito “poderia matar um fidalgo de traumatismo moral, denunciando-lhe as falhas do caráter e os atos públicos pouco decentes”.⁶⁷

Não causa, pois, espanto as muitas tentativas de aplicação de censura ao *Correio Braziliense*. A primeira delas, segundo Mecenas Dourado, foi a publicação de um aviso, em 27 de março de 1809, que alertava sobre o conteúdo do periódico.⁶⁸ Após a publicação do aviso a censura confiscou 13 volumes. Em dezembro de 1810, o governador do Rio Grande de São Pedro, D. Diogo de Sousa, revogou a permissão que havia dado para a leitura do *Correio* em uma casa mercantil. Dizia em correspondência ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho:

N'esta terra há uma casa de conferencia mercantil, na instituição da qual se estabeleceu que os directores fariam vir diversas folhas publicas para serem lidas alli, precedendo revisão d'ellas na sala do governo. Entre as quais tem chegado os *Coreios Brazilienses*, que não duvidei que franqueassem n'aquella casa, em consequencia a declaração feita pelo nosso ministro plenipotenciário, residente na corte de Londres, [...], que parece saírem dos limites da mencionada declaração, e ouvindo que n'essa corte se tinha procedido a precauções por motivo do referido periódico, mandei-os recolher a esta secretaria, até v. Ex. me insinuar o que ao dito respeito é mais conforme com a vontade do príncipe regente, nosso senhor.⁶⁹

A imprensa livre sempre foi uma das bandeiras defendidas nas páginas do *Correio Braziliense*, porém, a palavra imprensa tantas vezes mencionadas nas páginas do periódico londrino tem um significado muito diferente do sentido que majoritariamente atribuímos

⁶⁷ DOURADO, Mecenas. **Op. cit.**, p.265.

⁶⁸ Idem, p.286.

⁶⁹ apud MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). **Op. cit.**, p.243.

em nossos dias.⁷⁰ No *Correio*, a palavra não ganha o sentido de conjunto de jornais, ao invés disso, ela carrega consigo a significação correspondente a quase todo tipo de letra que se imprimisse nas “caixas de letras de imprensa”. Além disso, entendia por imprensa livre a circulação de todo tipo de pensamento na forma de palavras escritas, sem restrições. Porém, para o redator do *Correio Braziliense*, esta circulação de idéias não deveria obedecer ao anonimato, os textos deveriam ser assinados para que os autores pudessem responder pelas falsas informações.⁷¹ A maior difusão das letras impressas poderia propagar as luzes por entre os povos e nações, “dilatando a felicidade dos homens”. Imbuído pelo espírito do esclarecimento, o *Correio* veiculou o seguinte comentário sobre o controle e a circulação da imprensa:

A leitura desta Provisão não causou outra suposição senão de que eram estes os ultimos esforços de um systema agonizante de restricçoens da imprensa; que não poderia prevalecer contra o vigor de um Ministro iluminado [D. Rodrigo de Sousa Coutinho], em quem suppunhamos boas intençoens.⁷²

Em 1811, D. João despachou ordens à Mesa do Desembargo do Paço proibindo a entrada e publicação em todo o reino do periódico de Hipólito. Em 1817, outro edital, referendando a proibição, foi publicado no Brasil e em Portugal. Na edição de julho de 1817 – na página 3 e na página 64 – foram publicadas a “Porcaria”⁷³ dos Governadores de Portugal, proibindo o *Correio Braziliense*”, dizia o edital:

Manda El Rey nosso senhor excitar a exata observancia da sua Real ordem de 17 de setembro de 1811, participada á Meza do Desembargo do Paço, em 22 de março de 1812, e que prohibiu nestes Reynos a entrada e publicação do periódico intitulado *Correio Brasiliense*, e de todos os escriptos de seu furioso e malvado Author. E por que ainda são mais sediciosas e incendiárias, se he possivel, as terríveis máximas de outro periódico intitulado o *Portuguez*, que também se redige a concitar tumultos e revoluçoens nos povos, para perturbar a harmonia

⁷⁰ s. f. 1. Máquina com que se imprime. 2. Arte de imprimir. 3. *Conjunto de escritores, especialmente jornalistas*. 4. *Conjunto de jornais*. (Dicionário Michaelis Uol, *grifo nosso*)

⁷¹ Michel Foucault identificou que na passagem do século XVIII para o XIX a *função autor* no ocidente se modifica e o autor passou a ser aquele que responde e tem direitos sobre o que escreve. FOUCAULT, Michel. **O que é o autor?**. Vega, 1992, p.47-48. A primeira lei de Copyright foi aprovada na Inglaterra no ano de 1765.

⁷² CB, v.3, n.16, set., 1809, p.340.

⁷³ Na página 104 do mesmo volume Hipólito diz que a palavra *Porcaria* se referia a um erro tipográfico. No index a palavra aparece com a grafia correta Portaria, contudo, fica a dúvida se o erro foi técnico ou proposital, pois não encontramos nos XXIX volumes erro correspondente.

estabelecida, em todas as ordens do estado, e introduzir a anarchia, fazendo odiosos os dous supremos poderes, que Deus ordenou para governar os homens, com o evidente objecto de destruir os altares e os thronos: [...]

Palacio Governo, em 17 de junho de 1801 [sic]. Com rubrica dos Governadores do Reyno.⁷⁴

Este edital, como visto, proibia além do *Correio* a entrada no reino de um outro periódico editado em Londres, *O Portuguez ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, cujo primeiro número foi lançado em 1814, sob a pena de João Bernardo da Rocha Loureiro, bacharel pela universidade de Coimbra, e perdurou até 1822. Antes de editar o *Portuguez*, Rocha Loureiro publicou, entre os anos de 1813 e 1814, um jornal intitulado *O Espelho Político e Moral*.

A pena de Loureiro era muito mais ácida que a do redator do *Correio*. Conforme a situação de crise ia se instalando no império português mais agudas se tornavam as críticas *d' Portuguez* que não poupou nem a real Casa de Bragança – diferentemente de Hipólito que não atacava diretamente o monarca lusitano⁷⁵ – e no ano de 1817 veiculou, o seguinte epíteto: “a nossa fraqueza e miséria (toda, toda) devemos nós a incapacidade dos nossos últimos reis, mormente os da augusta Casa de Bragança.”⁷⁶

O aviso sobre o fim de *O Espelho* e o lançamento *d' Portuguêz* foi veiculado no apêndice do número 73 do *Correio Braziliense*. Segundo este aviso, o *Portuguez* trataria “adaptados ás circumstancias, os pontos de maior proveito em politica, commercio, e literatura, d’onde possa esperar que venha algum bem ao Estado, e á nação, que mais que

⁷⁴ Este edital foi publicado em Lisboa em junho de 1817. Na volume XIX de 1817 Hipólito comentaria da seguinte maneira a autoria da proibição “A ordem, a que tal documento se refere, foi expedida a instancias do celebre Inspector de Moinhos de Vento, Conde de Linhares, e renovada agora por seu illustre irmão o Principal Sousa; em combinação com o Marechal Lord Beresford; e seu intimo amigo, (pois se acham, mui cordeaes, sobre este assumpto) o Secretário do Governo o Sr. Forjaz: e como nunca foi publica, aquella ordem aqui a inserimos para informação de nosso Leitores; posto isto sêja trovada velha” *CB*, v.XIX, n.111, jul, 1817, p.103.

⁷⁵ Sobre as críticas feitas pelo *Correio Braziliense* ao governo Hipólito justifica que “jamais appareceo no Corr. Braz. Uma so palavra contra o character, pessoa, ou attributos do Soberano de Portugal; e he assim que se pertende mostrar, a grandissima differença que ha entre a justa veneração devida ao Soberano, e o miserável systema de louvor a torto e a direito quantos ministros estão á testa das repartiçoens publicas, quantos parasitas enchem a barriga no Paço, quantos intriguistas enredarão os negocios publicos para fazer a sua fortuna particular; pelo contrario quem dirige a edicção do *Correio Braziliense* está persuadido que he fazer um serviço tanto á nação como ao Soberano o desmascarar os ambiciosos, e avarentos [...]” *CB*, v.3, n.16, setembro de 1809, p.344.

⁷⁶ *O Portuguez*, v.6, p.619 apud TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p.232.

muito o necessitam”.⁷⁷ A estrutura do novo periódico era muito parecida com a do *Correio*, seções, papel e tipografia (W.Lewis). A extinção de *O Espelho*, cuja periodicidade era semanal, foi justificada da seguinte maneira:

o dito periodico (na maneira, em que foi estabelecido) um campo muito estreito, para n'elle se tractarem objetos políticos do maior interesse, e utilidade; e outro-si considerando *quaõ passageira he a que provém de uma gazeta só de factos, que não admite o tractamem-se assumptos*, que mais importam ao nosso Portugal;⁷⁸

O interessante a ser observado nessa passagem é que os jornalistas do período defendiam um jornalismo de ensaio, ou seja, queriam tratar os assuntos de acordo com a sua opinião e de maneira aprofundada, não da forma passageira que a abordagem apenas de fatos permitia. Hipólito um pouco antes, em 1809, ao responder críticas em seu periódico, também escreveria sobre a função de sua empresa: “De que deve constar uma obra dessa natureza, senão da exoposição de fatos, e das reflexoens, que se oferecem ao redactor sobre elles?”⁷⁹

Antonio Candido disse que Hipólito da Costa inaugurou o jornalismo de ensaio no Brasil, característica esta que se manteve por boa parte do séc. XIX. No Brasil, sobretudo após a instauração da Imprensa Régia e do aumento da liberdade de imprensa – desde que obedecidas as normas estabelecidas pelo poder régio –, o que caracterizou os primeiros passos dessa emergente forma de expressão, a imprensa periódica, foi justamente o estilo ensaístico.

Na leitura de *Insultos Impressos*, de Isabel Lustosa, fica clara essa vocação brasileira para o gênero ensaístico. Por meio dele a imprensa assumiu, ao longo do século XIX, uma função predominantemente educativa.⁸⁰ Ainda sobre o ensaio, Antonio Candido

⁷⁷ CB, v.12, n.73, apêndice, 1814. Neste aviso o redator do novo periódico dá sua carta de intenções e explica como procederá na abordagem em cada seção.

⁷⁸ Idem. *Grifo nosso*.

⁷⁹ CB, v.3, n.19, p.614

⁸⁰ A este respeito ver PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998.

afirmou que uma marca predominante dos pensadores brasileiros foi a utilização do ensaio como forma de interpretar o País.⁸¹

Os ensaios impressos no *Correio Braziliense* soavam como sediciosos aos ouvidos das autoridades do reino português – tanto das autoridades de Lisboa quanto das do Rio –, que, além da censura, lançaram mão de outros métodos no combate às “vilezas” do redator exilado em Londres. A primeira reação às análises expostas nas páginas do *Correio*, antes de censurar a circulação do *Correio* em 1811/1812 no Reino,⁸² foi a tentativa de utilizar as mesmas armas de Hipólito da Costa, qual seja, a palavra. Conforme José Tengarrinha, Mecenas Dourado e Carlos Rizzini, para combater a influência do *Correio Braziliense*, foram editadas três publicações em Lisboa: *Abelha do Meio Dia* (1809), *Reflexões sobre o Correio Braziliense* (1809), e o *Exame dos Artigos Históricos e Políticos Que Se Contêm Na Collecção Periódica Intitulada Correio Braziliense, ou Armazém Literário, no que pertence somente ao Reyno de Portugal* (1810).⁸³ Todas estes cadernos eram folhetos que saíam em forma de fascículos ou cartas e segundo Dourado, caracterizaram-se pelo anonimato e vieram a público apenas entre os dois primeiros anos de existência do *Correio*.⁸⁴ Após esses dois anos a reação exposta nestes folhetos foi diluída em outras publicações que recebiam ajuda do governo.⁸⁵

⁸¹ CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. Uma boa apresentação dos nossos principais ensaístas pode ser encontrada em LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.

⁸² Toda a historiografia especializada em Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense* afirma que a censura imposta contra o periódico não obteve êxito e que, durante todo o período de sua existência, o *Correio* circulou pelo território do Império português. Outro ponto que parece mostrar a não eficácia da censura e proibição feita à leitura e a circulação do *Correio Braziliense* são as três provisões editadas tanto no Rio quanto em Lisboa. A primeira em 1811, a segunda em 1817 – ambas mencionadas anteriormente – e a terceira em 10 de fevereiro de 1820, num momento particularmente tenso das relações entre as autoridades lisboetas e o periódico editado em Londres. Todas essas provisões proibiam e mandavam apreender exemplares do *Correio*. Já que não houve revogação das provisões nesse período, é legítimo supor que, mesmo proibido, o magazine de Hipólito da Costa circulou nos domínios do império português.

⁸³ TENGARRINHA, *Op. cit.*, p.248; DOURADO, *Op. cit.*, p.295-300; RIZZINI, *Op. cit.*, p.40.

⁸⁴ Contudo, Dourado em sua pesquisa localizou os responsáveis pela autoria do *Reflexões...* e do *Exame*. O primeiro era redigido pelo abade de Lustosa, Joaquim de Santo Agostinho Brito Galvão, o segundo estava sob a pena do Juiz de crime do Porto, José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda. DOURADO, *Op. cit.*, t.1, p.295-302.

⁸⁵ No mesmo período em que Hipólito escrevia, outros periódicos portugueses eram impressos em Londres. *O Investigador Português em Inglaterra, Jornal Literário, Político, & C.*, é um dos exemplos. Contudo, sua criação em 1811 (durando até 1819) esteve fortemente ligada ao *Correio*, pois para combater a influência do *Braziliense* o governo do Rio financiava *O Investigador Português*. Inicialmente seus redatores eram os médicos Bernardo José Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco, o último também poeta, Miguel Caetano de Castro e, a partir de janeiro de 1814, José Liberato Freire de Carvalho. Liberato fundaria, após abandonar a redação d'*O Investigador*, em julho de 1819, com periodicidade inicialmente quinzenal e posteriormente mensal *O Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo*, que foi editado até junho de 1821. Além dos três já citados, de 1808 a 1822, foram lançados mais quatro periódicos em Londres: *O Espelho Político e Moral* (1813-1814), cujo lançamento foi noticiado com animo pelo *Correio*, *O Portuguez ou Mercurio Político, Commercial e Litterario* (1814-1822), *Microscopio de Verdades* (1814-1815 – periodicidade irregular) e *O Padre Amaro ou Sovela*

Em resumo, os periódicos lisboetas atacavam fortemente o conteúdo e o redator do *Correio*. De matriz absolutista, acusavam o magazine de Hipólito de divulgar falsas doutrinas e de desrespeitar o soberano e o altar, visto a postura dura assumida em relação ao Governo de Lisboa e do Rio e a participação do redator do *Correio* entre os maçons azuis.⁸⁶

Em 1819, Hipólito versa sobre a imprensa em língua portuguesa que surgiu após o *Correio Braziliense*

Saio depois do *Correio Braziliense* uma turba de escriptos periodicos em Lisboa, e em Londres, uns para refutar, outros para o imitar. Alguns escreviam com seriedade, outros jacosamente: uns com argumentos, outros como meros caturras leterarios. Cada um enfundado-se em levar palma.⁸⁷

Neste embate, não podemos esquecer que esses folhetos, publicados em Lisboa, na Imprensa Régia, tinham a intenção de rivalizar com o *Correio Braziliense* e de desacreditá-lo, mas tem representavam a visão dos estadistas portugueses, não todos, mas de uma parcela considerável.⁸⁸ O *Reflexões sobre...* veicularia, segundo citação exposta em artigo do *Correio*, a seguinte opinião sobre a permissividade dos livros no reino e a liberdade de imprensa:

Impios e Insensatos! Rompei os ultimos diques; acabai de alagar o Universo. Tantos sacerdotes sem Religião, tantos magistrados sem moral, tantas familias sem honra; eis o fruto dos livros perniciosos, que tem sahido das vossas officinas da irreligião, e da imoralidade. Que ângulo da Europa esta izento desta infecção? Mas não basta: haja liberdade de censura e de imprensa, para se reproduzirem e multiplicarem ao infinito estas novellas scandalosas, estas composições ímpias, e revolucionarias. Sim; sim; o veneno se propagará: a verdade porém achará nos vossos netos os seus melhores apologistas. [E termina perguntando a Hipólito da Costa] E são estas as

Política Histórica e Literária (1820-1829). A este respeito ver MURALHA, Adelaide Maria; MACHADO, Viera. O investigador português em Inglaterra, Jornal Literário, Político, & C., nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação. *Cultura*, Lisboa, v.10, p.473-490, 1998; ver também TENGARRINHA, *Op. cit.* Porém, todos obtiveram respostas nas páginas do *braziliense*.

⁸⁶ TENGARRINHA, *Op. cit.*, p.248. sobre a participação de Hipólito junto a Maçonaria ver LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness and Mr. da Costa. In: *Op. cit.*, p.15-60. Ver também o artigo publicado no *Correio Braziliense* na seção Litteratura e Sciencias: “Analize do folheto intitulado os pedreiros livres, &c.” *CB*, v.3, n.15, agosto, 1809, p.141-148. Este artigo continua no n.16, set., 1809, p.269-275.

⁸⁷ *CB*, v.22, n.130, mar., 1819, p.316.

⁸⁸ Não queremos dizer com isso que o Governo português fosse contrário aos avanços científicos e a produção literária, eles tentavam modernizar o império dentro de uma ordem que mantivesse a estabilidade política, a supremacia do poder régio e a harmonia social garantida pela manutenção da moral normatizada pela Religião. Avanços literários aconteceram no império português, sobretudo no Brasil que passou a ter um projeto de civilização que se estenderia pelo século XIX, e que pelas vicissitudes da história ainda espera por conclusão.

fortunas, que o Redactor desejaria á nação Portuguesa?⁸⁹

Em resposta a essas críticas a propósito dos sacerdotes sem religião, dos magistrados sem moral e das famílias sem honras, diz o redator do *Braziliense*:

[...] censuramos essas pessoas, que o A. [autor] confessa corrompidas, e as censuramos porque não promovem como devem, o bem da sociedade naquellas repartiçoens que lhes pertencem. Mas vamos as causas desses males. Diz o A. que isto, he “o fructo dos livros perniciosos,” e daqui deduz o seu systema de querer fundamentar a felicidade da nação na ignorancia dos povois, ao memso tempo que nós a fundamentamos nas sciencias, e na instrucção dos cidadãos. Pode abusar-se da imprensa: assim o incendiario pode abusar do fogo; mas nem por isso se deve prohibir o uso deste.⁹⁰

No entanto, não foram só os estadistas lisboetas que emitiram sua opinião contrária à liberdade de Imprensa. No Rio de Janeiro um dos principais intelectuais de sustentação do governo joanino no Brasil, José da Silva Lisboa, expressiu a seguinte opinião sobre a liberdade civil e de imprensa: “A liberdade civil e de imprensa tem saído justamente comparada ao vinho espirituoso, o alimento substancial que atordoa as cabeças fracas e arruína os estômagos débeis”.⁹¹

O *Correio Braziliense* foi, durante o período em que a colônia se transformou em metrópole, um bastião das luzes no império português. O que queremos dizer com essa alegórica expressão é que a impressão dada pelos textos de Hipólito é que ele, apenas um homem, empenhou seus esforços contra o absolutismo português a fim de garantir que a Monarquia portuguesa entrasse numa nova era política, ou seja, que mantivesse o sistema monárquico, porém, dando-lhe um caráter constitucional e parlamentar. A constituição deveria ser a estrela guia, colocando limites mesmo à autoridade régia⁹² – assim como na Inglaterra, local no qual o *Correio* foi escrito, editado, impresso e distribuído para o Velho e o Novo Mundo.

⁸⁹ CB, v.IV, n.22, mar., 1810, p.251 – *grifo nosso*. Na seção Litteratura e Ciências desta edição a análise do *Reflexões sobre...* abrangeu 4 dos seis fascículos, sendo eles o n.2, 4, 5 e 6.

⁹⁰ Idem, p.252.

⁹¹ LISBOA, José da Silva apud LUSTOSA, **Op. cit.**

⁹² O *Correio Braziliense* publicou seis textos que se dedicaram a analisar e realizar uma proposta constitucional para o império português a partir de um paralelo com a constituição inglesa. Estes artigos se iniciam no n.15 (v.3, 1809) e prosseguem até o n.20 (v.4, 1810).

O movimento intelectual realizado por Hipólito não foi exclusivo dele, mas também de outros intelectuais, não só em Portugal e no Brasil, como por toda a Europa. Hipólito insere-se em um momento de transição no papel do intelectual no Ocidente.

Hipólito da Costa estava na emergência do intelectual “universal” que se estabeleceria por todo o século XIX e no início do XX no Ocidente.⁹³ Este intelectual “universal” falava em nome da humanidade, versava sobre como o mundo deveria ser. Em suas máximas universais propunha um modo de vida novo, que deveria se enquadrar em uma nova era da história da civilização; história que deveria seguir um mesmo sentido, aplicável a toda humanidade, qual seja, a justiça, a liberdade [econômica e civil], as luzes e, por fim, o progresso.

Este tipo ideal de pensador descendia do “jurista notável”, responsável por trazer as grandes questões provenientes do final do século XVIII à pauta do novo século, porém, a luta do “universal” agora girava em torno da conservação e ampliação “daquilo que é justo por razão e por natureza, daquilo que pode e deve valer universalmente”.⁹⁴ O “jurista notável” se transmutou, no início do século XIX, na figura do “grande escritor”, ou “escritor genial”, aquele que “empunha sozinho os valores de todos, que se opõe ao soberano ou aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até na imortalidade.”⁹⁵ Hipólito José da Costa Furtado e Mendonça parece se encaixar nesse perfil, pois, ao longo de quatorze anos, dedicou-se a escrever um magazine para combater o que ele julgava como arbitrariedades cometidas pelo absolutismo português.⁹⁶

Hipólito da Costa, como já dissemos, não era o único a fazer este tipo de reclamação junto ao sistema político e social do período, pois se integrava num movimento

⁹³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.1-14. Este livro pode ser encontrado em versão digital (.pdf) no seguinte endereço: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>.

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **Op. cit.** p.1-14.

⁹⁵ Idem, p.10-11.

⁹⁶ Não podemos deixar de salientar que a figura de D. João não era diretamente atacada, as farpas eram direcionadas em sua maior parte aos ministros de Estado, aos gestores de Lisboa, pois Hipólito da Costa defendia a permanência do poder do soberano e o devido respeito a sua figura.

maior. O *Correio Braziliense* ocupou aí um lugar especial na medida em que o discurso de Hipólito da Costa e suas metas eram, em larga medida, comuns à de outros intelectuais luso-brasileiros que atuavam tanto no Rio de Janeiro quanto em Londres e, por vezes, em Lisboa. Foi no *Correio Braziliense* que esse discurso ganhou corpo e coerência. As idéias do redator do periódico estavam definitivamente em seu lugar.

O que caracterizou de maneira muito marcante os debates nos quais Hipólito se envolveu, foi a idéia de que eles tinham uma missão a realizar, uma espécie de *cruzada civilizatória* a ser realizada no Brasil, que deveria ter como principal ferramenta uma “ação pedagógica”. A maior parte dos intelectuais, assim como Hipólito da Costa, tiveram como elemento base de sua formação o ensino jurídico, característica muito comum no mundo luso-brasileiro. No caso específico dos que nasceram no Brasil, havia um elemento ainda mais marcante na formação da elite intelectual, pois durante todo o período colonial Coimbra foi o grande centro formador da elite intelectual e política no Brasil, desde o século XVI até pelo menos o final do segundo quartel do século XIX. Contudo, a partir do início do século XVII, a matrícula de alunos brasileiros, na instituição coimbrã, passou a apresentar alguma regularidade.⁹⁷ Ao longo do período que vai de 1600 a 1850, matricularam-se na universidade de Coimbra dois mil setecentos e sessenta e um alunos, sendo que entre os anos de 1721 a 1771 se deu o maior registro de alunos brasileiros – freqüentaram a instituição mil cento e cinquenta e dois alunos e, de 1772 até 1810, quinhentos e trinta e oito alunos.⁹⁸

A universidade de Coimbra, em 1772, passou por uma reforma, promovida pelo reitor de origem brasileira Francisco de Lemos, que contou com total apoio do marquês de

⁹⁷ FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)*. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.527-559, 1999, p.528-529. Neste texto o autor analisa a partir dos registros de matrícula da Universidade de Coimbra a proveniência geográfica dos alunos “brasileiros” que passaram pela instituição coimbrã. O registro interessante é que ao longo do século XVIII as províncias da atual região sudeste ganharam certa notoriedade em relação ao número de alunos que partiram para Coimbra em relação ao nordeste da Colônia, em especial o Rio de Janeiro, porém, a “Baía” no período recortado pelo autor (1600-1850) foi a localidade que proveu o maior número de alunos para a universidade portuguesa (974, equivalente a 35,28%).

⁹⁸ FONSECA, Fernando Taveira da. *Op. cit.*, p.536.

Pombal. Nesta reforma universitária a educação baseada nos princípios dos jesuítas, que predominou durante séculos, deixou de ser o fio condutor. A “nova” universidade de Coimbra, segundo José Murilo de Carvalho, passou a dar ênfase às ciências físicas e matemáticas e às ciências naturais (física, química, zoologia, botânica, mineralogia).⁹⁹ Portugal inaugurava, assim, uma nova fase em relação ao conhecimento, aderindo às luzes italianas e não à *lumièrre* francesa que, do ponto de vista político e social, abalava as bases do poder régio e tentava enterrar o Antigo Regime definitivamente.

Porém, vale lembrar que, com a morte de D. José I em 1777, as reformas pombalinas foram, em muitos pontos, revistas no processo político conhecido como Viradeira, processo no qual as ciências naturais voltaram a ceder espaço para o Direito – que regressou ao centro da formação universitária lusitana.¹⁰⁰ Contudo, a Viradeira não restaurou os princípios jesuíticos, apesar de, no campo político, a Igreja voltar a ter muita força, sobretudo em razão da sua presença na Corte da Rainha Maria I. Foi neste ambiente universitário, que a maior parte daqueles que viriam a formar a primeira geração de uma elite político-intelectual brasileira se formou.¹⁰¹ Coimbra era o principal centro de formação dos quadros do Império português, quadros esses que também eram formados por portugueses nascidos em outras localidades do além-mar; como salienta Fernando Taveira da Fonseca:

Não podemos esquecer que os horizontes dos que demandavam Coimbra, vindos de além-Atlântico, não se confinavam ao exercício das qualificações universitárias nos espaços da sua naturalidade: estava-lhes aberto todo o império, assim como o acesso aos cargos da administração central do reino.¹⁰²

O aproveitamento pelo governo português dos bons quadros, formados em Coimbra, pode ser ilustrado com o caso de Hipólito da Costa. Em 1793, Hipólito

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: _____. **A construção da ordem/O teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.66-67.

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo. **Op. cit.**, p.69.

¹⁰¹ Idem, p.69-ss.

¹⁰² FONSECA, Fernando Taveira da. **Op. cit.**, p.544.

matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde, no ano de 1798, formou-se em filosofia e leis.¹⁰³ Nesse mesmo ano, foi enviado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho aos Estados Unidos da América em uma missão econômica e científica. O objetivo da missão, segundo o próprio Hipólito, seria a investigação/estudo da “cultura do tabaco; da cultura do linho-cânhamo”, e das “árvores cultivadas pelos americanos”,¹⁰⁴ além de realizar estudos sobre mineração e hidráulica.¹⁰⁵ Em 1801, ainda a serviço do governo português, Hipólito “foi empregado como director litterario na *junta da impressão régia*”,¹⁰⁶ uma espécie de conselho editorial da *Tipografia e Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Em sua participação no *Arco do Cego*, Hipólito, antes de ser preso em 1802, publicou dois textos. O primeiro também era resultado de suas experiências nos Estados Unidos e intitulava-se “*Descrição de uma Máquina para Tocar a Bomba a Bordo dos Navios sem Trabalho de Homens*”; o segundo tratava do cultivo da cana-de-açúcar e tinha por título “*Descrição da arvore Açucareira, da sua Utilidade e Cultura*”.¹⁰⁷ Além destes dois textos também foram publicadas, pela Impressão Régia, algumas traduções feitas por Hipólito.¹⁰⁸

Apesar, pois, das restrições que ainda persistiam no que toca à liberdade de imprensa foram muitos, como se procurou demonstrar no capítulo anterior, os incentivos dados por D. João VI para a produção do conhecimento e para a ampliação da instrução e, apesar de alguns limites terem sido colocados, por meio de uma “seleção” do que poderia ser lido e divulgado nos domínios de Portugal, não se conseguiu evitar que leituras consideradas “ímpias e sediciosas” fossem realizadas pelos súditos brasileiros. Graças a

¹⁰³ RIZZINI, Carlos. **Op. cit.**, p.3-4. Dados biográficos (resumidos) sobre o autor do *Correio Braziliense* podem ser encontrados em COSTELLA, Antônio F. Cronologia Pessoal. In: **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Correio Braziliense, 2002, p.173-182.

¹⁰⁴ “Memória sobre a viagem para os Estados Unidos” apud CASTRO, Therezinha. **Hipólito da Costa: idéias e ideais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p.12.

¹⁰⁵ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

¹⁰⁶ MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). Biographies de Hyppolito da Costa e José Eloy Ottoni. **RIHGB**, v.35, parte II, 1872, p.205-206.

¹⁰⁷ Sobre a participação de Hipólito da Costa no *Arco do Cego* ver DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Estes textos também consultados por CASTRO, Therezinha. **Op. cit.** p.13, além claro do biógrafo mais referido do redator do *Correio Braziliense* Carlos Rizzini, **Op. Cit.**, ver em especial a primeira parte. A referência de outros textos publicados por Hipólito podem ser encontradas em qualquer um desses três autores, embora Mecenas e Rizzini tenham tido maior rigor na construção de seus textos.

¹⁰⁸ Cf. COSTELLA, Antonio. **Op. cit.**, p.175.

estes progressos, por sinal, que a empresa de Hipólito da Costa obteve êxito, pois, é muito difícil imaginar que, sem todas as mudanças promovidas pela *ação civilizatória* de D. João VI no Rio de Janeiro, uma publicação como o *Correio* pudesse ter florescido em uma terra onde pouco se lia até então.

No ambiente de emergência e construção de um público brasileiro consumidor e produtor de arte e literatura e com os incentivos dados pelo governo para a ilustração dos *homens bons*, viu-se um aumento considerável da circulação, produção e consumo de material escrito, material que tinha por fim último promover avanços em diversas áreas como a agricultura, mineralogia, climatologia, medicina, direito, economia política, “artes militares” e tantas outras. O *Correio Braziliense* teve uma contribuição ímpar nesse processo ao veicular novidades e opiniões do seu redator sobre a literatura e as ciências, bem como sobre a maneira como estes conhecimentos deveriam ser utilizados para promover o avanço da civilização no Brasil. Dito isso, passemos ao que foi veiculado na seção *Litteratura e Sciencias* e à relação de tal conteúdo com o projeto de civilização de Hipólito José da Costa Furtado e Mendonça.

Capítulo 3 *Sciencias, Litteratura e Civilizaçãõ nas páginas do Correio Braziliense*

O primeiro dever de um homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorância precipitou no labyrintho da apathia, da inépcia, e do engano. Ninguém mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada represêntam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as soldidas conjecturas sobre o futuro.

Hipólito da Costa, junho de 1808

A epigrafe deste capítulo deixa muito claro qual era o papel que acreditava exercer Hipólito José da Costa na sociedade brasileira e também aponta qual a função que as folhas públicas deveriam assumir, de acordo com o redator na introdução do seu *Correio Braziliense*, para contribuir na missão de propagar as luzes e “tirar das trevas, ou da ilusão aqueles que a ignorância atirou no labirinto da apatia”.

Tal como Joaquim José de Ataíde, presidente da extinta Sociedade Literária do Rio de Janeiro, no ocaso do século XVIII – que dizia “o homem nasce com paixões que o alucinação, e necessita de luzes, que o possão conduzir; nasce ignorante e necessita instruir-se”¹ –, Hipólito da Costa empregou seus esforços no sentido, sobretudo, de levar as luzes ao que, no primeiro volume de sua empresa, denominou o novo Império do Brasil.² Ainda na introdução, em 1 de junho de 1808, o redator explicitava as razões que o tinham impulsionado a publicar seu periódico: “levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos politicos civis, e literarios da Europa, emprendi este projecto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem

¹ In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.XLV, 1ª parte, 1882. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Acervo/index.htm>>>. Acesso em: junho de 2005.

² O subtítulo da seção Miscellanea no número de estréia é “Pensamentos vagos sobre novo Império do Brasil”. Nesse texto o redator traça as conjecturas da administração do Brasil a partir do momento no qual a Corte se transferiu para a colônia, e em suas hipóteses a expectativa de “melhoramentos” é muito grande. *CB*, v.1, n.1, jun., 1808, p.57

dedico”. “(...) quero, alem disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes, e n’uma palavra de tudo aquillo, que pode ser util a sociedade em geral”.³

O objetivo de tirar os homens que nascem incultos das trevas, da ignorância e da ingenuidade representou a grande tópica do pensamento iluminista desenvolvido por toda a Europa desde o século XVIII,⁴ porém, vale realçar que a *Aufklärung* teve temporalidades e versões variadas no Velho e no Novo Mundo.

O desenvolvimento do pensamento iluminista em Portugal, de acordo com Pedro Calafate, teve seu “início” na ascensão de Pombal e teria adquirido, neste momento, “uma feição de Estado”, criando assim uma proximidade entre as reflexões filosóficas e as questões de Estado. Segundo Calafate, “a publicação do *De Suprema Regum* (de António Pereira de Figueiredo), da *Dedução Cronológica e Analítica*, do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) e dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772)”, além de atenderem a essa nova demanda, caracterizaram, de certa forma, o que viria a ser o pensamento ilustrado em Portugal. De acordo com o pesquisador português:

tal como os vários iluminismos europeus, a filosofia sob o signo das «Luzes» revestiu-se, entre nós, do mesmo carácter omnicomprensivo e multidisciplinar, enquanto meio geral da compreensão, afirmando-se por uma via essencialmente polémica, alimentada através de uma contraposição sistemática entre épocas de «luz» e «trevas», aferidas pelo tribunal da razão. Nesse sentido, elegeu para alvo de crítica impiedosa o designado «Seiscentismo» e os seus protagonistas, a Companhia de Jesus, a respeito dos quais ergueu a tese da crise e decadência da cultura e das instituições, com o fim de se afirmar, perante o País, através de um ideal de salvação nacional. Foi nessa ambiência que veiculou, com a mesma intensidade, o optimismo presentista dos «Modernos», expresso em palavras-chave como o «progresso», a «razão» ou a «natureza». Tendo como suporte

³ CB, v.1, n.1, jun., 1808, p.4.

⁴ Uma das definições mais clássicas sobre o que seria o Iluminismo foi produzida pelo filósofo Immanuel Kant que publicou na Alemanha, em 1784, um texto intitulado “*O que é o Iluminismo?*” A resposta dada a esta questão no texto é a seguinte: “Iluminismo é a emergência do homem de sua imaturidade auto-incursa”. Imaturidade essa que foi definida pelo filósofo como uma “incapacidade de utilizar o próprio entendimento sem o auxílio de outrem”, e ela seria *auto-incursa* no sentido de que os homens teriam preguiça de sair desta condição cômoda, pois “se eu tenho um livro para ter entendimento em meu lugar, um guia espiritual para ter consciência por mim, um médico para decidir por mim a dieta que devo seguir, e assim por diante, eu não preciso me esforçar para nada. Eu não preciso pensar se posso pagar”. Esse estado de coisas propiciou que alguns se denominassem os guardiões dos homens, os que interpretariam o mundo. Sendo assim, prossegue o filósofo, “a divisa do iluminismo deve ser: *Sapere aude* [Ouse ser sábio]. Tenha a coragem de usar seu próprio entendimento.” Este texto foi traduzido do original “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” e pode ser encontrado na *Revista Humanidades*.

teórico o sensismo de Locke e a epistemologia de feição newtoniana, com a conseqüente oposição crítica ao designado «espírito de sistema» cartesiano (exceptuando o compromisso tentado por Azevedo Fortes), orientou-se por um ideal de reforma da vida do homem em sociedade e encontrou no ecletismo – alicerçado na atenção prestada à história da Filosofia – a forma eficaz e crítica de constituição do seu ideário global e na pedagogia e na política os canais privilegiados da sua intenção reformista.⁵

No Brasil, a “época das luzes” teve seu início com a transferência da Corte portuguesa e, como nos esclarece Antonio Candido, entre os temas produzidos pela intelectualidade no período, as tópicas centrais que demonstram os objetivos comuns destes homens são muito salientes. Estas temáticas, além de se configurarem como uma “agenda”, também definiram os principais traços de “nossa época das luzes”, que não ficou restrita aos anos pré-independência, mas se propagou para as “gerações” posteriores. De acordo com o literato:

Se percorremos a *literatura pública* do tempo, encontraremos nelas temas característicos: ânsia de instrução, crença na educação para plasmar o homem na sociedade, amor pela liberdade política e intelectual, desejo de reformas políticas, patriotismo, confiança na razão para impor normas do progresso.⁶

Neste sentido, uma das ferramentas mais importantes adotadas para levar as luzes aos que estavam nas trevas da ignorância, como já mencionamos ao longo deste trabalho, foi a imprensa periódica. Na América espanhola, por exemplo, desde fins do século XVIII e no decorrer do século XIX, a imprensa periódica se prestara ao papel de grande agente educativo. Segundo Pallares-Burke, “o projeto iluminista de transformar mentalidades ‘arcaicas’ em ‘ilustradas’ não só se revela presente como até reforçado no jornalismo latino americano do século XIX”.⁷ Emergiam jornais em diversas partes do novo mundo que

⁵ CALAFATE, Pedro. **O Iluminismo em Portugal**. Instituto Camões – Portugal: Centro Virtual Camões. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/filosofia3.html>>. Acesso em Novembro de 2005.

⁶ CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.240.

⁷ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.147.

tinham um claro objetivo pedagógico e civilizatório. Os periodistas almejavam tornar as sociedades americanas o mais semelhante possível à civilização européia. Tal pensamento na América hispânica ganhou força, sobretudo, no período do pós-independência, quando dos esforços para “integrar o novo mundo independente ao que era visto como a invejável e moderna cultura européia”.⁸ Ainda nos primeiros decênios do século XIX, temos, por exemplo, no Chile, em 1818, a publicação do “*El Duende de Santiago*”, que queria acima de tudo “fomentar a educação do vulgo”. Alguns anos antes, em 1811, surge no México o “*El Mentor Mexicano*”, que imputava a si próprio a missão de acabar com a “ignorância popular”.⁹

Podemos dizer que essa concepção e a própria imprensa periódica do começo do século XIX, na América Latina, teve um caráter mais formativo do que informativo, ou noticioso. No Brasil, os *periodistas* também acreditavam nas virtudes do saber e no potencial educativo que as folhas públicas poderiam proporcionar, tanto que muitos dos homens pertencentes à elite intelectual do país editaram ou escreveram em periódicos.¹⁰ O *Correio Braziliense* não foi exceção em tal panorama, pelo contrário, ele se enquadra nessa modalidade, sobretudo por que, como todos os outros periódicos “brasileiros”, em sua introdução, sinalizava a missão na qual pretendia se concentrar, e não apenas isso, acreditava também que ao comentar os fatos e notícias que veiculava, contribuiria significativamente para que os leitores tirassem suas próprias conclusões e chegassem à “verdade dos acontecimentos”. Para Hipólito da Costa, como anteriormente observou Isabel Lustosa, “a instrução seria a chave de uma conduta racional e asseguraria o bom funcionamento dos governos”.¹¹

⁸ **Idem.**

⁹ **Idem.**, p.147-ss.

¹⁰ Essa afirmação pode ser aferida no texto de LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

¹¹ **Idem.**

A instrução tão defendida e apregoada por esses homens da virada do setecentos para o oitocentos vinha acompanhada de uma valorização das letras, da literatura e da organização do conhecimento de maneira racional, sendo assim, as ciências, ou melhor, o discurso científico, para sermos mais exatos, foi alvo de atenção especial por parte dos ilustrados luso-brasileiros do período. Discurso esse que ganharia uma grande notoriedade em muitos campos da “vida social”, ao longo do século XIX.¹²

No que tange aos avanços da ilustração no Brasil e, de certa maneira, dos seus limites, José da Silva Lisboa, em 1810, deixou a seguinte consideração:

Smith observa, que um povo instruido he sempre mais obediente, e morigerado, do que um povo ignorante, e estúpido. Quanto elle tem mais luzes, tanto he menos exposto ás illusoens do enthusiasmo, e superstição, e tanto he mais capaz de ver as queixas interessadas de facção, e sedição, e não se precipita a factos de insubordinação, e revolta. Elle sente que he mais respeitável, e portanto he tambem mais disposto a respeitar os seus legítimos superiores, e adquire hábitos de ordem e virtudes Moraes, e políticas.

Acerca das belas letras e das ações do monarca português para melhorar e ampliar a instrução pública, na nova sede da Corte portuguesa, Silva Lisboa pondera:

Foi elegantemente notado por um dos preheminentes genios da antiguidade, que a cultura das letras impedia a fereza dos costumes [...]. Por isso [...] S.A.R não só tem mantido os estudos de bellas letras, e da philosophia que haviam no Brazil, mas já ordenou o estabelecimento de outros de alta literatura, para o ensino das sciencias mathematicas, e por um plano (que logo virá a luz) talvez o mais vasto, e mais bem harmoniado, de instrucção publica, em todas as repartiçoens de milicia e marinha que nos são a necessidade immediata, &c.”¹³

Nessa linha de pensamento, acerca da instrução desenvolvida pelo velho sábio, como se auto-intitulava José da Silva Lisboa, podemos perceber os objetivos e a

¹² Dente os discursos “científicos”, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o que tinha maior preponderância e proeminência eram os discursos médicos. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, Cultura e Sociedade**: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821. São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP. Sobre a importância que o discurso tido como científico ganhou no Brasil ao longo do século XIX consultar NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Brasília: UNB, 2004.

¹³ CB, v.5, n.31, p.612-613, dez., 1810.

justificativa da instrução. Dizia ele: “um povo instruído he sempre mais obediente e com bons costumes”. Como já visto, a instrução não era irrestrita, havia limites impostos sobre o que poderia ser lido pelos súditos do augusto soberano da casa de Bragança e também sobre o que poderia ser veiculado publicamente, embora a sociedade carioca fosse composta por poucos letrados observava-se com atenção o que falavam, como notou Maria Beatriz Nizza da Silva.¹⁴ Livros, periódicos, panfletos e outros impressos, passavam pelo sistema de censura, que, diga-se de passagem, era falho em muitos aspectos, mas existia e servia aos seus propósitos, mesmo que minimamente. Contudo, não podemos deixar de mencionar que alguns homens tinham contato com as tais idéias “ímpias e sediciosas” contidas nos impressos. Esses privilegiados eram os censores e alguns homens cuja conduta moral e a instrução permitiam receber a licença para tal.¹⁵ Todavia, o fato de um sistema de censura ainda vigorar nos domínios portugueses não quer dizer que as letras ocupavam um papel secundário, pelo contrário, como pudemos observar nas palavras de Silva Lisboa as Belas Letras¹⁶ ocupavam um papel de destaque no processo civilizador desencadeado por D. João VI e sua Corte no Rio de Janeiro.¹⁷

Hipólito da Costa também tinha as belas letras e a instrução na mais alta conta, embora, os objetivos da educação pública, a serem mencionados, tenham tomado

¹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil do século XVIII e início do século XIX. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.561-577, 1999, p.561.

¹⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999.

¹⁶ Belas Letras são compreendidas, neste texto, de uma maneira ampla, sendo que esse conceito abrange não só a produção de romances, mas também a publicação de periódicos, panfletos e livros que tratavam de temas diversos indo da Ciência as Artes e da Literatura a Política.

¹⁷ O processo de transformações ocasionadas pela presença da corte de Bragança no Brasil é demarcado, quase consensualmente, pelas variadas vertentes da historiografia brasileira como grande ponto de inflexão da história pátria. Os trabalhos de Oliveira Lima e Gilberto Freyre, considerados clássicos sobre o assunto, são bons exemplos. Oliveira Lima, em “*D. João VI no Brasil*”, enxergou na figura do príncipe o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira, pois a presença e as ações do monarca no Brasil foram fundamentais para a formação de uma primeira elite dirigente que levou o país a constituir-se enquanto Estado independente e posteriormente como nação. LIMA, Oliveira. **op. cit.**, *passim* Gilberto Freyre, em “*Sobrados & Mucambos*”, percebeu a chegada do Regente como o marco de um processo de transformação, lento e banhado em permanências, da estruturação dos poderes locais, dando início a um processo de declínio do poder de mando dos senhores patriarcas e na sua conseqüente transmutação em senhores dos sobrados urbanos, além de ter ocasionado uma mudança na vida cotidiana dos habitantes do trópico, mudanças essas que permitiram com que houvesse em determinados seguimentos das elites, e mesmo entre os descendentes dos antigos senhores rurais que se mudaram para as cidades, uma valorização das letras e da instrução e, sobretudo, dos *modos civilizados* do europeu cuja presença no país foi largamente ampliada nos tempos de D. João. FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000, *passim*. Outros textos tidos como clássicos e que perpassam o período podem ser citados, tais como, *A construção da ordem* de José Murilo de Carvalho, *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*, de Caio Prado Jr., e *Os donos do poder*, do historiador e jurista Raymundo Faoro.

direcionamentos diferentes, nas páginas do *Correio Braziliense*. Nesse sentido, o redator julgou que o melhor a fazer pela *Litteratura* em língua portuguesa seria a veiculação do maior número possível de obras impressas nas páginas do *Correio*. Na abertura da seção “*Litteratura e Sciencias*”, em junho de 1808, foi feita a seguinte consideração:

nesse artigo das sciencias se ha de dar conta das mais importantes obras, que se publicarem; pede a justiça que se publicam em Portuguez; o que farei de tanto melhor vontade, por que conhecendo o actual estado da literatura portugueza, não espero que esta partiçãõ me ocupe muito, tempo, nem me cause grande despesa de papel.¹⁸

A seção *Litteratura e Sciencias* foi a parte da empresa na qual o redator se dedicou a veicular não apenas obras que eram impressas, mas também os avanços das ciências e das artes. Essa partiçãõ do *Correio* ocupava, em média, de 20 a 40 páginas por número, por vezes mais, por vezes menos, e em nove números dos cento e setenta e cinco, organizados em vinte e nove volumes, a seção não foi publicada¹⁹ – ausência não justificada diretamente. Em muitas oportunidades, o redator escreveu que pelo limite das páginas que tinha não poderia comentar mais detalhadamente obra “x” e que continuaria a comentá-la em números posteriores ou então daria dela somente uma idéia geral. Normalmente, quando não podia entrar nos pormenores do impresso analisado, a justificativa era dada da seguinte maneira: “os limites deste papel só permitem dar uma idéia geral”.²⁰

A seção *Política* foi a que ocupou o maior espaço, entretanto, a maior parte do conteúdo desta e das outras seções, *Commercio e Artes e Miscellanea*, era preenchido pela publicação de documentos oficiais (como editais, portarias, etc.), extratos de jornais editados em línguas estrangeiras – geralmente as notícias referentes às *novidades do mês* em outras localidades da Europa foram apresentadas nas seções *Miscellanea* e *Política*. As

¹⁸ CB, v.1, jun., 1808, p.30.

¹⁹ A seção não foi publicada nos n.8, 9, 10 do v.1 de 1808; n.17 e 18 do v.3 de 1809; n.25 do v.4 de 1810; n.28 e 29 do v.5 de 1810; e por fim no n.34 do v.6 de 1811. Deste número em diante até o n.175 do v.29 não houve mais ausência da seção.

²⁰ CB, v.1, n.2, jul. 1808, p.117.

“*novidades do mez*” que o jornalista considerava mais relevantes eram devidamente comentadas na parte final de cada número, comentários esses que eram organizados sob o título de “*Reflexoens sobre as novidades deste mez*”, disposto no fim da *Miscellanea*.

No que toca à Literatura e às Ciências, foram veiculados lançamentos de escritos de natureza bem variada e que abordaram diversas temáticas. A natureza dos escritos variou entre jornais, livros, panfletos, papéis oficiais (editais, portarias, avisos, etc.), manifestos, e notícias, com breves descrições, de novas patentes feitas na Inglaterra. No que tange aos temas, os avanços e novidades veiculados na seção trataram ao longo dos catorze anos de existência do *Correio* de organização política, economia, religião, viagens, poesia, romance, periodismo (novos títulos e debates), experimentos científicos, observações astronômicas, matemática, medicina, direito e artes. De 1808 a 1811, o *Correio Braziliense* apresentava a seus leitores em língua portuguesa uma apreciação do impresso que anunciava, contudo, a seção foi muito ocupada com as respostas dadas aos panfletos portugueses lançados para combater as *ímpias e sediciosas* notícias que o periódico veiculava nos domínios lusitanos.

A partir de 1811, as notícias de lançamentos de novos livros passaram a figurar em todos os números e, geralmente, esses avisos vinham acompanhados de pequenas ementas elaboradas pelo jornalista. Entretanto, esses novos títulos não eram, em sua maioria, escritos em língua portuguesa, mas, geralmente, em inglês, espanhol e francês. Textos editados em Portugal e no Brasil também receberam a atenção de Hipólito. A variedade temática da seção se deve em maior parte a esse procedimento do jornalista.

Porém, vale mencionar, que a maior parte dos textos analisados e os lançamentos anunciados eram de obras publicadas em Londres, tendo em vista que, no período das guerras napoleônicas e dos processos de independências na América espanhola, a capital inglesa recebeu muitos homens como Hipólito. Não é de se admirar que, com a variedade,

abundância e facilidade de acesso a uma gama muito variada de publicações, o jornalista tenha veiculado um grande número de lançamentos literários e científicos editados nesse país.²¹ Além disso, Hipólito, em termos de literatura e ciências, oferecia aos leitores portugueses o que, em sua concepção, havia de mais moderno nesses assuntos. Na comparação entre a produção literária de Portugal com a da Inglaterra, o redator disse, em inúmeras oportunidades, que a superioridade inglesa se devia a uma legislação que assegurava a liberdade de imprensa e opinião.

Mas como foram analisadas as obras da seção *Litteratura e Sciencias*? Em primeiro lugar, o redator fazia uma breve síntese do conteúdo do que estava vindo a público, posteriormente tecia seus comentários e, em alguns casos,²² quando discordava de dados, opiniões, “fatos” e conclusões dos autores, Hipólito dava sua própria versão do “ocorrido”, chegando a registrar suas conclusões ao lado das conclusões do autor.

A primeira peça analisada por Hipólito foi um folheto intitulado “Noticia Histórica do Estâdo actual da Inglaterra neste anno de 1808”, publicado em Lisboa, com autorização do Desembargo do Paço. O texto, de acordo com o redator, tinha sido encomendado pelo Governo francês para convencer os portugueses de que a Inglaterra estava em decadência comercial e industrial por causa dos acontecimentos que agitavam a Europa. Hipólito critica o fato de o autor ter utilizado falsos papéis para fazer afirmações sobre a situação econômica do País, informações essas cujas fontes teriam sido, supostamente, retiradas do parlamento britânico. Ao refutar as afirmações do autor anônimo, o jornalista faz uma defesa do parlamento dizendo que a origem das informações é falsa, pois o parlamento não permite que sejam apresentados documentos falsos, por que a Oposição confere ao

²¹ Em janeiro de 1810, na introdução da análise do texto “*Introducion para la historia de la revolucion de Hespanha, por D. Álvaro Flores Estrada*” Hipólito fez a seguinte consideração: “Entre os effeitos notáveis da revolução atual da Europa; he a accumulacão em Inglaterra de escriptos em quase todas as linguas do Continente. Homens de Letras, a quem a ignorancia, e o despotismo, não deixava respirar em seus paizes, se tem acolhido debaixo das bandeiras sagradas da liberdade Inglesa.” **CB**, v.6, n.32, p.47-51, jan., 1811.

²² **CB**, v.1, n.1, jun, p.30-56, 1808.

processo político um equilíbrio.²³ No fim da análise são expostos lado a lado as conclusões do *Noticias...* e as do *Correio Braziliense* acerca da situação da Inglaterra, no ano de 1808.²⁴

Este primeiro texto analisado aponta uma tendência que iria se repetir até praticamente o encerramento dos trabalhos do *Correio*, em 1822, pois, quando o redator fazia suas críticas, um dos pontos constantemente cobrados ou elogiados nos textos por ele analisado era a questão da “*authoridade*”, palavra que nas páginas do periódico londrino ganhou dois sentidos: o primeiro é a autoridade de “quem fala”, os conhecimentos, a formação e a competência do autor para discutir o(s) assunto(s) que propôs; o segundo sentido que o termo ganha é como sinônimo de veracidade, que o texto tinha que conter, sobretudo no que tange à confiabilidade da informação e da fonte utilizada na composição dos textos que foram selecionados mês a mês para compor a seção. Em diversas oportunidades houve cobrança, para o bem e para o mal, da autoridade do texto e do autor – mesmo quando este era anônimo.

Outra questão que foi uma verdadeira tópica do periódico londrino diz respeito à instrução pública. A atenção que o redator dava ao assunto leva-o, por vezes, a reproduzir, quase sempre de maneira integral, alguns editais sobre a instalação, no país, de cursos, academias, laboratórios, etc. A questão da melhoria e ampliação da instrução foi central no pensamento de Hipólito da Costa, pois, o estabelecimento de novos cursos no Brasil, na visão do jornalista, permitiriam os avanços imprescindíveis para se alcançar o estado de

²³ *Idem*, p.32.

²⁴ Damos aqui um trecho das conclusões de Hipólito da Costa: “Conclusam minha. [...]. A política Ingleza favorecendo as Naçoens neutraes, e oppondo-se aos inauditos decretos da França, que tendem a destruir o Commercio do Mundo e estragar a *civilizaçam* da Europa. Todos os portos do Continente reduzidos a nam poderem commerciar, e o povo empobrecendo a passos rapidos, e os Inglezes florecendo em artes, e sciencias; e no commercio, que fazem actualmente, nas quatro partes do mundo.” As conclusões do autor foram essas: “Do exposto acima se deduz, que as fabricas da Gram Bretanha estão paradas e por consequencia mais de hum milhão de pessoas sem se occuparem. Os negociantes sem Commercio, nem relações com o Continente. Os Armazens de Inglaterra cheios de Fazendas sem ter onde lhes possam dar sahida. As suas Esquadras fazendo despesa diaria de mais de meio milhão, e sem mais lucros que a tomada de um dous Navios Mercantes, que possam apanhar. A política Ingleza, contrária aos interesses de todas as Naçoens. A sua agricultura na decadência por falta braços, e de Commercio. Todos os Portos do Continente, fechados aos navios em geral da Gram Bretanha: e o povo Inglez desanimado, por não poder ja sustentar por mais tempo, o peso, e as desgraças de uma guerra tão dilatada e destruidora”. *Idem*, p.56.

civilização. O jornalista acreditava que os portugueses – entendidos como todos os súditos da casa de Bragança – precisavam se instruir para melhor servir e levar as luzes à sociedade em que viviam, além disso, quanto melhor fosse a instrução dos homens públicos tanto melhor se organizariam os Governos.

Em julho de 1808 teve início, na seção *Litteratura & Sciencias*, a veiculação de um plano do Governo francês de instituir em todo o território europeu sob seu domínio a Universidade Imperial.²⁵ Os franceses, segundo informações do *Correio*, prometiam criar um sistema de educação geral, promessa essa que chegou a ser oficializada por meio de um decreto, dividido em cento e quarenta e quatro artigos, que instituía e organizava esse sistema de ensino. Tal decreto foi expedido em Paris, em 17 de março, seis dias após a chegada da Corte do príncipe regente de Portugal ao Rio de Janeiro. Nas páginas do *Correio*, foram apresentados os artigos sobre a Organização Geral, pois segundo seu redator, “os limites deste papel só permitem dar uma idéia geral”.²⁶

Essa legislação previa que todas as instituições de ensino ficariam sob a jurisdição da Universidade Imperial, que compreendia todas as escolas, academias e colégios formando um só corpo, onde também se dispunha a hierarquia e o nível da formação que cada peça forneceria. O art. 5 tratava dessa questão da seguinte maneira:

As escholâs pertencentes a cada uma das Academias serão arrançadas na forma seguinte: – 1. As *faculdades* para as Sciencias mais profundas, e para conferir os Grãos. 2. Os *Lyceos* para as lingoas antigas, historia, rhetorica, logica, e os Elementos das sciencias mathematicas e naturaes. 3. Os *Collegios* (escholâs secundarias das *Communes*) para os elementos das lingoas antigas, primeiros rudimentos da historia, e as sciencias. 4. As *Instituiçoens*, isto he, escholâs presididas por Mestres particulares cuja instrucção se aproxima á dos Collegios. 5. Casas de Educação (*Pensiom*), que taõbem pertencem a Mestres particulares, e saõ para os estudos menos rigorosos do que os das Instituiçoens. 6. *Escholâs Menores*, ou escholâs primarias, onde se ensine a ler, escrever, e primeiras regras de arithmética.²⁷

²⁵ Iniciada no n.2 e finalizada no n.3 do v.1 de 1808.

²⁶ *Idem*, p.118.

²⁷ *Idem*.

Um capítulo específico tratava das áreas de conhecimento que competiam às Faculdades: “Capit. 2 *Das Faculdades*. São estas elevadas ao número de cinco. 1. Theologia; 2. Direito; 3. Medicina; 4. Sciencias Phisicas, e Mathematicas; 5. Literatura (*Lettres*).”²⁸ Os graus obtidos pelos formandos poderiam ser os de bacharel, licenciado ou doutor.²⁹

Na apreciação da matéria exposta, Hipólito da Costa elogiou a minúcia com que o Plano foi apresentado, entretanto, suas críticas a essa organização da instrução, proposta pelo governo francês, foram duras. Para o redator esse sistema de educação tinha a intenção de criar um monopólio das ciências, deixando sob a égide do Governo francês a maneira pela qual o conhecimento passaria a ser produzido nas artes, comércio, literatura, etc. O jornalista entendeu que o Plano da *Universidade Imperial* queria, na verdade, introduzir uma maneira uniforme de pensar, uma *uniformidade de instrução*. E essa uniformidade seria um mal, pois, não havendo espaço para a discordância, as ciências ficariam presas a grilhões e não poderiam se desenvolver da maneira como deveriam. Tal perda, na visão do redator, seria muito grave, por que “os beneficios, que resôltam às scencias do alvedrio dos particulares, no pensar, ficam inteiramente sopitados por este Regulamento.”³⁰

Além disso, a *uniformidade de instrução* tiraria uma das características mais marcantes do desenvolvimento da literatura e da ciência: a competição. Ao longo da crítica, o redator estabelece uma comparação entre a universidade francesa e a alemã, considerando que a primeira estava em estado de decadência diante da segunda, pois na

²⁸ *Idem*, v.1, n.3, ago., 1808, p.201.

²⁹ Extraímos o trecho no qual são expostas as exigências para obtenção do título de Doutor, em cada uma das cinco áreas: “Bastará notar as qualificaçoens para a borla de Doutor. ‘O Doutor de Literatura deve sustentar duas thezes; uma em Rhetorica, e Lógica, outra em Literatura antiga, e a primeira (*o que he notavel*) em Latin. O Doutor de sciencias deve sustentar duas Theses, á sua escolha, sobre Medicina e Astronomia, ou Chimica, ou Historia Natural, em dous ou tres ramos. Os Grãos em Direito e Medina ficam no memso pé em que se ácham. O Doutor em Theologia deve ter, pelo menos, 20 annos de idade, e ter sustentado varias theses, uma em latim.” *Idem*, p.202.

³⁰ *Idem*, v.1, n.2, jun., 1808, p.118-119.

Alemanha “os Príncipes, que governam pequenos Estados tinham emulação uns aos outros, e promoviam sempre a litteratura. Daqui vem que as Universidades d’Alemanha tem contribuido mais que nenhuma outras para espalhar os conhecimentos pela Europa.”³¹

As apreciações que Hipólito fez do plano da universidade imperial serviram de pano de fundo para a análise que desenvolveu acerca do desenvolvimento dos conhecimentos em Portugal. Neste parecer, a ação dos jesuítas ganha um papel de destaque. A ação pedagógica dos padres da Companhia de Jesus, de acordo com o redator, teria introduzido uma quase uniformidade na instrução do pequeno reino, provocando uma redução do que Portugal “foi em sciencias, artes, navegação, e commercio, no florente seculo de Quinhentos ao que elle se acha nos nossos dias”.³² Apesar disso, ao comparar a ação dos religiosos com o Plano dos franceses, Hipólito da Costa expõe o que seria uma diferença fundamental entre as duas ações. A intenção de uniformidade promovida na ação dos jesuítas limitou-se a uma ação particular, sendo assim, eles não dispuseram de meios para silenciar a opinião pública. Os franceses, por outro lado, queriam chegar ao mesmo fim dos jesuítas usando o poder do Estado e nisso, de acordo com Hipólito, a ação dos gauleses se apresentava “com a face mais horrorosa, e ao mesmo tempo escudado com o poder do Governo e authoridade da força.”³³

Em outubro de 1808, essa perspectiva sobre a ação do Governo e a educação jesuítica retorna às páginas do *Correio*, porém, o objeto da análise deixou de se centrar nas intenções dos franceses e passou para a política portuguesa em relação à produção do conhecimento, política essa, de acordo com as análises do jornalista, que estaria de certa maneira mantendo os entraves ao desenvolvimento da literatura no reino, tal qual o fizeram os padres ao longo dos anos.

³¹ *Idem*, v.1, n.3, ago., 1808, p.201.

³² *Idem*, p.200.

³³ *Idem*, v.1, n.2, jul., 1808, p.118-119.

O redator, desde o número de estréia, havia alertado que se esforçaria para veicular o maior número de obras em língua portuguesa, todavia, conhecendo o atual momento pelo qual passava a literatura portuguesa não esperaria gastar muito tempo e muito menos teria grande despesa de papel com esta temática, pois considerava que as ciências em Portugal não estavam a par com as das outras nações mais avançadas da Europa, como, por exemplo, as da Inglaterra.

Contudo, Hipólito da Costa frisou que o estado da literatura portuguesa não era melhor do que o da brasileira, pois, nas terras do reino, os homens de letras sofriam perseguições e as sciencias não recebiam incentivo. Tudo isso, segundo o artigo “Analise da litteratura portugueza”, por culpa de um Governo que centrou em suas mãos a produção do conhecimento, já que todas as obras que se queria publicar no país só vinham a público depois de autorização régia – concedida após exame da Junta Diretora da Impressão Régia. Contribuía também para o atraso da literatura e das ciências a educação jesuíta, que durante muitos anos, no julgamento do redator, agrilhoou o desenvolvimento destas matérias no reino, deixando a impressão aos estrangeiros de que o português não era talhado para as artes de uma maneira geral.

Em 1812, porém, quando o jornalista voltou a tocar no tema – instrução e jesuítas –, ponderou e disse que no caso do Brasil a expulsão dos jesuítas tinha sido um mal, pois não houve por parte do Governo nenhuma medida para que o lugar deixado vago pelos sacerdotes da Companhia de Jesus na educação e civilização, sobretudo dos índios, fosse ocupado. O trabalho dos padres, em suma, havia sido interrompido sem que houvesse uma substituição e continuação dos seus esforços, sendo assim, os que estavam sob os cuidados dos padres foram abandonados pelo Governo português.³⁴

³⁴ **Idem**, v.9, n.51, ago., 1812, p.434.

A centralização do conhecimento produzida pelos governantes portugueses derivava não apenas do receio de que idéias ímpias e sediciosas circulassem pelo território do reino (“cá e além-mar”), mas da ignorância que predominava entre os que exerciam o controle sobre os assuntos que ajudariam no desenvolvimento da civilização. A este respeito dizia Hipólito:

Se agora resuscitasse o grande Newton, e quizesse publicar em Portugal os seus *Principio Mathematicos*, ou outra producção do seu genio ainda melhor; seria essa obra mandada rever, por alguns desses sábios do Areópago portuguez, que tem na sua mão o poder de dispensar as luzes á Nação.³⁵

Além deste controle exercido pelos sábios de Portugal o redator acrescentava o decisivo e influente papel exercido pelo *Tribunal da Inquisição*, que contribuía para a perpetuação do atraso, para a ausência das luzes em Portugal, pois os censores eram movidos não pelo conhecimento literário, “que por sinal lhes faltava”, mas por uma visão que dividia o conhecimento entre bom e mau. A crítica feita à proposta de uniformidade de instrução planejada pelos franceses era aplicável ao caso português, entretanto, nas terras lusitanas a “autoridade da força” era dividida entre os poderes sacro e régio. Nas palavras do redator:

A minha hypothesis não he de todo imaginaria, muitas obras são prohibidas em Portugal; porque os Censores não sabem de que elles tratam. E toda a producção que estes focos da sciencia não approvam he má. Todo o Mundo sabe que o author a quem se prohibe uma obra proferisse a menor queixa, teria finalmente ou uma mordaga na Inquisição, ou uma prisaõ do segredo, por ordem da chamada Polícia.³⁶

Eis os motivos do atraso em que Portugal e seus domínios se encontravam, no âmbito da produção de conhecimento, em relação a uma Europa que gradativamente se iluminava, sobretudo no campo literário. Convém, a propósito, dizer que o entendimento

³⁵ CB, v.1, n.5, out., 1808, p.383.

³⁶ Idem, p.384.

de literário e de literatura era muito amplo e englobava temáticas das mais variadas. Pelo que vem exposto nas páginas do *Correio Braziliense*, fica claro que diversos gêneros de escritos eram considerados literatura, dos relatos de viajantes às publicações periódicas, passando pelas novelas em prosa (gênero que se tornaria extremamente popular no decorrer do século XIX) e pelos ensaios de economia política. A literatura era encarada como mais um dos elementos do processo pedagógico que contribuiria para o desenvolvimento da civilização. Um exemplo muito contundente da maneira de se conceber o literário é a abordagem do decreto que instituía a *Real Academia Militar do Rio de Janeiro*, de 1810, veiculado nas páginas do periódico londrino, em 1812. A *Real Academia*, cuja iniciativa foi de D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi tratada nas páginas do *Correio* como um estabelecimento literário.

A criação desta academia e de outras instituições de ensino, não só no Rio de Janeiro, mas em outras regiões do “Estado do Brasil”, eram vistas e recebidas com muito entusiasmo, não só pelos habitantes locais como também por estrangeiros que aufeririam e reproduziam essas novidades em periódicos na Europa, com especial destaque para os magazines que eram produzidos em Londres. Hipólito da Costa reproduziu o edital de criação da *Academia Militar do Rio de Janeiro* a partir de outras publicações que circulavam na capital inglesa.

A criação desta *Academia* foi analisada nas páginas do *Correio* em pormenores. O jornal reproduziu integralmente os regulamentos e planos de estudo do referido curso e, como era de praxe, teceu suas considerações acerca do mesmo. Hipólito não teceu elogios ao ministro que tomou a iniciativa. O jornalista fez questão de apontar todos os erros cometidos, na sua visão, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho na elaboração das normas desta academia.

Foram muitos os pontos criticados na instalação da *Real Academia*. Em primeiro lugar, o redator indagou qual era o grau de conhecimento do Conde de Linhares para elaborar o plano de estudos de todas as ciências (exatas e militares) que constavam da grade curricular do curso, e o porquê de ter feito isso sem o auxílio de pessoas competentes, pois, os ministros de estado têm por função, auxiliar o rei na arte de governar, já que o soberano não conhece, e nem poderia, todas as matérias acerca das quais deve legislar. Nesse sentido, o Conde teria prestado um desserviço a sua Alteza Real, pois, ao normatizar todo o funcionamento e os conteúdos que seriam lecionados nesta nova academia, o ministro havia cometido muitos erros. Fora isso, o edital foi considerado vago e repleto de palavras pomposas e ininteligíveis, que D. Rodrigo fazia questão de usar.³⁷ O segundo ponto criticado foi o fato de a academia ficar sujeita a uma Junta Militar (como dispôs o Título I – *Da Junta Militar*), que por sua vez estava subordinada ao ministro da Guerra, no caso, o próprio Linhares. O título segundo (*Numero dos Professores, Sciencias, que devem ensinar, e dos seus Subtitutos*) foi o que recebeu as críticas mais duras; a apreciação de Hipólito se iniciou com essas palavras: “o título segundo he o cumulo de pedantismo; em que um ministro que nunca foi militar, e nunca brigou, pelo que sabíamos, nem com uma mosca; se intromete á escrever direcçoens sobre os estudos da arte militar”.³⁸ Esse pedantismo não seria apenas referente às artes militares, mas também ao conteúdo científico e a maneira como o mesmo seria apresentado aos alunos durante os sete anos de duração do curso, tempo considerado longo pelo editor do *Correio* e que só possibilitaria a formação de “homens de penas e não de espadas.”

³⁷ As críticas ao Ministro de D. João foram muito fortes, pois além de ponto a ponto desmontar o Plano de Estudos da Real Academia Militar apontou erros da atuação em outros ministérios que Linhares ocupou como, por exemplo, o Ministério da Marinha que não teve nenhuma nau construída e que viu seu corpo burocrático e o quadro de oficiais militares inchados e, conseqüentemente, mais dispendioso. Além disso, acusou D. Rodrigo de não introduzir melhoramentos na administração e no Governo do Brasil, além disso, Linhares teria despoticamente reduzido o poder das Câmaras, que eram instituição popular. “enfim, de tudo quanto promettera não fez mais do que expedir uma infinidade de leys, alvarás, decretos, e avizos, que sempre precisavam de outros para sua explicação”. *Idem*, p.707. Ainda na mesma seção (p.710-716) foi publicada as “*Reflexoens de D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre o modo de restabelecer o crédito público*”, que segundo o redator, serviam para demonstrar a falta de competência do ministro para melhorar as contas de Portugal. A justificativa de Hipólito da Costa para a realização das críticas foi dada da seguinte maneira “já que teimam nos elogios ao Conde, he forçoso que tornemos a fallar nelle: tello-hia-mos deixado, senão nos provocassem”.

³⁸ *Idem*, v.8, n.47, abr., 1812, p.488-489.

Pelo que dispôs o edital que instituía a *Real Academia...* do Rio de Janeiro o período letivo seria de 9 meses – de acordo com Título VI – e o conteúdo do primeiro ano do curso, na visão de Hipólito, era demasiado complexo para ser discutido nesse prazo. Fora essa complexidade e o excesso de conteúdo, a idade de 15 anos foi considerada “mui tenra para ésta qualidade de estudos”, no que se refere à capacidade tanto de aprendizagem das ciências quanto da prática militar. Além disso, houve inversão na ordem nas quais certas disciplinas deveriam ser ministradas como, por exemplo, a *ótica*, ensinada no primeiro ano, que tinha por pré-requisito o conhecimento das equações desenvolvidas na *trigonometria esférica* que, por sua vez, estava disposta apenas no quarto ano, caso esse que também se aplicava às *cartas geográficas* e à *geodesia*. A elaboração deste curso por um ministro de Estado, na visão do jornalista, era o maior sinal das arbitrariedades cometidas no seio do Governo e dos desserviços que prestavam os homens públicos ao seu Soberano.

As críticas ao referido Plano recaíram, num primeiro momento, sobre o seu idealizador, entretanto, as considerações do redator radicado em Londres não passaram sem resposta, dada por outras publicações na Inglaterra em língua portuguesa em meados de 1812. As críticas ao parecer de Hipólito sobre a *Real Academia* foram publicadas no *Investigador Português* e também ocuparam espaço nas páginas do *Correio*, na sessão *litteratura e sciencias* com o título: “Tu quoque Brute! Resposta ao ataque feito contra o editor por outro jornal Portuguez”.³⁹ As considerações de Hipólito sobre as críticas eram de que o tom era muito pessoal e cheio de descomposturas⁴⁰ e que os redatores rivais não tinham conhecimento profundo do que falavam, pois, na tentativa de justificar o plano de estudos idealizados pelo falecido D. Rodrigo, ao invés de fazê-lo com base nas teorias

³⁹ CB, v.8, n.49, jun., p.699-710, 1812.

⁴⁰ O editor disse que não entraria nesse tipo de debate para não “dizerem aos povos, que a canalha dos homens de letras gastam o tempo como as regateiras em descomposturas mutuas”.

matemáticas de La Caile⁴¹ que defendia a inversão dos conteúdos, o fizeram com base em argumentos que só mostravam o desconhecimento da causa.⁴²

Hipólito, no entanto, reconhecia a importância da instituição de escolas no Brasil, já que o país contava com poucas instituições de ensino. Em agosto de 1813, ao noticiar que as aulas se iniciaram na *Real Academia*, o redator fez o seguinte comentário:

a necessidade de se cultivar as sciencias no Brazil, e de crear de novo estabelecimentos scientificos, que não ha, he materia tão evidente, que ninguem duvida de que seja util fomentar as escholas que há naquelle paiz, boas ou mas, em quanto as não ha melhores. Com estas consideraçõens se continuou a eschola militar do Rio-de-Janeiro, posto que o plano, como mostramos, bem longe de servir de honra ao Conde de Linhares, que o arranjou, lhe da maior descrédito. [...] não se segue dahi, que devesse mandar fechar as portas da academia: basta que ali houvesse uma aula de geometria para isso ser melhor, que nada mas.⁴³

Os debates públicos acerca dos rumos da nação portuguesa nos quais o *Correio Braziliense* se envolveu ou foi envolvido teve como um dos principais palcos as publicações portuguesas em Londres, que não só debatiam as transformações e melhorias que estavam sendo feitas, mas também o que acreditavam que deveriam ser realizadas. A imprensa periódica em língua portuguesa não floresceu apenas no estrangeiro, mas também nos domínios lusitanos; na antiga metrópole, por exemplo, no ano de 1812, circulavam sete periódicos que, segundo Hipólito da Costa, representava um grande avanço para acabar com o vácuo deixado pela ausência deste tipo de publicação e o efetivo atraso que este fato

⁴¹ Muitos textos de La Caile foram editados na Imprensa Régia do Rio de Janeiro para serem lidos pelos alunos da Real Academia Militar. Em muitas ocasiões o *Correio Braziliense* registrava que um novo livro do matemático francês havia sido impresso no Rio de Janeiro.

⁴² No decorrer do debate Hipólito ao defender sua posição acerca do que considerava estar errado na elaboração do plano de estudos da *Real Academia* fez uma comparação entre as grades da universidade de Coimbra e da nova academia no que se referia ao ensino da matemática e, sobretudo, por que os redatores do *Investigador* haviam dito que os planos eram idênticos. Da comparação entre as duas instituições de ensino podemos perceber o porque de Hipólito da Costa ter considerado que os temas a serem estudados no primeiro ano no Rio de Janeiro eram excessivos. Em Coimbra os alunos do primeiro ano aprendiam aritmética, geometria e trigonometria, já na Escola Militar do Rio de Janeiro fazia parte do currículo o aprendizado de aritmética, álgebra (até as equações do quarto grau), geometria, trigonometria retilínea e esférica. No segundo ano em Coimbra os alunos avançariam no estudo da álgebra e do cálculo (diferencial e integral), no Rio as aulas seriam de repetição do que haviam aprendido no primeiro ano, além de álgebra, geometria em linhas e curvas, cálculo (diferencial e integral) e suas aplicações a física, astronomia e cálculo das propriedades e, para completar, deveriam estudar as teorias da mecânica, hidrodinâmica e da ótica, teorias essas que seriam estudadas no terceiro e no quarto ano em Coimbra. Para não “escandalizar” seus interlocutores, que teriam confessado ter cursado apenas os dois primeiros anos de matemática em Coimbra, Hipólito da Costa encerra a comparação dos planos.

⁴³ CB, v.11, n.63, ago., 1813, p.246.

causava à literatura portuguesa. Para o jornalista essa proliferação era “um indicio dos esforços que a nação faz para o melhoramento de sua civilização”. Todavia, se fizermos uma comparação entre a produção e a circulação de magazines na Espanha e em Portugal, no mesmo período, podemos dizer que a imprensa portuguesa ainda era muito tímida, pois existiam cerca de trinta jornais espalhados por várias regiões da terra de Cervantes.⁴⁴

Em 1812, a fim de informar os leitores do Brasil acerca dos avanços literários em Portugal, Hipólito da Costa listou e fez pequenos comentários dos jornais que circulavam no país. Os leitores podiam apreciar os seguintes títulos: *Gazeta de Lisboa*; *Gazeta de Agricultura e Commercio*, *Diario Lisbonense*, *Telegrapho Portuguez*, *Mercúrio Lusitano*, *Semanário da Instrução e Recreio*, e, por fim, o *Jornal de Coimbra*. Este último foi o único que recebeu elogios irrestritos do redator do *Correio Braziliense* e, além disso, não era impresso em Lisboa como todos os outros. Hipólito, entusiasmado com a qualidade desta publicação, disse: “não conhecemos em Inglaterra, França ou Alemanha um jornal, que contenha um maior numero de artigos originaes; nem uma redação mais judiciosa.”⁴⁵

Esta proliferação de impressos em português no principio do século XIX, período de mudanças muito rápidas, no panorama cultural, pode ser encarada como uma mostra do papel assumido pelas folhas públicas em diversas localidades do Império Português que, sem exceções, tentavam levar Portugal, por meio das luzes, a se igualar às nações mais civilizadas da Europa.

⁴⁴ Na Espanha, cuja legislação já havia assegurado a liberdade de imprensa aos seus cidadãos, os leitores das regiões que iam de La Coruña, no noroeste, à região de Cadiz, no sul, passando pela capital Madrid e outras localidades como Sevilha, Valencia, Oviedo e Mancha tinham a sua disposição publicações que tratavam de temáticas muito variadas que iam da arte militar às letras e ciências. O número de magazines por região também não era pequeno, em Madrid, por exemplo, publicavam-se sete periódicos, em Cadiz, os espanhóis letrados podiam escolher entre dez títulos. *CB*, v.9, n.54, mai., 1812, p.725-727. Dois anos antes, na edição de fevereiro de 1810 do *Correio Braziliense*, o texto *Memória sobre la libertad política de la imprenta*, cuja autoria foi atribuída ao cônego José Isidoro Morales (publicado em Sevilha no ano de 1809), que elogiava a liberdade de imprensa na Espanha foi elogiado por Hipólito. ao abalisar esse escrito o jornalista faz uma crítica aos eclesiásticos portugueses por não seguirem o mesmo exemplo do frade espanhol e por agirem de maneira diametralmente oposta, na questão da imprensa, continuando a apoiar a política de cerceamento deste principio tão fundamental na visão do redator. Ao argumentar sobre as vantagens da liberdade de imprensa Hipólito diz que é “evidente o principio, que nós temos repetidas vezes inculcado, que a discussão livre dos negócios do Estado he tão util ao Soberano como aos povos, e só pode ser nociva ao ministro que deseja ser despótico.” *CB*, v.4, n.21, fev., 1810, p.178-184. Hipólito ao analisar

⁴⁵ *Idem*, v.9, set, 1812, p.447.

As tipografias portuguesas, assim como as brasileiras, não se ocuparam apenas de levar a público papéis oficiais e textos periódicos, mas também ofereceram aos seus leitores uma turba variada de edições que iam das oras marianas às poesias e aos romances. Estas publicações não escaparam das leituras críticas da imprensa portuguesa. Em 1811, o padre José Agostinho de Macedo, publicou o poema narrativo *Gama*. Este texto foi anunciado no *Correio Braziliense* como uma obra ruim e muito pretensiosa, por querer “fazer par” à obra de Camões, mas seu aparecimento só foi comentado, pois, segundo Hipólito, “he conveniente informar o publico das obras que se publicam, boas ou mas”.

O *Correio* não foi o único a emitir seu parecer acerca do poema do clérigo, o *Investigador Portuguez* também o fez. Os redatores entraram em polêmica com o autor ao criticar em sua peça duramente, criando um debate que se alongou pelos anos de 1811 e 1812. As divergências entre esses letrados geraram alguns artigos no periódico e novas publicações assinadas pelo padre Macedo.⁴⁶ Cada etapa desta contenda teve repercussão no *Correio Braziliense*, que dava notícias e, por vezes, publicava alguns excertos sempre elogiando os médicos, Bernardo José Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco, por sua erudição e acerto ao apontar todos os erros históricos, geográficos, teológicos, etc., cometidos pelo “maníaco literário” – como denominou Hipólito –, padre José de Agostinho Macedo.

A poesia não foi o único gênero literário apreciado nas páginas do *Correio Braziliense*. As novelas em prosa também compuseram a seção *Litteratura e Sciencias*, porém, a análise de uma tradução do francês para o português é a mais emblemática e mostra com todas as letras a opinião de Hipólito sobre um tipo de escrito que ganharia muita notoriedade ao longo do século XIX, o romance. O texto em questão era: “*Atala ou*

⁴⁶ Em julho de 1812 veio a público em Londres o “exame critico do Gama, novo poema epico de José Agostinho de Macedo” e, no mesmo ano, em Lisboa o padre Macedo editou “Respostas aos dous do Investigador”. *CB*, v.9, n.50, jul., 1812, p.98-99. Na edição de agosto Hipólito fez o seguinte comentário sobre a crítica feita ao poema *Gama*: “naõ seriam necessario tantos talentos, como mostram estes A.A. para esmagar a presumpção do Padre Jozé agostinho: mas he justiça o dizr que os A. A. mostráram nesta refutação todos os conhecimentos literarios, que seriam capazes de combater e vencer poetas, e philosophos de bom nome.” *Idem*, p.244.

os amantes do deserto, a harmonia da religião Christã com as scenas da natureza, e paixões do coração humano”, extraído do volume três da obra de Chateaubriand, “*Le genie du christianismo*”. *Atala*, com tradução anônima, veio a público em 1810 na cidade de Lisboa.⁴⁷ O jornalista abriu a sua resenha fazendo uma consideração geral acerca dos romances, para ele:

A immensidade de novellas que se tem publicado durante o seculo passado, e neste, a insipidez, inutilidade, e muitas vezes depravação destas publicações, tem feito caracterizar esta sorte de composições, como um emprego inútil, quando não seja de conseqüências funestas á moral do leitor.⁴⁸

O parecer de Hipólito sobre as novelas não era isolado, pelo contrário, como salientou Márcia Abreu muitos intelectuais do período (passagens do séc. XVIII para o XIX) eram da mesma opinião e consideravam os romances como leituras frívolas e perigosas. Esta idéia esteve presente em diversas localidades da Europa, como, por exemplo, na França e na Inglaterra. Os primeiros exemplares das narrativas ficcionais, que datam do último quartel do setecentos, em sua emergência não contavam com uma “homogeneidade formal” de escrita e de denominação – foram chamados, segundo Abreu, de “‘histórias, ‘aventuras’, ‘vidas’, ‘contos’, ‘memórias’, ‘novelas’, ‘romances’.”⁴⁹

Foram muitos os que se envolveram com a produção deste tipo de escrito que teve uma aceitação muito ampla entre um público leitor muito variado, além do mais, o sucesso dos romances foi quase imediato. Também houve aqueles que teceram elogios às obras publicadas. Apesar do redator do *Correio* considerar a leitura destes textos como um

⁴⁷ Hipólito fez muitas elogios ao tradutor, nos chamou a atenção as considerações acerca do que seriam as traduções, elas são interpretações do sentido original transpostos a uma outra língua. De acordo com Hipólito “o traductor que também occultou o seu nome, [...], mostrou o seu bom discernimento no objecto, suas philanthropicas intenções em dar a esta obra a seus concidadãos na lingua materna, e sua instrucção nas belas expessoens com que interpreta sempre o genuíno sentido do author. [...]. E quanto a fidelidade da traducção, ele não se linge ao original mais do que he necessario para seguir os ideais do A. [...]. Bem longe de censurarmos esta liberdade do Traductor, a julgamos necessaria em muitos casos, para adoptar á natureza da linguagem e aos costumes da nação, as idéias originaes” *CB*, v9, n.53, out., 1812, p.590-594.

⁴⁸ *Idem*, p.590.

⁴⁹ ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 2003, p.265-ss

“emprego inútil”, ele não estendeu sua crítica a todo gênero e considerava que havia novelas que poderiam ser úteis. Nas palavras do jornalista:

não entram porém nesta classe as novelas fundadas em princípios da verdadeira moral, e tendentes a inspirar no leitor maxims de prudência, e as regras de conduta, que se incluem nas paridades, e emblemas, que divertindo o espirito, formam o entendimento, e regem o coração. Taes são um Telêmaco⁵⁰, um Feliz independente do mundo e da Fortuna; e tal he o Atala.⁵¹

O debate em torno de *Atala*, exposto na página do Correio Braziliense, não tocou apenas as questões estilísticas, mas também questões morais e religiosas. Hipólito diz que as críticas à obra se centraram na defesa que a novela faz da religião cristã, porém, o jornalista argumenta dizendo que os críticos se esforçaram para apontar o cristianismo como fonte dos males temporais esquecendo-se das felicidades que essa religião trouxe ao mundo. Hipólito acrescenta que em *Atala* o leitor poderia encontrar uma compilação prática dos teoremas do autor, desenvolvidos com a razão e com base nos fatos históricos, que demonstram por meio da novela as vantagens que “os sentimentos que a religião inspira, em uma alma virtuosa sem affectação, religiosa sem fanatismo, e bem morigerada sem ser demasiado austera.”⁵²

Apesar de fiel à religião cristã, Hipólito acreditava que os príncipes e os Estados deveriam adotar uma política de tolerância e liberdade religiosa e não fazer julgamentos acerca do credo dos súditos e cidadãos. O príncipe também poderia optar por uma religião, pois, no entendimento do redator, ele também era um cidadão, o que ele não deveria fazer de suas crenças a religião do povo. O jornalista ainda disse que a autoridade civil não deveria se intrometer nos assuntos religiosos. Esta postura foi defendida nos números de abril e maio de 1811 do *Correio*, quando o redator apresentou aos seus leitores uma

⁵⁰ Telêmaco foi o romance mais lido no Brasil desde finais do século XVII e nas primeiras décadas do século XIX. ABREU, Márcia. **Op. cit.** Ver tabelas expostas ao longo do livro que apontam nessa direção.

⁵¹ v.9, p.590.

⁵² v.9, p.591.

apreciação do texto francês “*Reflexions philosophiques sur la tolerance religieuse, sur le libre exercice de tous les cultes...*”,⁵³ tal postura se manteve coerente durante todos os outros números.

Isabel Lustosa apontou que após o duque de Sussex ter se tornado o grã-mestre da Grande loja maçônica de Londres, a maçonaria adotou uma política de expansão mundial com base na tolerância religiosa e, gradualmente, foi eliminado de seus ritos os elementos cristãos para que fossem bem aceitos entre judeus, turcos, etc. Hipólito, como já mencionamos, era muito próximo ao duque e sua relação com os pedreiros-livres, inclusive por ser um dos membros, foi fundamental para o sucesso de sua empresa, a postura religiosa tolerante de Hipólito estava muito associada às novas concepções adotadas na direção geral da maçonaria.⁵⁴

A maçonaria, por sinal, foi fortemente combatida nos domínios portugueses por meio de publicações que tentavam desacreditar e deslegitimar os seus membros e a própria associação; alguns textos que foram editados, entre 1808 e 1820, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, com este intuito, são bons exemplos.⁵⁵ Em 1809, um autor, que assinou como “anotador”, lançou mão de um opúsculo intitulado “*Os pedreiros livres e iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos...*”,⁵⁶ com o objetivo, como o próprio título já demonstra, de atacar os maçons. A edição brasileira foi lançada pela *Imprensa Régia*, no mesmo ano.⁵⁷ Com mesma natureza foi editado o “*Segredo revelado ou Systema dos Pedreiros Livres*”, que podia ser facilmente encontrado

⁵³ CB, v.6, n.35, abr., p.336-346, 1881 e n.36, mai, p.476-497. O título completo do texto é: “*Reflexions philosophiques sur la tolerance religieuse, sur le libre exercice de tous les cultes, e sur l’Inquisition, les moines, les divers celibats, &c. Considérés, das l’orde social, &c.*” Par J.P. de N***. Paris na Impresa Bresseur Aim”

⁵⁴ Não queremos dizer com isso que todo maçom tenha adotado uma concepção tolerante da religião e muito menos que a maçonaria tenha constituído uma unidade de discursos entre seus membros neste quesito e na própria visão de mundo de seus membros, como próprio Hipólito deixaria claro em diversos números do *Correio*, havia pessoas pertencentes a essa associação que destoavam das posturas uns dos outros e, segundo o jornalista, falavam muita bobagem e acabavam por prejudicar a imagem da “instituição”.

⁵⁵ Em muitas ocasiões as respostas de Hipólito aos ataques feitos à maçonaria foram dadas na seção miscelânea.

⁵⁶ CB, v.3, n.15, ago., p.141-149, 1809, e n.16, set., p.269-276, 1809. Título completo: “*Os pedreiros livres e iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se tem formado a pestilencial irmandade, a que se chama hoje de jacobinismo*”, Lisboa, 1809, com licença.”

⁵⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 2.v., 1993, v.1, p.32.

pelos habitantes do Rio de Janeiro na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva, como mostra o catalogo de sua loja.⁵⁸

Neste embate, a argumentação apresentada nas páginas do *Correio* na defesa da maçonaria aponta para um dos elementos centrais no pensamento de Hipólito: a necessidade inexorável das associações particulares para a prosperidade do Brasil. Esses grêmios trariam benefícios não só para a Sociedade, mas também para os indivíduos que fossem associados, pois, os particulares aprenderiam a respeitar e a colaborar com as autoridades, tendo em vista que ele próprio poderia exercer a liderança, de maneira transitória, nestas corporações, voltando a ocupar uma posição de “menor” destaque. Essa não é, contudo, a única vantagem de ser membro de agremiações particulares já que eles poderiam fortalecer vínculos de amizade e parentesco, elevando assim “no cidadão, o amor a Pátria, de que dependem os serviços que ella deve esperar dos indivíduos.”

Para a coletividade, estas associações livres poderiam atuar em áreas nas quais os indivíduos e o Estado não poderiam administrar. Nestes casos, as sociedades particulares seriam peças de extrema necessidade para a “prosperidade nacional”. Através destas instituições, alertava Hipólito, poderiam ser somadas as experiências para o melhoramento de vários ramos da vida coletiva como a agricultura, o comércio e acima de tudo as ciências e as artes.⁵⁹

No ramo das ciências o *Correio Braziliense* apresentou aos seus leitores uma gama muito variada de temáticas que perpassavam várias áreas do conhecimento indo da matemática à astronomia passando pela química de alimentos e pelas questões médicas em torno da imunização. O periódico registrava novas descobertas em várias localidades da Europa como, por exemplo, na França, Inglaterra, Suécia, Rússia, Espanha, etc., e, por

⁵⁸ *Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva em 1811*. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Acervo/index.htm>>>. Acesso em: junho de 2005.

⁵⁹ **CB**, v.3, n.16, set., 1809, p.269-270.

vezes, também noticia avanços vindos dos Estados Unidos da América. Em muitas ocasiões, essas novidades eram extraídas de outros magazines como, por exemplo, a publicação escocesa *Reviu de Edimburgo*, prática muito comum na imprensa do período e que se mantém em nossos dias, sobretudo pela existência de agências de notícias internacionais.

Trataremos brevemente do que foi veiculado sobre os avanços das ciências, dando alguns exemplos de quão variado eram as descobertas, pesquisas e invenções que interessaram ao jornalista e que estiveram presentes, desde a criação ao encerramento, nas páginas do periódico. Sobre astronomia, a temática recorrente foi à descoberta e passagem de novos cometas e, em alguns casos, pontos da teoria newtoniana que permitiram tal feito; terremotos recebiam ao menos notas, dando conta da localidade onde ocorreram e da intensidade nas escalas do período – que, por sinal, eram mais de uma –, bem como os estudos acerca do nível alcoólico e da fermentação de vinhos e licores. Mas o *Correio* não tratou somente das novidades científicas; os debates também ocuparam espaço nas suas páginas, como por exemplo, o travado em torno da emissão de gases combustíveis no interior das minas de carvão e no campo da ótica foi apresentada a discussão em torno da refração de cristais e de outras substâncias. Novidades científicas vindas do Brasil também ocuparam as páginas do *Correio* como, por exemplo, o estudo sobre a quantidade e a composição dos sais encontrados na água mineral de Araxá, e os seus possíveis usos na medicina e na química.⁶⁰

Outro debate que Hipólito apresentou como importante para o desenvolvimento da civilização girava em torno dos avanços da medicina, em especial, dos benefícios da vacinação – que foram apresentados em 1813, por meio de um relatório sobre o assunto proveniente da secretária do interior da Inglaterra. Este relatório apontou que em

⁶⁰ CB, v.XIX, n.114, nov., 1817, p.544-526.

localidades diversas, não só na ilha, algumas doenças, como as *bexigas*, por exemplo, que tanto afligiam habitantes do velho e do novo mundo, passaram a ser remediadas e notou-se uma considerável diminuição das ocorrências da doença e mesmo a sua extinção. Os benefícios trazidos com a vacinação davam-se em uma escala muito ampla chegando a localidades como a Rússia, França, ao Cabo da Boa Esperança, Havana, Caracas, etc. Em 1819, o *Correio* deu notícias da publicação do boletim da *Academia Real de Sciencias de Lisboa*, que veiculava os benefícios e os avanços da instituição da vacina em Portugal.⁶¹

O estado das ciências, nos domínios de Portugal, era, segundo Hipólito, o mesmo da literatura, e o principal motivo do atraso em relação às nações civilizadas era a falta de discussões públicas livres e de liberdade de opinião. Ao analisar a publicação de um texto produzido pela Academia Real de Lisboa, em 1811, o jornalista fez a seguinte consideração:

Em um paiz, aonde se não permite a discussã publica, ou particular, das materias mais importantes ao homem que vive em sociedade; não he possivel que alguma sciencia prospere; primeiro porque as sciencias todas tem entre si tal nexô, que mal se pôde conceber a interrupção de um ramo, sem que os outros se resintam da restricção; e segundo, porque o espirito humano, para discorrer, e escolher os objetos de suas meditaçoens necessita de plena liberdade em todos os pontos, que pôdem ser o fim principal, ou collateral da applicação do homem estudioso.⁶²

O redator do *Braziliense* tinha uma visão integrada das ciências e acreditava que a razão promoveria a felicidade dos povos. As descobertas das ciências, no entanto, em muitas ocasiões recebiam a denominação de Artes, sobretudo, quando os avanços eram referentes às questões técnicas de diversas áreas, da arquitetura/engenharia à náutica, passando pela invenção de pára-raios, por inovações do maquinário da indústria e das tipografias e pelo aperfeiçoamento de instrumentos musicais. Acresce-se a essa concepção

⁶¹ *Idem*, v. XXIII, n. 135, ago., 1819, p. 144.

⁶² *Idem*, v. 7, n. 41, out, 1811, p. 461.

a própria organização do *Correio Braziliense* que dispunha os conteúdos da “arte”, na seção intitulada *Commercio e Artes*.

Esta concepção que entrelaça a idéia de ciência com a idéia de arte, a bem da verdade, não esteve presente apenas no *Correio*, mas era comum entre os pensadores portugueses nascidos em todas as partes do império no período. No Rio de Janeiro, por exemplo, *O Patriota* na seção dedicada às “Artes” publicou textos cujos conteúdos tocavam as mesmas questões apresentadas no jornal de Hipólito. Textos como “*Novo modo de refinar assucar*”, “*Branqueação da cera*”, “*Discurso do Dr. Duarte Ribeiro de Macedo, enviado em Paris, sobre a introdução das Artes no Reino*” e “*Memorias sobre as novas fornalhas para cozer o assucar*” são alguns exemplos do que foi veiculado aos leitores do Rio de Janeiro, entre 1813 e 1814, na seção *Artes* de *O Patriota*.⁶³

Esta concepção de Artes está muito ligada à idéia de indústria. Entretanto, o conceito de indústria no período ainda esperava por uma definição mais precisa, como observou José da Silva Lisboa em 1810, pois se aplicava tanto a um conjunto de fábricas e manufaturas quanto aos indivíduos que poderiam ter indústria ou ser industriais – termo que foi muito comum nas páginas do *Correio*, sobretudo quando o seu redator se referia à qualidade de indivíduos ou de povos. A reflexão acerca desta conceituação foi feita por Silva Lisboa, de acordo com o “velho sábio”:

A industria é um termo ainda não exatamente definido. Em geral, nas matérias econômicas, se entende como sinônimo de trabalho ativo e assíduo. Assim diz-se que é industrial um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar a sua vida; e se chama a um preguiçoso, e inerte um homem sem indústria. Porém mais ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro trabalho braçal, e, com esta especialidade se usa de tal nome para se exprimir o trabalho exercido nas artes e manufaturas mais refinadas. Assim

⁶³ *O Patriota* - Jornal Literário, Político e Mercantil.

diz-se que um país tem muita indústria, quando tem mais fábricas.⁶⁴

Silva Lisboa, como mencionamos, foi um dos intelectuais nascidos no Brasil que mais textos, traduções, panfletos e periódicos produziu, no período joanino. No entanto, convém esclarecer que sua produção, sobretudo no campo jurídico e na área da economia política, teve uma boa recepção no universo acadêmico lusitano em um período anterior à transferência da Corte. Os seus dois primeiros livros (*Princípios de direito Mercantil e leis da Marinha*, de 1798, e *Princípios de Economia política*, de 1804) faziam parte da bibliografia lida na Universidade de Coimbra, como atestou Hipólito.

Esta consideração foi feita pelo jornalista quando anunciou – em maio de 1809 – que o primeiro texto original editado pela Imprensa Régia, de autoria de Silva Lisboa, veio a público. Tratava-se de um folheto intitulado “*Observações sobre o Comercio Franco no Brazil*”.⁶⁵ O escrito de Silva Lisboa, já mencionado neste trabalho, foi criticado em vários pontos como o comércio do Brasil com outros países, a instalação da indústria no país, etc.⁶⁶ O ponto central dizia respeito à liberdade de pensamento e ação que eram fundamentais nas concepções do redator do *Correio*. O escrito analisado tinha um grave defeito ser de “extrema submissão às opiniões do Governo”. A liberdade de oposição a medidas governamentais garantiria que abusos cometidos por conselheiros ignorantes ou

⁶⁴ LISBOA, José da Silva. Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Por ordem de sua alteza real. In: ROCHA, Antonio Penalves. ROCHA, Antonio Penalves (org. e introd.) **José da Silva Lisboa**, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001, p.222.

⁶⁵ Hipólito abriu a resenha com a seguinte ponderação: “e tanto por elle a reputação já estabelecida, como pelo respeito, que a sua primeira obra me inspirou pelos seus conhecimentos jurídicos, me permitirá que expondo ao publico os seus sempre uteis raciocínios, me arrisque eu a dar minha opinião ainda quando opposta á sua.” **CB**, v.2, n.12, mai., 1809, p.474.

⁶⁶ Em certa altura da argumentação Silva Lisboa fez uma comparação entre os estados de prosperidade dos Estados Unidos, Brasil e Inglaterra, comparação essa que atribuía o estado avançado norte-americano ao comércio abundante com a Inglaterra, tal qual estava começando a acontecer no Brasil. Hipólito discordou categoricamente das conclusões do autor, e ao dar a sua conclusão, deu mostras do que considerava estar atrasado no Brasil em relação aos Estados Unidos. O redator disse o seguinte: “a prosperidade dos Estados Unidos não he devida ao commercio de Inglaterra, mas sim e principalmente á sua forma livre de Governo. E da liberdade illimitadissima, que o commercio Americano goza, se segue com os Inglezes não podem ali tirar vantagens demasiadas; posto que tirem as que são racionáveis; no Brazil porém, onde o filho do lavrador, ou do mechanico pode ser preso para soldado, quer seu pay precise delle quer não, para levar a diante o seu trafico; onde o negociante, que se acha muitas vezes sem outro capital se não o seu credito, pode ser mandado a entrar para o Erário com um empréstimo forçado, que lhe arruína inteiramente a suas especulaçoens; onde o magistrado a titulo de policia, e o Governador militar, sem título algum, podem mandar prender um homem de segredo, sem lhe importar os contractos e obrigaçoens que elle tem de preencher; onde não he possivel os natuaes do paiz possam fazer com os Inglezes, nem com outra alguma potencia, um commercio tão vantajoso como o fazem os Anglo-Americanos; que protegidos por leis inalteráveis, que ninguem tem o direito de dispensar, gozam da plenitude de sua industria, e de seu credito.” **CB**, v.3, n.14, jul., 1809, p.51.

maliciosos fossem remediados ou mesmo impedidos. Segundo o jornalista radicado em Londres, nas nações onde não se permitia falar e escrever livremente, seus cidadãos não poderiam esperar um estado de prosperidade e muito menos se encontrariam remédios para o “mal cometido” por alguns governantes, pois, se alguém, por ventura, encontrasse a cura não poderia anunciá-la.

A Imprensa Régia, em 1810, voltaria a ter em sua oficina mais dois folhetos de Silva Lisboa para serem impressos, esses escritos tratavam da mesma temática do *Observações...* e ampliaram as discussões e reflexões tanto do autor quanto do seu analista, Hipólito. Em dezembro de 1810, na edição de número trinta e um do *Correio Braziliense*, essas novas publicações foram noticiadas e resenhadas. Os títulos dos folhetos eram: “*Observaçõens sobre a prosperidade do Estado pelos liberais principios da nova legislação do Brazil*” e “*Observaçõens sobre a franqueza da industria, e estabelceimento das fabricas no Brazil*”.⁶⁷

Hipólito elogiou os textos, mas disse que se tratavam de escritos encomendados para vencer os argumentos dos que faziam oposição às medidas pró-comércio exterior e “indústria”, promovidas por D. João VI. O futuro Visconde de Cairu defendeu em seu texto que a instalação no Brasil de certas instituições do reino eram importantes para os avanços da civilização no país, como, por exemplo, a Mesa do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, a Casa de Suplicação, o Erário Régio, o Conselho da Fazenda, Conselho Supremo Militar e a Junta do Commercio.

O jornalista, por sua vez, considerava que muitas destas instituições ao invés de trazer avanços e civilização trouxeram despesas e atraso, pois eram desnecessárias e desatualizadas às necessidades do Brasil, como, por exemplo, o *Conselho Supremo Militar do Brasil*, que tinha um corpo burocrático volumoso para um efetivo militar pífio. Além

⁶⁷ CB, v.5, dez., 1810, p.604-613 e 614-624.

disso, sua criação em Portugal, no ano de 1643, deu-se em um momento no qual o pequeno reino vivia em guerra e precisava que qualquer homem que estivesse em mínimas condições de pegar em armas o fizesse. No caso do Brasil este conselho era inútil por que se vivia em Estado de paz.⁶⁸

Silva Lisboa e Hipólito estão de acordo quando defendem a necessidade de articular a instrução com a instalação eficaz de indústrias para viabilizar a civilização no Brasil. Nas palavras de Silva Lisboa:

A difusão da inteligência em artes e ciências pelo corpo da nação é que multiplica as facilidades para a introdução e prosperidade de todos os estabelecimentos úteis em geral, e com especialidade das fábricas, em que é preciso empregar máquinas engenhosas, labores esquisitos, tintas finas, ordem e método nos processo das mais complicadas operações. Depois de haver num país muitos arquitetos, maquinistas, escultores e artistas de superior escala, e igualmente sábios nas ciências naturais, é que podem aparecer as fábricas de grande importância, variedade, e beleza.⁶⁹

Este consenso, no entanto, revela que as discordâncias entre Silva Lisboa e Hipólito se davam em questões muito pontuais e no posicionamento político, mas podemos dizer que o referencial cultural destes dois ensaístas era o mesmo. Eles acreditavam que a ampliação da literatura, das ciências, das artes e da instrução eram a condição fundamental para o desenvolvimento de qualquer civilização e além disso, a argumentação dos dois tinha por lastro uma série de leituras comuns, que incluíam, por exemplo, os escritos de Adam Smith, Edmund Burke, Locke, entre outros.

Ambos, da mesma maneira, manifestaram um especial apreço pela China e sua população, tomando-a como parâmetro de civilização e de povo industrioso. Silva Lisboa dizia que o Brasil tinha muito a apreender com o país do extremo oriente no que tange ao progresso civilizacional. Ao fazer a comparação entre Brasil e China, o intelectual

⁶⁸ *Idem*, p.605-606.

⁶⁹ LISBOA, José da Silva. Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. Por ordem de sua alteza real. In: ROCHA, Antonio Penaves. ROCHA, Antonio Penaves (org. e introd.) **José da Silva Lisboa**, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001, p.242-243]

brasileiro, diz que lá os indivíduos eram mais industriosos e que, no Brasil, não se contavam com as boas indústrias existentes naquele país. O assunto despertava grande interesse na América. Da Europa, o general Francisco Lopes Miranda, importante personagem da história da Venezuela, escreveu, no início da década de 10 do oitocentos, um texto sobre a independência das colônias espanholas – publicado originalmente na *Reviu de Edimburgo* e com trechos reproduzidos no *Braziliense*. No artigo, Miranda diz que a América espanhola ganharia muito se promovesse a imigração dos industriosos chineses, pois vindos de um local tão civilizado quanto o era a China, eles poderiam, além de melhorar a indústria e as artes, servir de exemplo com seus *modos civilizados*. Hipólito concorda com ambos, comenta-as em seus ensaios e faz questão de frisar os elogios de Cairu aos chineses e os apelos de Miranda pelo incentivo à imigração dessa civilizada gente, para a América.

A propósito da China e do além-mar em geral, Hipólito, como era comum no seu tempo, demonstrou grande interesse pelas descrições de terras estrangeiras, pelas então muito populares relações de viagem. No *Correio Braziliense* este gênero de escrito também ganhou destaque, tanto que notícias sobre lançamentos deste tipo de texto sempre figuraram na seção *Litteratura e Sciencias*. As narrativas eram, por vezes, analisadas integralmente pelo redator. Hipólito descrevia, mesmo que de maneira sucinta, a divisão do livro, dos capítulos, partes, etc. Mereciam uma atenção mais detalhada de sua parte as descrições científicas (novas descobertas, experiências ou expedições), a exposição de temas militares (efetivo militar, estado das tropas, fortificações, etc.), as questões acerca do desenvolvimento da arte e da literatura (imprensa, livros, escultura, pintura, medicina, etc.) e, por fim, os relatos acerca dos hábitos, costumes e do desenvolvimento da indústria em cada localidade observada pelos narradores viajantes.

O *Correio Braziliense* noticiou e comentou, por exemplo, expedições científicas em algumas regiões do velho mundo, como à Espanha, Polônia, Suécia, Rússia,⁷⁰ Grécia, a Ilha da Madeira, etc. Essas viagens eram quase sempre financiadas pelos governos ou pelas academias de literatura e ciência, como a *Real Academia de Ciências da Suécia*, que, segundo veiculava o *Correio Braziliense*, já se destacava no cenário europeu.⁷¹ As análises publicadas nas páginas do periódico londrino eram feitas de maneira bem cuidadosa, pois, o redator descrevia o conteúdo do texto e, geralmente, publicava excertos que ele próprio traduzia, para que seus leitores pudessem tomar contato com estas narrativas que tanto poderiam contribuir para instruí-los. Em alguns casos, sobretudo quando se tratava do Brasil ou de Portugal, o editor do *Correio* traduzia trechos longos, capítulos ou até relatos inteiros.

O “*Tratado sobre a defesa de Portugal, com um mapa militar do Paiz...*”,⁷² do capitão do regimento de artilharia Guilherme Granville Elliot, editado em Londres em 1810, teve seu capítulo nove (“Artes, Sciencias, Agricultura e Manufatura de Portugal”) traduzido no número trinta e três do magazine, em 1811. Neste referido capítulo, o militar inglês descreveu alguns aspectos negativos da sociedade portuguesa que para Hipólito eram essências, tais como: o atraso das artes, a restrição à imprensa, aos livreiros e aos livros existentes e, por fim, a baixa qualidade da medicina praticada no país – um misto entre empirismo e a superstição religiosa. A importância das observações de Elliot para o jornalista, apesar das restrições que tinha à sua descrição, alojava-se no fato de que o estrangeiro notara os defeitos do país que tinha visitado e oferecia uma oportunidade, por

⁷⁰ No caso da Rússia, por exemplo, foi noticiado a publicação de um relato de viagem científica em direção aos mares Negro e Cáspio, que tinha o intuito de estudar a diferença de altura entre os dois mares, a fim de determinar qual estava em nível mais elevado para que se pudesse abrir canais de comunicação entre estes. Outra expedição científica com objetivos de mensurar as montanhas da Lapônia foi organizada pela Academia das Ciências da Suécia, a cerca desta expedição o *Correio* descreveu todas as dificuldades encontradas nessa empreitada por regiões muito frias e inóspitas valorizando o sucesso e os avanços proporcionados as ciências nestes atos de coragem.

⁷¹ Atualmente esta academia é responsável pela concessão do Prêmio Nobel em suas mais diversas categorias.

⁷² *Tratado sobre a defesa de Portugal, com um mapa militar do Paiz; o que se ajuncta um esboço das maneiras, e costumes dos habitantes, e acontecimentos notáveis nas campanhas de Lord Wellington em 1808, e 1809; por Guilherme Granville Elliot, Capitão do Regimento Real de Artilharia*. Londres, 1810. CB, v.6, n.33, fev., p.134-149, 1811.

meio de sua descrição, para os naturais corrigi-los. Além disso, dizia o jornalista: “em um paiz, aonde a escravidão da imprensa impede aos nacionaes o expor os vícios patrios, e procurar as sua emenda por meio da discussão publica, que he o modo mais natural, e efficaz, de se illustrarem os homens uns aos outros.”⁷³

As observações acerca do Brasil foram as que mais chamaram a atenção do redator. Em 1812, veio à luz a primeira edição de *Travels in the Interior of Brazil*, de John Mawe. A aparição deste texto em Londres, impresso com a autorização do Príncipe Regente de Portugal, foi recebido com bons olhos pelo jornalista que, no entanto, não deixou de notar que “fosse um estrangeiro o primeiro que publica pela imprensa a descripção de um paiz, que seus naturaes não tinham, permissão de examinar.”⁷⁴ As narrativas eram vistas por Hipólito como um parâmetro de comparação entre um país civilizado, o do narrador, e o Brasil, e também como uma fonte de ensinamentos para os habitantes deste. Há de se notar que Hipólito, apesar de valorizar as descrições dos viajantes, tinha uma idéia muito clara de que havia um padrão ao narrar e que, em muitos casos, esses textos costumavam ser um pouco generalistas e a maneira de olhar do narrador, muito parcial. Ao analisar o texto “*Sketch of the present State of Caracas*”, de Robert Semple – editado em oito volumes –, o jornalista faz a seguinte comentário:

Observamos porém em Mr. Semple a falta, *mui comum nos viajantes*, de generalizar observaçoens particulares. Um dia de chuva, constitui um clima chuvoso; tres navios perdidos fazem o porto, e a navegação perigosas; algumas partidas da musica dão ao povo o character de apaixonado da musica: as procissoens publicas e festividades da igreja, bastaõ para designar os povos como demasiado devotos, &c [na continuação, no entanto, o livro de Semple recebe muitos elogios de Hipólito por suas descrição].⁷⁵

⁷³ *Idem*, p.134-135.

⁷⁴ *Idem*, v.9, n.51, ago. 1812, a resenha continuou no n.52, set., 1812.

⁷⁵ *Idem*, v.9, n.50, jul., 1812, p.101, *grifo nosso*.

Entretanto, ao veicular suas opiniões a respeito do escrito de Mawe, o redator do periódico londrino reforça a importância do olhar estrangeiro, sobretudo, por que, em um país nascente como o Brasil, havia muito o que aprender com os avisos dos estrangeiros.

Por mais prejudicado que pareça um estrangeiro, que publica as suas viagens a um paiz nascente, como he o Brazil, sempre os naturaes do paiz o devem ouvir; e com tanta mais atençaõ, quanto mais acerbos fazem as accusaçoes e criticas que ele fizer; porque he este o meio de emendar muitos males do Estado.

O editor prossegue dando mostras de que um homem acostumado à liberdade de se expressar não pouparia palavras. Segundo Hipólito, “o A. seguramente não poupou nem o Governo, nem o povo do Brazil; e tanto mais obrigados devem ficar; se as suas observaçoens forem justas”. Ainda sobre as lições que poderiam ser apreendidas com os estrangeiros, o redator, em 1816, resenhou e traduziu trechos da segunda edição da narrativa do também inglês John Turnbull, que esteve no Brasil em 1800.⁷⁶ Hipólito disse o seguinte acerca da “*Viagem em torno do Mundo, nos Annos de 1800, 1801, 1802, 1803, e 1804...*”⁷⁷:

Alem da instrucção geral, que se adquire lendo as narraçoens de viajantes, esta tem um interesse particular, para os Leitores de nosso Periódico, pela grande parte que o Brazil occupa nas observaçoens do A.; porquanto, não pode ser indifferente aos habitantes do Brazil as reflexoens, que fazem as pessoas sensatas, que visitam o seu paiz; sobre os seus costumes, legislaçã, commercio, &c. e tanto mais, quanto um estrangeiro póde ver muitos objectos por differentes faces, e melhor do que os naturaes, a quem os prejuizos, e o habito, muitas vezes, impedem ver seus proprios defeitos. He verdade, que também os prejuizos ou ignorancia desses viajantes podem induzillos a perverter os factos; mas sempre he bom ouvillos, e reflectir no que elles dizem.

As apreciações dos estrangeiros, sobretudo dos ingleses, a respeito do Brasil assumiram nas páginas do *Correio* um papel de afirmação e apoio às idéias e projetos do próprio Hipólito para o país. Em vários aspectos, pois, ao traduzir trechos das narrativas, o

⁷⁶ A tradução do relato de Turnbull sobre a Bahia pode ser encontrada em: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Um visitante inglês na Bahia de 1800. *História*, São Paulo, v.22, n.2, p.229-240, 2003

⁷⁷ CB, v.16, n.93, fev., 1816, p.141-148.

redator aponta suas concordâncias e diz que havia feito a mesma assertiva em outras oportunidades, como, por exemplo, o julgamento feito por Turnbull em relação à necessidade de se criar, no Brasil, uma marinha de guerra – ressaltando a disponibilidade de materiais para a construção naval do país, melhores e mais abundantes do que os encontrados na Europa.

Alguns anos antes ao se dedicar à obra de Mawe, o jornalista fez algumas considerações acerca da instrução no Brasil, dizendo que esta melhorou após a transferência da corte. Na leitura do mesmo texto, Hipólito descreve que no capítulo XVI o inglês deu uma notícia geral sobre a população e capitanias do Brasil, focando aspectos como clima, produção natural, agricultura, comércio, etc., e, com isso, aponta alguns entraves ao avanço da civilização no país. Antes de utilizar um excerto da “*Viagem ao Interior do Brasil*”, o editor faz um convite aos seus leitores para que os mesmos refletissem sobre o sistema de leis adotado pelo Governo do Brasil e tirassem suas conclusões sobre a possibilidade de se efetivar os melhoramentos sugeridos por Mawe. Além da verdade, o parecer do inglês é muito semelhante, senão idêntico, ao do jornalista brasileiro, no que toca ao desenvolvimento da cultura e da civilização no Brasil. As idéias de Mawe já haviam sido defendidas por Hipólito ao longo dos quatro anos anteriores à análise da narrativa e continuariam a ser repetidas nos dez anos seguintes de existência do magazine.

Hipólito traduz do inglês para o português as opiniões de Mawe sobre o que poderia ser melhorado no Brasil, mostrando que essas eram também suas idéias. Esses pensamentos, que nas páginas do *Correio* deixariam de ser sugestões, ganharam a força de um projeto, o projeto de civilização. O excerto sobre a região das minas falava das necessidades de se articular a cultura científica com o desenvolvimento da civilização:

Quando se considera o estado actual deste paiz de minas, e se compáram os seus ricos recursos com a falta de sciencia, que impede aos habitantes o aproveitar-se delles; quanto não desejar que o Governo estabelecesse e animasse sociedades econômicas, segundo o plano da nossa Sociedade das Artes, Manufaturas, e Commercio, em que se fizessem indagaçoens sobre éstas úteis artes. [...] Deveriam comprar-se publicaçõens scientificas, e todos os meios de promover a cultura das sciencias entre os habitantes. Nas sessoens das sociedades se discutiriam com particular atenção todas as medidas tendentes ao augmento do commercio do disctrito;

[...] Se se formassem taes sociedades, debaixo do patrocínio do Príncipe Regente, éra de esperar grandes melhoramentos em todas as repatiçoens [...], aprenderia o povo a avaliar as bênçãos, com que a natureza tem enriquecido o seu paiz; introduzir-se-hiam os novos descobrimentos da Europa; *á proporção que se fizessem mais illuminado, viriam a ser mais industriosos, e levariam vantagens a seus vizinhos, que olhariam para elles pela instrucção, e pelo exemplo.*⁷⁸

A falta de instrução adequada ao povo ocasionava um grande desperdício do potencial natural do país. Esse era o discurso, diga-se de passagem, que pintava o Brasil como um “gigante pela própria natureza”. E isso não só nas descrições dos viajantes – que ajudaram na formulação de um enunciado que definiria o país nesse sentido⁷⁹ –, mas também na fala dos próprios ministros de D. João VI – como pode ser notado a partir do edital que “convocava” a missão francesa em 1816⁸⁰ – e, sobretudo, no pensamento dos letrados brasileiros, como Hipólito da Costa, José Bonifácio de Andrada, José da Silva Lisboa, entre tantos outros.

⁷⁸ *Idem*, v.9, n., 1812, p.440-442

⁷⁹ Enunciado este que ganharia muita força no princípio do XIX, pois, segundo Flora Süssekind – em seu livro *O Brasil não é longe daqui*, de 1990 –, as narrativas de viagem formaram um discurso acerca do Brasil e do brasileiro que foi amplamente veiculado e incorporado nos debates, escritos literários e periódicos produzidos pela *intelligentsia* brasileira nos primeiros decênios do século XIX. Essa imagem auxiliou, ou melhor, se aliou à busca que estes homens promoveram a cerca da origem e da definição sobre o País e seu povo. Foi através das idéias acerca do Brasil, formadas pelas descrições dos viajantes, que as Belas Letras se pautaram, ou seja, esta maneira de ver o país do estrangeiro serviu como um guia, ou talvez, uma maneira previamente educada de olhar para si mesmo. Além disso, as narrativas acabaram contribuindo para a formação de um universo vocabular que foi se constituindo junto com as primeiras obras da incipiente cultura letrada brasileira. Segundo a autora, estes desdobramentos podem ser notados de maneira mais clara nas décadas de 30 e 40 do oitocentos, onde a descrição da Natureza, percebida quase como um sinônimo de brasilidade, se fez presente nos romances de um modo geral. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

⁸⁰ O texto do edital dizia: “Atendendo ao bem comum que provém aos meus fieis vassallos de se estabelecer no Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em que se promovam e difundam a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos de administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, industria e comércios de que resultam a subsistência comodidade e civilização dos povos mormente neste continente cuja extensão não tendo ainda o devido e correspondente número de braços indispensáveis ao tamanho e aproveitamento do terreno, precisa de grandes socorros de estatísticas para aproveitar os produtos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos Reinos conhecidos; fazendo-se, portanto, necessário aos habitantes os estudos das belas artes com aplicação e referencia aos officios mecânicos, cuja pr[át]ica, perfeição e utilidade dependem dos conhecimentos teóricos daquelas artes e de efusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas.” apud SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.310.

O inglês John Mawe notou, assim como Hipólito já havia considerado, que a presença da Corte, no Rio de Janeiro, ajudava a remediar um pouco esta situação, contribuindo para melhorar a instrução do povo e a sua formação moral:

Naõ póde haver duvida que os actuaes illuminados ministros da Corte do rio-de-Janeiro trabalharaõ em promover as sciencias entre um povo taõ capaz de ser nellas provecto; e de converter a sua acquisição em fins úteis. Da introducção de tal medida, se deve datar uma total mudança no character moral, e costumes geraes dos Brazilianos; communicar-se-hia a intrucção a todas as classes; e os conhecimentos úteis descendo de pais e filhos, se diffundiriam bem depressa. Isto seria o verdadeiro fundamento e alicerce da prosperidade do paiz, porque talvez naõ há no mundo um território taõ rico em producçoens naturaes, e ao mesmo tempo taõ desprezado por falta de uma população instruida e industriosa.⁸¹

Contudo, Hipólito, mesmo considerando que a ação do Governo do Rio de Janeiro promovia avanços para a civilização do Brasil, discordou sistematicamente dos rumos que os governantes tomavam, sobretudo quando se tratava da liberdade de imprensa e da centralização do conhecimento nas mãos dos poderes sacro e régio, como já mencionado. Desta forma, sempre que teve oportunidade, apontou, nas páginas do *Correio Braziliense*, que, ao negar a possibilidade dos debates públicos sobre as suas ações ou de particulares, o governo impedia que os erros e arbitrariedades cometidas pelos homens públicos se remediassem e que a literatura e as ciências do país atingissem o patamar daquelas das nações mais civilizadas do velho mundo, contribuindo assim para a afirmação de que o português (de Portugal, do Brasil, etc.) não era talhado para as ciências⁸².

Hipólito defendeu que a instrução irrestrita permitiria que o país avançasse e ganhasse cada vez mais importância no cenário internacional, sobretudo se a civilização das luzes se espalhasse não só pelas cidades litorâneas, mas também pelo interior. Nesse

⁸¹ CB, v.9, n., 1812, p.442.

⁸² Para o redator do *Correio* a maioria dos narradores se equivocavam quando faziam esta afirmação, pois, ao fazê-lo estendiam a toda a nação a concepção que tinham a respeito dos Governos.

sentido, em 1813, o redator lançou mão de seu projeto de transferir a capital administrativa para o interior, o que permitiria o avanço da “indústria” por todo o território brasileiro.

Todas as matérias que veiculou na seção literatura e ciências, sobre os “melhoramentos” promovidos pelas ciências européias ou sobre as novas publicações, tinham por objetivo fornecer aos leitores brasileiros a possibilidade de acompanhar de perto os debates acerca do conhecimento e das questões do Estado e da sociedade, e de promover os avanços e melhoramentos das Artes no Brasil, ponto fundamental para o desenvolvimento do país.

A ampla divulgação da literatura e das ciências nas páginas do *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* ganharam um duplo significado: primeiramente, eram consideradas matérias sem as quais não poderia haver povo industrial e, por isso ensaios e notícias sobre tal temática não deixaram de constar e muito menos de terem sua importância ressaltada no periódico; em segundo lugar, ao veicular conhecimentos que seriam censurados nos domínios de Portugal, Hipólito acreditava que estava dando sua contribuição para a iluminação dos brasilienses.

Após catorze anos de anúncios, análises e notícias, em dezembro de 1822, no número cento e setenta e cinco, ao anunciar aos seus leitores que o periódico deixaria de ser editado regularmente e só o seria quando fosse preciso, Hipólito diz o seguinte acerca da conclusão de sua missão após a tão sonhada liberdade de imprensa, que vigorava no Brasil desde agosto do ano anterior:

[...] os acontecimentos utimos do Brazil fazem desnecessario ao Redactos, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquelle paiz; quando a liberdade de imprensa nelle, e as muitas gazetas, que se publicam nas suas principaes cidades, escusam este trabalho d'antes tam necessario.⁸³

⁸³ CB, v.29, n.175, dez., 1822, p.623.

Considerações Finais

O desembarque e o estabelecimento, em 1808, da Corte do príncipe regente D. João VI no Rio de Janeiro constituiu, sem dúvida, um acontecimento na história da cidade. A sua população rapidamente percebeu que a vida não seria mais a mesma na urbe que agora era a cabeça do grande Império Marítimo Português.

Os hábitos do carioca, hábitos que se perpetuavam de longa data e que contribuíam para, aos olhos dos novos habitantes, fazer do Rio de Janeiro uma cidade extremamente insalubre, foram rapidamente alterados, tanto pelo exemplo dos *modos civilizados* trazidos pelos membros da corte e pelos visitantes, como, principalmente, pela ação da Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro, que, além de baixar leis e editais que impunham uma mudança de atitude da população com relação ao espaço público, também vigiava os costumes dos cidadãos – especialmente os dos escravos e pobres livres – para que esses não atentassem contra a ordem e os bons costumes.

Mas, além da coerção coordenada pelo Intendente Paulo Fernandes, floresceram igualmente nos tempos de Dom João VI, depois de séculos de cerceamento, as letras impressas e, com elas, o princípio de uma cultura escrita produzida sistematicamente no Brasil. As letras foram, então, tomadas como um dos mais importantes elementos para o desenvolvimento da civilização entre nós. Periódicos, folhetos, livros, opúsculos foram escritos e impressos no Brasil com o intuito de promover as luzes e fomentar o desenvolvimento do futuro país. Foi no período joanino que tivemos a *Aufklärung* brasileira.

Contudo, para os portugueses, os tempos de mudanças não pairaram apenas sobre o Rio de Janeiro e outras regiões da Colônia – posteriormente Reino Unido –, mas também se fizeram sentir entre os que habitavam a antiga metrópole e entre os patrícios que se

aventuravam na ilha dos anglo-saxões. Com Portugal invadido pelos franceses, alguns homens exilaram-se e, por vezes, radicaram-se na cosmopolita Londres do princípio do século XIX. O brasileiro Hipólito da Costa – formado em Filosofia e Leis na Universidade de Coimbra em 1798 –, foi um deles. A partir de 1805, o brasileiro estabeleceu residência na capital inglesa e, com a transferência da Corte para o Brasil, dedicou-se a escrever um magazine mensal que trazia uma série de assuntos, os quais, segundo o jornalista, eram de interesse dos portugueses e, sobretudo, dos que habitavam o Brasil.

O *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, durante catorze anos, esmerou-se em apontar os defeitos, os erros e os atrasos das ações dos governantes portugueses, em especial os cometidos pelos membros da nova corte. As críticas do redator, escritas em tom muito duro, dirigiram-se ao estado em que se encontrava o Brasil por culpa dos governantes, figuras que definia quase sempre como canhestras e incompetentes. Apenas durante os seus três primeiros anos de existência, o periódico de Hipólito pôde circular de maneira irrestrita pelos domínios portugueses, depois disso, o jornal “caiu nas graças” do sistema de censura que vigorava em Portugal desde o século XVI. E mesmo durante o período de liberdade as idéias “ímpias e sediciosas” do editor do *Braziliense* não passaram sem contestação, sendo empenhadamente combatidas por publicações concorrentes.

As páginas do periódico londrino, porém, não abrigavam somente críticas à Corte, ao Príncipe ou à administração do Império em geral, ao contrário, quando o periódico foi lançado, em junho de 1808, seu redator, na introdução, disse que seu objetivo maior era instruir e espalhar as luzes no “Novo Império do Brasil”. Hipólito, como os intelectuais seus contemporâneos, acreditava no poder das letras e da instrução para promover as artes, as ciências e a indústria, e via como marcadamente atrasada, em relação aos demais países da Europa, a literatura e as ciências produzida pelos portugueses do Brasil e de Portugal. Por isso, Hipólito veiculou na seção *Litteratura e Sciencias* uma gama muito grande de

notícias sobre lançamentos, em diversas localidades do Velho e do Novo Mundo, de obras que versavam sobre os mais variados assuntos. E não eram apenas anúncios de obras que apareciam nas páginas do *Correio*, mas pareceres do jornalista, por vezes longos, acerca dessas obras.

Ao tratar dos assuntos literários e científicos, Hipólito legou aos seus contemporâneos o que acreditava ser os caminhos que os brasileiros deveriam tomar para desenvolver o país e elevá-lo ao *status* de nação civilizada. Nesse sentido, as discussões acerca das artes e da instrução vinculadas no seu magazine eram primordiais para o seu projeto de civilização, projeto que, por sinal, foi amplamente ancorado no discurso desenvolvido pelos *viajantes narradores* que descreveram o Brasil.

Os caminhos tomados na pesquisa apontaram que esse projeto civilizacional de Hipólito não se afastava muito daquele de D. João VI e de seus ministros, sobretudo no que tange aos meios para fomentar a civilização entre nós, meios como, por exemplo, a instrução e a higienização da população ou o incentivo ao desenvolvimento das “artes e da indústria” no país. Para ambos, a instrução “derramada sobre todas as classes”, a divulgação da literatura e o progresso das ciências eram os mecanismos essenciais para produzir indivíduos industriais, que poderiam lidar bem com os negócios de Estado e fazer o país progredir, aproveitando as suas enormes potencialidades naturais.

Documentos e Referências Bibliografia

DOCUMENTOS

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Brasiliense, 2001 (31 volumes).

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros (1531-1900)*. Rio de Janeiro, 1964.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens de Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Kosmos, 2.v., 1993.

Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva em 1811. Disponível em: <<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Acervo/index.htm>>>. Acesso em: junho de 2005.

Catálogo dos Livros existentes em poder de Manoel Joaquim da S^a Porto, Mercador de Livros, da compra que fes à Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D^{or}. Manoel Ignacio da S^a Alvarenga, rellativo ao que na data de hoje entrega ao S^r. Juiz de Fora desta Cidade;

O Patriota - Jornal Literário, Político e Mercantil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, mar. de 1813 a dez. de 1814.

OBRAS E TEXTOS SOBRE HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA E O CORREIO BRAZILIENSE

CASTRO, Therezinha. *Hipólito da Costa: idéias e ideais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

DOURADO, Mecnas, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense ou Armazém Literário – Estudos. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v.XXX, 2002.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Hipólito da Costa, Pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1996.

MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). Biographias de Hyppolito da Costa e José Eloy Ottoni. *RIHGB*, v.45, 1872, 683p.

MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência*. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: MEC, 1979.

PAULA, Sérgio Góes de (org.). Hipólito José da Costa. São Paulo: Ed.34, Coleção Formadores do Brasil.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: MEC, 1977.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CARTA testamento de Hipólito José da Costa. *RIHGB*, v.315, p.289-294, abr-jun, 1977.

A IMPRENSA. *RIHGB*, v.232, p.301-303, jul-set, 1956.

A TRANSCENDÊNCIA latino Americana de Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense, *RIHGB*, v.323, p.24-29, abr-jun, 1979.

ABREU, Márcia. Belas letras no Novo Mundo. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.9-34, 2002.

ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 2003, p.265-ss

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005, 518p.

ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando Antonio (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1997 (História da vida privada no Brasil, v.1). p.83-154;

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-*

1822. Petrópolis, 1988.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro do imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, 1987.

BENNINGSSEN, Emanuel de (Conde). O Brasil meridional visto por um oficial de marinha russo no início do século XIX. *Revista de História*, ano II, n.6, abr-jun, p.391-410, 1951, p.409 (reimpresso em 1974). [tradução da narrativa de viagem do almirante Golovnin].

BIOGRAFIA de José Basílio da gama, José da Silva Lisboa (Visconde de Cayrú), José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho e monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo. *RIHGB*, t.1, v.1, 1839, 388p.

BOSCHI, Caio C. A comercialização de livros da diretoria geral de Estudos para o Brasil (apontamentos para uma investigação histórica). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.601-629, 1999.

BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.57-83, 2002, p.65.

CABRAL, Alfredo do Vale. *Anais da imprensa Nacional do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro, 1881.

CADERNO DE CULTURA, Lisboa, n.1, 1999 (especial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira).

CALAFATE, Pedro. *O Iluminismo em Portugal*. Instituto Camões – Portugal: Centro Virtual Camões. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/filosofia3.html>>. Acesso em Novembro de 2005.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARVALHO, José Mauricio de. A filosofia moral de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Cultura: revista de história e teoria das idéias*, Lisboa, v.9, 1997, p.438.

CARVALHO, José Mauricio de. O que se lia no Brasil colonial. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.35-55, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: _____. *A construção da ordem/O teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821)*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ.

CATALOGO de periódicos brasileiros microfilmados. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Eletronicamente acessamos o catalogo no seguinte endereço << <http://catalogos.bn.br/>>>.

CAVALCANTE, Berenice. Itinerários de leitura: a formação de um ilustrado luso-brasileiro. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.579-600, 1999.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.95-96.

CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.17-77.

CENTENÁRIO da imprensa no Brasil. *RIHGB*, 2.v., 1908 (edição especial). Parte I – Gênese e Programa da Imprensa periódica brasileira. Parte II – Annaes da imprensa periódica no Brazil.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *Revista do IEA*. São Paulo: USP, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

CHVAICER, Maya Talmon. The criminalization of *Capoeira* in Nineteenth-Century Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v.82, n.3, p.525-547, aug., 2002.

CÍCERO, Manoel. Conferência do Sr. Manoel Cícero sobre o Patriarca dos jornalistas brasileiros – Hypolito Mendonça. *RIHGB*, t.94, v.148, 1923, 906p.

COSTA, Lucília Verdelho da. D. João VI e as artes. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXII,

p.345-365, 1997-1998.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Faculdade de São Paulo, 1978 (2.v).

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

EDMUNDO, Luiz. *A Corte de D. João VI no Rio de Janeiro: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939-40 (3 vols).

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.2, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.1, 1994.

ELLIS, Henry Sir Journal of the proceedings of the late embassy to china; comprising a correct narrative of the public transactions... Sir Henry Ellis. Londres, 1818.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Século XXI*. [CD-ROM] Ed. Nova Estampa, MGB Informática, 1999.

FERREIRA, Maria Bessone da Cruz; NEVES, Maria Lucia Bastos P. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. In: *História Hoje: balanço e perspectivas*. IV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH, 1990, p.190-202.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Prelações Filosóficas*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1970, p.32 (grifos do autor)

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, leituras e missivas no Rio de Janeiro. *Cultura*, Lisboa, v.14, p.85-103, 2002.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; CHAMON, Carla Simone. Processos de socialização e de formação cívica no Brasil (século XIX). *Cultura*, Lisboa, v.13, p.225-241, 200/2001.

FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.527-559, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1.ed. 1979, reimpressão 1999.

FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?*. Vega, 1992

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e leite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1999.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Um visitante inglês na Bahia de 1800. *História*, São Paulo, v.22, n.2, p.229-240, 2003, p.231.

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S. M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Disponível em: Gallica, bibliothèque numérique de la Bibliothèque nationale de France. <<<http://gallica.bnf.fr/>>>. Acesso em junho de 2005, p.172.

FREYRE, Gilberto. *Inglêses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FROTA, Guilherme de Andréa. *O rio de Janeiro na Imprensa periódica*. Rio de Janeiro, 1966.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico

- Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- HIPÓLITO da Costa e o Correio Braziliense. *RIHGB*, v.253, p.90-101, out-dez, 1961
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.19-71.
- IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *Imprensa Fluminense: ensaios e trajetos*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p.129-175.
- KANT, Immanuel. O que é o Iluminismo? *Revista Humanidades*, p.49-53, s/d.
- LAHMEYER, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 2.v., 1978.
- LAJOLO, Marisa; ZIBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LeGOFF, Jacques, Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Trad. B. Leitão, 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996, p.535-553.
- LEITHOLD, Theodor Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.
- LEME, Marisa Sanéz. Relações Estado-sociedade no período da Independência: a visão de Hipólito da Costa. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Sanéz; MANOEL, Ivan Aparecido (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: Olho d'água, Franca: UNESP, 2004, p.15-29.
- LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- LOPES, Rodrigo Touse Dias. A trajetória de uma idéia: o pensamento da transferência da corte de Bragança para a América portuguesa. *Ensaios de História*, v.7, n.1/2, p.9-21, 2002.
- LOPES, Rodrigo Touse Dias. *Um império para salvar o reino: a idéia do império luso-brasileiro nos discursos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1778-1808)*. Franca, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS, UNESP
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, 497p.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1816. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MACHADO, Humberto Fernandes, NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MACLEOD, John. Narrative of a Voyage, in his majesty's late ship alceste, to the yellow sea (...). London, 1817.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhambi, 1957.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. v.2 (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78.
- MAXWELL, Kenet. *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). Leitura, por Barão Homem de Mello, de um trabalho seu sobre Hypolito da Costa. *RIHGB*, v.43, 1871, 354p.
- MELLO, Francisco Martins Inácio Homem de (Barão). O Brasil Intelectual em 1801. *RIHGB*, v.64 (103), p.v-xxxii, 1905.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MURALHA, Adelaide Maria; MACHADO, Viera. O investigador português em Inglaterra, Jornal Literário, Político, & C., nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação. *Cultura*, Lisboa, v.10,

p.473-490, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas” censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História, História da leitura*. Campinas: Mercado das Letras; ALB/FÉ/UNICAMP, São Paulo: FAPESP, p.377-394, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

NEVES, Maria Lucia Bastos P. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.665-697, 1999.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, Maria de Fátima; AZEVEDO, Sara; PEREIRA, Sousa Marques. O espírito de Cadiz em “o investigador português em Inglaterra” (1808-1818). *Cultura*, Lisboa, v.7

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*. Bragança Paulista: EDUSF e Ícone, 1999.

PAIN, António. Presença de Silvestre Pinheiro Ferreira na estruturação do debate filosófico no Brasil do século XIX. *Cultura*, Lisboa, v.10, 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.145.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Unesp, 2000.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PEYREFITTE, Alain. *O império imóvel, ou o choque dos mundos*. Niterói: Casa Jorge, 1997.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRIOR, Sir James. Voyage along the eastern coast of africa, to mosambique, johanna, and quiloa; to st helena; to rio de janeiro, bahia. London, 1819.

REIS, Fernando. A Casa Literária do Arco Cego – “Sem livros não há instrução”. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e24.html>>>. Acesso em Dezembro de 2005.

REISEWITZ, Marianne. O impacto do ideário iluminista no Brasil; razão e livros sediciosos. *Entre Passado & Futuro*, São Paulo, n.1, p.41-57, maio, 2002.

ROCHA, Antonio Penaves (org. e introd.) *José da Silva Lisboa*, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001, p.62.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. 8.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo EDUSP, 1979.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 2.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SÉRGIO, A. *Breve interpretação da história de Portugal*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da costa editora, 1978.

SHILLIBEER, John. *A narrative of the Briton's voyage, to Pitcairn's Island by J. Shillibeer...* ; illustrated with eighteen etchings by the author from drawings on the spot. Londres, 1817.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil do século XVIII e início do século XIX. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t.XXXIII, p.561-577, 1999.

SILVA, Maria beatriz Nizza da. *Formas de representação na época da Independência (1820-1823)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Linguagem, Cultura e Sociedade: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império Luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quotidiano no Brasil: na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, 396p.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. o Narrador a Viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990
- TOUNAY, Visconde de. Estrangeiros ilustres e prestimnosos... *RIHGB*, t. LVIII, p.II, 1885.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Brasília: UNB, 1998.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição a história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.